



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA SCARPARO

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E
TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS ANAIS DO ENPESS E
CBAS**

Londrina
2022

TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA SCARPARO

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E
TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS ANAIS DO ENPESS E
CBAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Evaristo Emígdio Colmán Duarte

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

SCARPARO, TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA.

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS ANAIS DO ENPESS E CBAS / TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA SCARPARO. - Londrina, 2022.

152 f.

Orientador: EVARISTO EMÍGDIO COLMÁN DUARTE. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Ético-Político. Serviço Social. Pós-Modernidade. Marxismo. - Tese. I. DUARTE, EVARISTO EMÍGDIO COLMÁN. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA SCARPARO

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E
TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS ANAIS DO ENPESSE E
CBAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Evaristo Emídio Colmán
Duarte
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Ariovaldo de Oliveira Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Lorena Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 31 de maio de 2022

RESUMO

SCARPARO, Taiane Cristine de Jesus Garcia. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e Tendências Pós-Modernas: Uma Análise da Produção dos Anais do ENPESS E CBAS.** 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

O Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social tem centralidade na identidade profissional, na orientação dos currículos das escolas e é, em grande parte, defendido pelos profissionais, por ser a ele atribuída uma perspectiva crítica de transformação societária. O PEP tem como núcleo princípios e valores defendidos e difundidos na categoria profissional, que costumam ser considerados marxistas, mas, alguns desses na verdade consubstanciam tendências pós-modernas. A pós-modernidade é um movimento cultural, político e ideológico que se espalhou para todas as áreas da dinâmica da vida social, com formulações que fundamentam o pluralismo metodológico, diversas visões de mundo, fazendo coro com o ideal da diversidade, negando as “metanarrativas” e pregando a harmonia onde impera o conflito. Este estudo investiga como se manifestam as tendências pós-modernas no Serviço Social a partir de seu PEP. Para tanto, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, de revisão bibliográfica dos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) com o objetivo de apurar as interferências das formulações pós-modernas no Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com o marxismo. Analisamos 48 artigos publicados nos anais congressuais para responder aos objetivos da pesquisa, que ao final apontam como a teoria marxista é falsificada pelas abordagens pós-modernas, que substituem a perspectiva de classes pelas de etnia, gênero e sexualidades e as demandas destes grupos.

Palavras-chave: projeto ético-político; serviço social; pós-modernidade; marxismo.

ABSTRACT

SCARPARO, Taiane Cristine de Jesus Garcia. **Ethical-Political Project of Social Work and Post-Modern Trends: Na Analysis of the Production of the Annals of the Annals of ENPESS and CBAS.** 2022. 152 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

The Social Work Ethical-Political Project is central to the professional identity, to the school curriculum guidance and is largely defended by professionals, with an assignment of having a critical perspective of societal transformation. This Project has principles and values defended and disseminated in the professional category, which are usually considered marxist, but some of these actually embody postmodern trends. Postmodernity is a cultural, political and ideological movement that has spread to all areas of the dynamics of social life, with formulations that support methodological pluralism, diverse worldviews, echoing the ideal of diversity, denying the “meta-narratives” and preaching harmony where conflict reigns. This study investigates how postmodern trends are manifested in Social Work from its Project. Therefore, we carried out a qualitative research, bibliographic review of the proceedings of the National Meeting of Social Service Researchers (ENPESS) and the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) in order to determine the interference of postmodern formulations in the Project Ethical-Political of Social Work and its relationship with marxism. We analyzed 48 articles published in congressional proceedings to respond to the research objectives, which in the end point out how marxist theory is falsified by postmodern approaches, which replace the class perspective with ethnicity, gender and sexualities and the demands of these groups.

Key-words: ethical-political project; social work; post-modernity.marxism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Conselho Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAD	Centro de Apoio de Educação à Distância
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DEM	O Democratas
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PEP	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – COMO SE CHEGOU AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	26
Uma explicação da emergência do Serviço Social brasileiro	26
A profissão do Serviço Social e o estatuto do assalariamento	34
O Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	43
CAPÍTULO II – O PÓS-MODERNO NA ORDEM DO DIA	66
Notas iniciais sobre as bases da pós-modernidade	66
A pós-modernidade como estratégia burguesa	79
O capitalismo em sua roupagem pós-moderna: o identitarismo	91
CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E DAS IDENTIDADES	105
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE	150

INTRODUÇÃO

Esta dissertação expressa incômodos que a atuação profissional de assistente social provocou e o anseio de buscar respostas, que apreendessem as dimensões do que é ser um “profissional de luta” como propagado pela categoria de Serviço Social.

No cotidiano do exercício profissional é comum ouvirmos dos assistentes sociais que estes trabalham com a defesa de direitos, com a busca de consolidação da cidadania e da justiça social. É comum ouvirmos destes profissionais, que estes atuam para a classe trabalhadora e defendem o Projeto Ético-Político da profissão.

Nos diversos espaços em que se exerce a profissão de Serviço Social, espera-se que o assistente social tenha posicionamento crítico, que combata o capitalismo, coloque-se no campo de esquerda e que se posicione a favor da teoria marxista¹, colocando-a como sua bússola.

Porém, em momentos históricos críticos, em momentos que requerem dos trabalhadores uma posição de classe, como a adesão a uma greve, por exemplo, estes profissionais, muitas vezes, não participam dos movimentos, reproduzem ações de conservação da ordem posta, não aderem às atividades sindicais, espaço em que estão os trabalhadores.

Assim, no decurso do exercício profissional e na interação com outros colegas de profissão, essa contradição entre os discursos e expectativas com um posicionamento consequente passaram a suscitar dúvidas sobre o Projeto Ético-Político Serviço Social e sobre o tema da pós-modernidade com interferências na profissão, justamente pelo projeto profissional ser evocado como código de conduta do assistente social e ditar como deveria então ser sua formação e sua atuação profissional.

Com isso, surgiu a ideia de buscar entender as influências pós-modernas nas formulações do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista que na busca de material acerca do tema era raro encontrar reflexões aprofundadas sobre o assunto e sempre ficava a percepção de lacunas do conhecimento sobre tal matéria, com a

¹ Importa apontarmos já de antemão que existe, na academia, uma diferenciação entre teoria marxista e marxiana, em que *marxistas* seriam todas as interpretações derivadas da obra de Marx e Engels e *marxiana* as formulações diretas deles. Na tentativa de responder ao objeto da pesquisa, ao longo do trabalho travaremos mais este debate, tentando apontar como a pós-modernidade deforma o marxismo.

ideia de que as bases do Serviço Social nunca eram questionadas em nome da honra da criticidade da profissão.

Como o conhecimento é vivo e permanente, inicialmente começamos a pesquisa sobre o projeto profissional e as linhas teóricas que o balizam. Intentou-se realizar um projeto de pesquisa com o objetivo de analisar se no Projeto Ético-Político do Serviço Social haviam interferências do pós-modernismo, investigando a direção teórica deste e sua vigência no debate profissional com a busca em periódicos de Qualis/CAPES classificados em A e B, levando em conta alguns apontamentos acerca de defesas realizadas a partir do PEP, traçados com leituras anteriores de trabalhos acadêmicos e materiais produzidos pelas instâncias regulamentadoras da profissão.

No entanto, após os debates colocados no exame de qualificação, entendemos a necessidade de recalcular algumas rotas, partindo da constatação de que no Código de Ética do Assistente Social, o qual é a base do Projeto Ético-Político da profissão, existem formulações pós-modernas já colocadas em seus princípios fundamentais, as quais orientam todo o projeto profissional. Baseados nessas formulações é que encontramos expressa na literatura do Serviço Social a ideia de que o Serviço Social deve ser vanguarda na defesa da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros, dos LGBT e que deve ter no código de conduta do profissional a defesa intransigente dos direitos que balizam a vivência destas populações na sociedade.

Mas por que estudar as influências da pós-modernidade no Projeto Ético-Político do Serviço Social?

Porque em tese é este projeto que dá a direção profissional e guia o cotidiano do exercício dos assistentes sociais. Este tem centralidade na identidade profissional, na orientação dos currículos das escolas e é, em grande parte, defendido pelos profissionais por ter uma perspectiva crítica de transformação societária.

A pós-modernidade é um movimento cultural, ideológico e político que se espalhou para todas as áreas da dinâmica da vida social. Suas formulações se fundamentam na negação das “metanarrativas”, na afirmação de que houve um “fracasso” do socialismo, expansão do capitalismo e que, portanto, todas as racionalidades estão mortas, principalmente o materialismo histórico.

De acordo com Menezes (2020) a pós-modernidade defende um pluralismo ideológico, que seria a expressão de diversas visões de mundo, com diversos olhares analíticos sobre os fenômenos sociais que se estuda, fazendo coro com o ideal da

diversidade e celebrando diferenças teórico metodológicas que constituem a história da humanidade porque não há uma preocupação em identificar a totalidade das realmente múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas produzidas. Assim, prega a harmonia onde impera o conflito e sofisticadamente nega o pensamento revolucionário.

Veremos ao longo deste trabalho que a pós-modernidade é um fenômeno mundial que não coloca em questão a contestação geral do capitalismo. O máximo que aceita são resistências individuais. Nesse sentido abrem-se os caminhos para os “empoderamentos” individuais e para os coletivos identitários influenciados pelo pós-modernismo.

No ideário da pós-modernidade está implícito que devido à perspectiva socialista estar superada, a humanidade não teria mais nenhum programa geral capaz de unificar as demandas universais dos trabalhadores e as questões travadas pela luta de classes contra o capital e sua superação. O que caberia agora seria as “minorias” lutarem, cada qual em seu campo, por si mesmas, levantando as pautas identitárias como gênero, raça, sexualidade, etc.

A influência pós-moderna estimula a perspectiva de “novas falas” e novas interpretações, reforçando o “indivíduo” atomizado e isolado, negando toda perspectiva de classe social. Lança o homem em um mundo fragmentado², voltado somente a interesses privados, preocupado exclusivamente com a conservação de sua individualidade, dissociado dos interesses comuns da sociedade.

Desta forma, não foi diferente com as profissões e as formulações acadêmicas que norteiam essas profissões. As ciências sociais e aplicadas, a psicologia e a filosofia estão tomadas por formulações pós-modernas.

É desta perspectiva que se coloca a necessidade de debate sobre Projeto Ético-Político do Serviço Social, de modo a discutir como o seu núcleo é assimilado e difundido pela e para a categoria profissional, bem como são reforçadas as suas aproximações com formulações pós-modernas.

Entendemos que a pesquisa se justifica devido ao fato da vanguarda³

² Vale aqui apontarmos que trabalhamos com a ideia que com a pós-modernidade, através da individualidade burguesa, faz com que o mundo se apresente como fragmentado no plano da consciência.

³ Entendemos por “vanguarda profissional” os principais formuladores das pautas teórico-políticas que orientam a formação profissional e os rumos das principais entidades em que se organizam os assistentes sociais no Brasil, como conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

profissional reivindicar ser partidária do método de Marx, e este afirmar uma perspectiva revolucionária para a superação da ordem capitalista e construção do comunismo.

Quando se afirma no Serviço Social que a profissão se vincula a um projeto societário que propõe a construção de “uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe”, isso conseqüentemente tem diversas implicações para os assistentes sociais, as quais não se limitam apenas a se declararem anticapitalistas ou defensores dos direitos, da cidadania e da justiça social em seu cotidiano e exercício profissional.

Assim, a intenção desta pesquisa, além de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto, é contribuir para que os assistentes sociais se apropriem do debate para não fazer a defesa vazia do projeto profissional, apenas como um dogma⁴, compreendendo os seus limites e possibilidades como trabalhador na construção de outra ordem societária.

Nesta perspectiva temos, então, como tema de pesquisa o Projeto Ético-Político do Serviço Social e como problema seguimos a indagação de como se manifestam as tendências pós-modernas no Serviço Social em sua relação com o Projeto Ético-Político?

Deste modo, nosso objetivo geral é investigar as manifestações de tendências pós-modernas no Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo como objetivos específicos: examinar a direção teórica do Projeto Ético-Político do Serviço Social a partir dos “Princípios” do Código de Ética do assistente social⁵, no debate entre marxismo e pós-modernidade; investigar como se apresentam as interferências pós-modernas nos anais dos últimos ENPESS e CBAS; e levantar a vigência do Projeto Ético-Político no debate profissional.

Como a nossa disposição neste trabalho é rastrear as manifestações da pós-modernidade que influenciam o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), partimos da premissa de existir contaminação pós-moderna no núcleo central desse projeto, reforçada pelos princípios do Código de Ética do Assistente Social, sobretudo

⁴ Neste trabalho abordaremos como o Serviço Social se utiliza de dogmas na profissão, colocando algumas categorias como inquestionáveis, indiscutíveis e, portanto, reproduzidas sem críticas, como o faz com o PEP e o marxismo, como se fazem nas religiões.

⁵ Estamos assumindo aqui que o “núcleo” do Projeto Ético Político do Serviço Social é constituído pelos 11 princípios do Código de Ética, conforme apresentado pelo professor José Paulo Netto no seu artigo “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, ao explicar “A estrutura básica do novo projeto profissional”, elencando esses princípios.

no item VIII que afirma a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, no item VI que coloca o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e no item XI que coloca o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”. Além disso, partimos também da descrição de seu núcleo, apontada por Netto (2009), que tem “o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”.

Antes de adentrarmos mais especificamente no debate destes princípios e dos caminhos abertos por influências pós-modernas, como se seguirá nos capítulos deste trabalho, vale a pena registrarmos que dificilmente qualquer teoria que se coloque no campo crítico e que advogue o marxismo negará que o projeto profissional do Serviço Social é reformista.

Façamos aqui algumas considerações sobre isso antes de prosseguir: o Serviço Social além de ser uma profissão que opera dentro do sistema capitalista, tem como valores a defesa de direitos, da cidadania, da democracia, a plena expansão dos indivíduos, ou seja, da institucionalidade capitalista, apontando não sua destruição, mas seu aperfeiçoamento através de reformas com a concretização destes princípios burgueses.

Rosa Luxemburgo em “Reforma ou Revolução” aponta como esse método de tratamento do capitalismo pode ser oportunista e ignora a teoria marxista com seu revisionismo, indicando por quais caminhos as reformas poderiam ocorrer para culminar no socialismo como um processo de desenvolvimento paulatino dentro da própria estrutura capitalista sem a necessidade de uma revolução. Neste sentido, Luxemburgo (2005) desenvolve que o revisionismo tem fundamento político expresso na concepção de Estado e de democracia, bem como econômico, expresso no abandono dos princípios do socialismo científico, traduzidos na política para os sindicatos e cooperativas. A revolucionária conclui o socialismo como necessidade histórica e que reformas não podem ser entendidas como revolução justamente pelo seu conteúdo, já que a reforma se estabelece dentro dos limites do sistema, podendo

até o questionar, mas não alterando sua estrutura de funcionamento. Em contrapartida, a revolução é a ruptura com a ordem burguesa e a construção de uma sociedade em que a base de produção não está pautada pela propriedade privada e nem na exploração e opressão dos homens.

Além do mais, o Serviço Social é uma profissão do capitalismo. As profissões e qualquer forma de trabalho neste sistema são determinadas pelo modo de produção dominantes. Assim, dentro do capitalismo uma profissão consegue no máximo estar no campo do reformismo, distanciando do campo revolucionário, o que compete aos trabalhadores como classe, via sua organização política. E esta é uma grande questão colocada para nós. Não se pode pretender que uma profissão como o Serviço Social se transforme num sujeito político a quem se atribua determinado objetivo, por exemplo: a revolução. As instituições que podem desempenhar papéis politicamente definidos são os sindicatos e os partidos, não as profissões. Além disso, a premissa da doutrina marxista requer militância cotidiana para a revolução dos trabalhadores e uma profissão não pode ter essa função.

Diante disso, qualquer postura marxista coerente há de se chocar com a Constituição Federal Brasileira, que é do começo ao fim burguesa⁶. E a organização da profissão, seus recursos e parâmetros de funcionamento, ocorrem no âmbito desse ordenamento jurídico burguês e é por ele determinado, estando já de antemão no campo do reformismo.

Ademais, advogamos que além de reformista, o PEP manifesta também conteúdo liberal, a partir de valores burgueses, os quais também se encontram no campo da pós-modernidade, sobretudo quando aponta a plena expansão dos indivíduos a partir da liberdade colocada como “escolha entre alternativas concretas”, como veremos em Netto (2009) ao detalhar o conteúdo do PEP mais à frente. Nesta seara, dificilmente qualquer teoria que se coloque no campo do liberalismo e que pleiteia a meritocracia discordará sobre as escolhas dos indivíduos e seus papéis desempenhados na sociedade em que vivemos.

Ilustremos: aqui nos é caro recorrer novamente a tradição marxista para apontar que liberdade na doutrina marxista está estreitamente ligada ao comunismo

⁶ A ausência dessa coerência leva alguns defensores do PEP, como Joaquina Barata Teixeira e Marcelo Braz, explicitamente listarem a Constituição Federal e diversas Leis como parte do PEP. In: TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: Conselho Federal De Serviço Social - CFESS (org.). Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009.

e à emancipação humana. Rosdolsky (2001) em “Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx” ao discutir sobre as observações de Marx acerca da ordem socialista aponta que a história da humanidade cria condições para o comunismo em que a livre individualidade é baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, como patrimônio social. Assim, para Marx, no sistema capitalista os indivíduos parecem independentes, livres para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade, porém uma análise mais precisa das relações demonstra que o indivíduo isolado pode até fazer isso, porém dentro de uma classe não, porque isso não ocorre com a massa de dominados, já que a permanência desta expressa a necessária subordinação dos indivíduos e as relações externas não removem relações de dependência.

Deste modo, Rosdolsky (2001), recuperando Marx, elucida que a liberdade burguesa é um produto específico do modo de produção capitalista e está longe de representar a liberdade em geral e por isso compartilha as limitações deste sistema. Neste sentido, “o conceito burguês de liberdade padece do modo de pensar a-histórico de seus porta vozes, que absolutizam uma individualidade própria de uma época e de um modo de produção determinados, confundindo-a com a realização da liberdade plena (p. 348)”. No capitalismo os seres humanos foram subordinados ao domínio reificado das relações de produção, que escapam de qualquer controle e ao poder da concorrência e causalidade. Assim, a independência é uma ilusão porque a liberdade dos indivíduos, no marco das condições estabelecidas pelo capital, se apresenta como a liberdade traçada por este e a liberdade plena só poder ser realidade no comunismo.

O desenvolvimento original e livre dos indivíduos, como liberdade plena, se dá com a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., com desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais (tanto da natureza quanto da natureza humana), com a expressão das potencialidades criadoras com pressuposto no desenvolvimento histórico precedente, com desenvolvimento das capacidades humanas sem padrão preestabelecido, com a reprodução do homem na sua própria totalidade. Esta não pode se dar enquanto o homem é submetido a coerção das coisas, podendo desfrutar dentro de certas condições. É possível dentro de um modo de produção no qual o desenvolvimento é livre, desimpedido, progressivo e universal, superando o ponto de partida, no qual a universalidade do indivíduo, não como ideal ou imaginada, é dada através das

relações reais (ROSDOLSKY, 2001).

Ou seja, para o marxismo liberdade se liga à autodeterminação dos sujeitos e seu autodesenvolvimento e, jamais, à possibilidade de escolha entre alternativas concretas como escolher se vende a força de trabalho pelo preço dado pelo empregador ou se fica desempregado recorrendo aos benefícios sociais ofertados pela política de assistência social, por exemplo.

Deste modo reforçamos o porquê estudar o Projeto Ético-Político do Serviço Social com a premissa de que este possui influências pós-modernas em sua configuração, pois este é apresentado pela vanguarda profissional apontando por quais caminhos os trabalhadores devem percorrer no exercício da profissão; é este que dá a direção profissional e supostamente guia ao cotidiano do exercício dos assistentes sociais. O PEP tem centralidade na identidade profissional, na orientação dos currículos das escolas e é, em grande parte, defendido pelos profissionais por ter supostamente uma perspectiva “crítica” de transformação societária. Veremos mais sobre essa justificativa no decorrer deste trabalho.

Ainda, nos é caro destacar que é de suma importância compreender como os atores do Serviço Social, diante de suas compreensões e experiências sobre o tema, discutem sobre as notas emitidas pelas altas esferas da profissão. Netto (2000) ao debater sobre a práxis profissional exprime que “a temática da ética profissional não é um aspecto secundário ou pontual da vida dos assistentes sociais, limitado à formal construção e cumprimento de um Código (p. 11)”, para o autor “o que tem que se tornar **consensual** é a ideia-chave de que a problematização ética é, no Serviço Social, um constituinte irrecorrível do perfil profissional (p. 11, grifo nosso)”. Tais expressões não deixam espaço algum para o questionamento da importância do PEP e adesão aos seus direcionamentos, mas será que os assistentes sociais, que também são atores deste processo e que estão espalhados por todos os cantos do Brasil, coadunam com a vanguarda profissional ou divergem dela? Por isso, é de suma importância verificar como se tem dado no ensino e na atuação profissional a interpretação de professores, estudantes e profissionais em exercício acerca dos princípios do PEP formulados pela vanguarda profissional.

Ademais, como veremos, o PEP, segundo alguns autores, é constituído pela Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social (Lei 8.662, de 07 de junho de 1993), pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado

em 1996). Durante os anos, a profissão passou a direcionar através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e do Conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) “aperfeiçoamentos” do PEP através da “materialização” do que é defendido em seu núcleo, com debates nos currículos e nos congressos profissionais acerca do Serviço Social frente às relações de gênero, etnia e sexualidades, instituindo em portarias a regulamentação para a abordagem de tais temáticas, conduzindo, assim, a resposta profissional para estes temas durante o seu exercício.

Deste modo, na tentativa de responder ao problema de pesquisa deste projeto, esta será de natureza qualitativa e se constituirá como uma pesquisa de revisão bibliográfica.

De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupando com a realidade que não pode ser quantificada e, portanto, se apropria de elementos que também estão no campo da subjetividade, com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Assim, busca entender o tema em profundidade, com descrições, comparações e interpretações, sem regras estatísticas. O que não quer dizer que não há rigor metodológico e científico, pois deve realizar uma análise detalhada, abrangente, consistente e coerente com o tema estudado.

A finalidade da pesquisa bibliográfica, de acordo com Oliveira (2007), é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com as obras que tratem do tema em estudo e possibilitem que estes possam construir suas sínteses com este estudo, pois a natureza deste tipo de pesquisa é aprimorar e atualizar o conhecimento através de uma investigação de obras já publicadas, já que o pesquisador obtém como fonte livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis, etc.

Para Gil (2008) “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (p. 50), as quais tem como principal vantagem “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 50) já que muitas vezes os dados podem estar dispersos pelo espaço e a condição material impossibilitaria percorrer para buscar todos eles, trazendo como exemplo a busca sobre a população brasileira ou a per capita, que demandariam andar por todo o território nacional, mas que fontes bibliográficas adequadas podem trazer as informações requeridas.

O autor destaca, ainda, que ao se utilizar desta natureza de pesquisa convém aos pesquisadores analisar em profundidade as informações para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, buscando cotejá-las cuidadosamente para a construção da síntese (GIL, 2008).

Assim, o material será pesquisado nos anais dos dois principais eventos do Serviço Social, o Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), tendo como norte os princípios VI, VIII e IX do Código de Ética dos Assistentes Sociais que garantem nesses eventos espaços exclusivamente dedicados ao debate nas comunicações orais sob o tema de “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades”. Tendo em vista a grande gama de material com esse conteúdo, selecionamos apenas os anais congressuais dos anos de 2018, no caso do ENPESS, e de 2019, no caso do CBASS.

Apontamos que o nosso intento é examinar o material produzido para verificar a presença e o peso da tendência pós-moderna no Serviço Social induzida pelo PEP, visto que faz parte do núcleo pós-moderno a defesa da centralidade de gênero, etnia e sexualidades, como veremos ao longo deste trabalho.

Faz-se necessário ressaltar ser tautológica a defesa no mesmo plano de ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, visto que uma sociedade sem exploração de classe consequentemente superou opressões e questões que colocam no campo das diferenças etnia e gênero. Não se pode conceber uma sociedade sem classes que continue a reproduzir princípios de desigualdades.

Diante disso, buscaremos avaliar nos materiais a importância das questões relacionadas a gênero, etnia e sexualidades para o Serviço Social, se são colocadas para a profissão reproduzindo a tendência pós-moderna ou se aproximam à teoria marxista.

Deste modo, no primeiro capítulo realizamos abordagens do Serviço Social, buscando caracterizar a profissão e por onde esta caminha. Para tanto, construímos inicialmente discussões sobre o Serviço Social como profissão, resgatando como esta é incluída na divisão social do trabalho. Após, recuperamos a trajetória do Serviço Social brasileiro, com a “eleição⁷” da questão social como objeto de trabalho e os

⁷ Vale destacarmos que o objeto do Serviço Social foi mesmo escolhido através de uma eleição, operada por uma votação no Congresso da ABES de 1996, no Rio de Janeiro.

caminhos que levaram ao Projeto Ético-Político. Ao final, traçamos os elementos constitutivos deste projeto profissional, quais são os valores que o balizam e tentamos discutir as fragilidades destes valores quando se pretende incluí-los no campo marxista. Destacamos a centralidade destes valores e “princípios” do PEP justamente para aferir se estão no campo do marxismo, ou se já se distanciaram da teoria marxista, limitando-se ao campo do reformismo e de valores liberais.

No segundo capítulo do trabalho buscamos caracterizar a pós-modernidade e apontar como esta se espraia em nossa vida no cotidiano, sobretudo nos momentos em que imaginamos transgredir a ordem. Com isso, construímos notas iniciais sobre a pós-modernidade, recuperando a sua construção a partir da sociedade moderna. Depois, a caracterizamos como estratégia burguesa⁸, ou seja, como ideologia contrarrevolucionária. Por fim, avançamos para o identitarismo, uma das expressões pós-modernas que objetiva mistificar a ordem capitalista e apontar a possibilidade de saídas dentro dela mesmo, sem necessidade de sua destruição e, conseqüentemente, eliminando a luta de classes e o horizonte da revolução dos trabalhadores. Compreendemos que dentro da pós-modernidade este é o assunto que mais tem tomado conta das pautas dos movimentos sociais, de nichos de mercados e das formulações acadêmicas.

No terceiro capítulo, buscamos nas publicações dos anais congressuais do ENPESS (2018) e do CBAS (2019) artigos publicados no eixo temático “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades”, que corresponde aos princípios do PEP que têm centralidade neste trabalho. Analisamos 48 artigos publicados, os quais localizamos através dos títulos com palavras derivadas para opressões, mulheres, negros, gays, lésbicas, LGBTs, racismo, feminismo, machismo, patriarcado, etnia, raça, gênero, sexualidade. Neste, a pesquisa aponta como a teoria marxista é subvertida pelas formulações pós-modernas, quando a centralidade de classe no Serviço Social é tomada por discussões voltadas especificamente para etnia, gênero e sexualidades e as demandas destes grupos,

⁸ Defendemos neste trabalho a pós-modernidade ser estratégia burguesa, sendo interpretada como deliberada, porque a compreendemos como ideologia burguesa que se espraia por diversos espaços, inclusive fora da academia, com o objetivo de não possibilitar o enfrentamento do capitalismo. A pós-modernidade está presente cotidianamente na vida dos sujeitos, na indústria cultural, nas universidades, na moda, na linguagem, nos locais de trabalho, entre outros e não se limita somente as teorias pós-modernas que são produzidas com uma gama de sentidos, não se limita somente aos seus teóricos que são contratados diretamente ou utilizados indiretamente, mas tem ditado as relações sociais cotidianas. Veremos ao longo deste debate o sentido desta conclusão.

justificando ser os segmentos que mais sofrem opressões dentro dos recortes.

CAPÍTULO I

COMO SE CHEGOU AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

UMA EXPLICAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Acertadamente a vanguarda de assistentes sociais aponta a emergência do Serviço Social, afirmando que é somente através de um conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que é possível o surgimento desta profissão na divisão técnica do trabalho.

Netto (1996) no livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” discorre que há uma tese simples em que a constituição da profissão seria resultado de uma acumulação que teve como ponto de partida a organização da filantropia e ápice no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica. Tal tese tem a fragilidade, para além do mecanicismo apontado, de não conseguir dar conta do elemento fundamental do processo em que se legitima a profissionalidade. Para o autor, a relação de continuidade entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas na sociabilidade burguesa compreende um universo, que se apresenta no pensamento conservador e envolve características, que se apresentam na prática da caridade, sendo a Igreja Católica a instituição executora de papel social nestes dois âmbitos.

Desta forma, essa não pode ser a chave para explicar a profissionalização do Serviço Social, pois no terreno histórico não foram as evoluções das protoformas do Serviço Social que levaram à sua profissionalização, mas sim a ruptura com elas e a instauração de um espaço determinado na divisão do trabalho.

Para Netto (1996) a constituição de um novo agente profissional ocorre quando os agentes começam a desempenhar papéis em projetos com funcionalidade postas por uma lógica e estratégias objetivas que independem de sua intenção. O caminho percorrido se insere em uma dinâmica para além de seu controle, com papéis alocados por organismos e instâncias alheios às protoformas do Serviço Social e, neste ponto está sua profissionalização.

Assim o Serviço Social se constitui enquanto profissão, com a inserção no mercado de trabalho. É a existência do mercado de trabalho que leva à constituição

profissional e não as transformações ocorridas no interior de sua prática. É alterada a condição do agente e o significado social da sua ação. Este entra em uma condição de assalariamento e o seu fazer tem um sentido novo na reprodução das relações sociais.

Netto (1996) aponta que o que explica o aparecimento do Serviço Social é um espaço engendrado na sociedade burguesa em sua fase de monopólios. No capitalismo monopolista são gestadas as condições histórico-sociais para que na divisão social do trabalho possam ser promovidas práticas profissionais como a dos assistentes sociais. Com isso, a sua profissionalização não está relacionada com evolução da ajuda, racionalização da filantropia e organização da caridade, mas está vinculada à ordem do capitalismo monopolista.

O autor defende que a profissionalização tem a ver com o modo como o Estado se enfrenta com a “questão social”⁹, com a constituição de um conjunto de procedimentos técnico-operativos que requerem agentes técnicos em sua formulação e implementação. Então, é neste âmbito que se tem o mercado de trabalho para os assistentes sociais. Estes passam a ser agentes executores das políticas sociais, pois há a demanda de atores das mais variadas ordens, com diretas respostas através das políticas sociais setoriais para os vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “questão social”.

Assim, é a constituição do mercado de trabalho para os assistentes sociais, via políticas sociais, que abre o campo para compreender a continuidade e ruptura que assinalam a profissionalização do Serviço Social, pois a intervenção profissional reproduz as dimensões da resposta pertinente à essência das políticas sociais.

Com isso, o Serviço Social está inserido em atividades que auxiliam nos processos da reprodução e valorização do capital, principalmente pela sua participação na reprodução da força de trabalho.

Como afirma Netto (1996), o Serviço Social enquanto profissão é dinamizado pelo projeto conservador que contempla reformas dentro da ordem, tendendo a reforçar mecanismos do poder econômico, político e ideológico. O Estado tem um

⁹ Questão social no Serviço Social é tratada como expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo, com múltiplas manifestações associadas às relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema, expressando também resistência e disputa política. Em síntese, resulta em um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos, os quais podem ser notados a partir de suas expressões, como desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais, etc. No decorrer deste trabalho aprofundaremos, ainda que brevemente, esta discussão.

papel central de assegurar as condições da reprodução social com respostas que transcendem os limites da coerção e requer agentes técnicos especializados e assalariados com funções executivas para o enfrentamento de problemas sociais.

Iamamoto (2009), na mesma linha de defesa que Netto, da emergência da profissão a partir das demandas do capital, defenderá a tese que o Serviço Social participa da reprodução das relações sociais e na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho com a mediação dos serviços sociais regulados pelo Estado, com ação de cunho educativo. Vejamos suas palavras:

[...] como o processo de reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade. **A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades** que em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. **É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir.** Sendo o agente profissional um intelectual **mediador de interesse de classes em luta pela hegemonia** sobre o conjunto da sociedade, a prática profissional é, visceralmente, permeada por esse jogo de forças, subordinando-se, historicamente, àquelas que são dominantes do ponto de vista político, econômico e ideológico, em conjunturas históricas determinadas (IAMAMOTO, 2009, p.94, destaques nossos).

Iamamoto (2013) aborda que o Serviço Social é um produto histórico, onde não se entende a profissão à margem da sociedade capitalista e suas determinações/relações. E, quando discorre sobre as particularidades da polêmica profissional na década de 1980, que é um período de transição para o Serviço Social renovado, com um novo perfil profissional e social, concorda que são afluentes da complexificação histórica da sociedade e do Estado, advindas da expansão monopolista, trazidas pelas novas condições econômico-políticas postas pela ditadura militar e sua crise. Para a autora, foi só por meio da reconceituação¹⁰ que o Serviço Social passou a ter outras posturas e relações com o Estado e a sociedade civil, rebatendo em outro atendimento à classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2013).

¹⁰ O movimento de reconceituação tratado por Iamamoto (2013) ou por Netto (2011) como movimento de renovação através da perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura tem centralidade também na explicação das características do Serviço Social, como veremos mais à frente.

Para Iamamoto (2013) a aproximação correta da teoria social crítica¹¹ no movimento de reconceituação do Serviço Social, provocada pelas mudanças na formação profissional, ampliou a visão de mundo, proporcionando aos profissionais outras concepções de sociedade e indivíduo, diferentes das que se tinha no pensamento conservador. Neste contexto, o Serviço Social passou a discutir categorias como Estado, sociedade civil, democracia, movimentos sociais, direitos sociais, trazendo uma mudança no plano de intervenção profissional, de formação e das entidades representativas, dado ser somente a partir da década de 1980 que esta se coloca de maneira cientificamente diferenciada e rompe com o cunho conservador de sua base de conhecimento.

Ainda, para a autora, o distanciamento do ecletismo e do marxismo “enviesado”, aos quais a profissão era muito atrelada até meados da década 1980, oportunizaram a abertura para o pluralismo profissional, tornando possível a constituição de propostas de análise e intervenção novas e mais sólidas (IAMAMOTO, 2013).

De acordo com Iamamoto (2013), o diálogo com a teoria marxiana e sua aproximação correta com a teoria social crítica suscitou o Serviço Social a se renovar e a conseguir ultrapassar da crítica romântica ao capitalismo para uma crítica radical. Isto fez com que a profissão passasse a comungar com as lutas da classe trabalhadora construindo, a partir da década de 1980, uma revisão no seu Código de Ética profissional, um novo currículo de formação ancorado nas bases da teoria social crítica e uma lei de regulamentação da profissão com novas diretrizes (IAMAMOTO, 2013).

Partindo destas explicações sobre a profissionalização do Serviço Social e sua direção, a vanguarda profissional demarcará o Serviço Social brasileiro refazendo sua trajetória histórica, culminando com o objeto da profissão e a defesa de seu projeto profissional, conhecido como Projeto Ético-Político (PEP).

No Brasil o Serviço Social surgiu na década de 1930 partir de demandas históricas da época do Estado Novo com vistas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Como vimos, o capitalismo em sua fase imperialista refuncionaliza o Estado para que participe também da reprodução da força de trabalho. O Estado tem que garantir que ao menos uma parte da força de trabalho esteja disponível quando o

¹¹ Teoria social crítica é usada pelo Serviço Social para se designar às obras marxistas, é como os autores da área designam a tradição marxista.

capital necessitar.

Na Presidência da República o Estado brasileiro tinha Getúlio Vargas, que governou o país entre os períodos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, período denominado de “Estado Novo”. Foi um contexto de abertura para o desenvolvimento econômico, para a modernização do país e para estabelecimento de novas relações entre o Estado, os trabalhadores e a própria burguesia. O período é conhecido por Ditadura Vargas, já que o presidente aplicou sucessivos golpes para se manter no poder e, embora fosse um contexto com novas características macroeconômicas e socioeconômicas de industrialização, também foi muito marcado pelo populismo do então presidente ao se denominar “pai de todos”, onde a conjuntura política era de um Estado autoritário, que traçava tudo aos seus moldes para atingir seus objetivos de modernização (JAMBEIRO, 2004).

O contexto brasileiro dos anos de 1930 permitiu a emergência do Serviço Social. Nesta época instaurava-se um redimensionamento do Estado, que articulava um conjunto de políticas sociais para promover a reprodução material e ideológica dos trabalhadores. Para tanto, precisava criar condições para a inscrição formal de profissões na divisão social e técnica do trabalho, com perfil para objetivar as soluções das demandas colocadas. Isto possibilitou a criação/gênese do Serviço Social e sua inscrição formal na divisão social e técnica do trabalho (ORTIZ, 2010).

Ortiz (2010) trata a discussão em que Estado e a Igreja Católica se articularam em prol do projeto reformista-conservador que tinha por objetivo modernizar o Brasil, capacitá-lo para adentrar o circuito de capitalismo internacional e conter a mobilização e organização política da classe trabalhadora. A conformação destes dois setores dominantes da sociedade em torno da necessidade de enfrentamento das expressões da “questão social”, que obstaculizavam tal projeto, viabilizou a gênese do Serviço Social com profissional de perfil “bem-educado”, de aparência simples e despojada, capaz de adentrar nas intimidades privadas de seus “clientes”, com a seriedade e a ternura que fazem dele um “profissional da ajuda”, do “cuidado”, do aconselhamento e da indulgência” (ORTIZ, 2010, p. 22).

Seguindo essa linha, Ortiz (2010) aponta que durante aproximadamente quatro décadas esta profissão manteve tal perfil de atuação e de autoimagem e somente a partir de meados da década de 1960, atravessando as décadas de 1970, 1980 e 1990, que o Serviço Social passou por um processo de mudanças e amadurecimento, o que incidiu sobre o exercício e formação profissional do(a) assistente social,

transformando o modo de ser da profissão, suas ações, respostas, formas de entender a realidade e responder as demandas (ORTIZ, 2010).

A autora, assim como outros intelectuais da área, aponta que a partir das décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social deu um salto e iniciou um processo de negação do “tradicionalismo” e marcas de sua origem. Para tanto, delineou novos traços de perfil profissional, voltado majoritariamente para os interesses da classe trabalhadora. Destacamos que “tradicionalismo” foi o adjetivo que a nova vanguarda aderiu às gerações anteriores, mas, em essência, tanto as primeiras e segundas gerações de assistentes sociais (suas vanguardas) eram reformistas, assim como o são a geração da “ruptura”.

Assim, passou-se a defender que, com a renovação profissional e sua aproximação correta da teoria social crítica, a nova concepção de profissão negaria a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa, que são funcionais à ordem burguesa. O Serviço Social passaria, segundo eles, a ter uma dimensão crítica da intervenção profissional assentada na defesa intransigente dos direitos. Podemos constatar assim que, de acordo com as formulações da vanguarda profissional, a profissão teria passado a se autodeterminar, em contraposição ao que essa mesma vanguarda formulou em outros espaços de que o Serviço Social seria socialmente determinado.

Netto (2011) trata como renovação da profissão e Iamamoto (2013) como movimento de reconceituação do Serviço Social. A síntese dos autores é que no final da década de 1970 e início de 1980, o Serviço Social passou por um processo reformulações que culminou com mudanças na formação e na prática profissional.

Para Netto (2011), o Estado ditatorial requeria profissionais mais capacitados para executar suas atividades e que contribuíssem com a manutenção da ordem burguesa, colocando para o profissional novo padrão de desempenho técnico, que atendesse à racionalidade burocrático-administrativa com postura moderna, revestindo-se de características formais e processuais. Tais exigências fizeram com que se iniciasse um processo de erosão no Serviço Social tradicional, justamente pela necessidade de dimensionamento teórico-racional, que acabava por ter que deixar de lado os comportamentos profissionais mais ligados a supostos humanistas e posturas contrárias às lógicas de programação organizacional. Exigia-se um assistente social “moderno” com procedimentos racionais (NETTO, 2011).

Para Iamamoto (2013), foi só por meio da reconceituação que o Serviço Social

passou a ter outras posturas e relações com o Estado e a sociedade civil, propiciando outra relação com a classe trabalhadora. Iamamoto (2013) afirma que o Serviço Social é um produto histórico, de modo que não se entende a profissão à margem da sociedade capitalista e suas determinações/relações. Quando discorre sobre as particularidades da polêmica profissional na década de 1980, que é um período de transição para o Serviço Social renovado, com um novo perfil profissional e social, entende que resulta da complexificação histórica da sociedade e do Estado, advindas da expansão monopolista, trazidas pelas novas condições econômico políticas postas pela ditadura militar e sua crise.

Na década de 1990, também é adotada a “questão social” como objeto de trabalho, além de elencar como hegemônico um projeto profissional, chamado de Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP).

A “questão social” é objeto de trabalho eleito, majoritariamente, pela categoria profissional porque é entendida como expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo, com múltiplas manifestações associadas às relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema, expressando também resistência e disputa política (YAZBEK, 2009).

Netto (2011) defende que sua gênese é resultante da acumulação capitalista, que vem da exploração de uma classe pela outra e resulta em um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos, os quais podem ser notados a partir de suas expressões, como desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais, etc.

Nas suas “Cinco notas a propósito da “questão social” de Netto (2011), aponta a “questão social” como específica do capitalismo, que passou a ser utilizada no século XIX como expressão da reação dos trabalhadores ao pauperismo, pois a pobreza crescia proporcionalmente à capacidade social de produção de riquezas. Com isso, a expressão “questão social”, cunhada pelos setores burgueses, passou a designar o pauperismo quando os trabalhadores, na sua revolta contra a exploração, postularam a superação do capitalismo, ou como diz o autor, devido “aos desdobramentos ideo-políticos”. A partir disso, segundo Netto, o pensamento conservador passou a utilizar essa expressão.

Neste campo, entende-se que suas manifestações imediatas, como desemprego, fome, doenças, penúria, etc., são desdobramento da sociedade moderna e, portanto, inelimináveis de toda ordem social, cabendo no máximo uma

intervenção política limitada para lhes amenizar, que se daria nos marcos do reformismo do capitalismo (NETTO, 2011).

Diante disso, Netto (2011) chama a atenção para o processo de luta dos trabalhadores, colocando que o pensamento revolucionário entendeu que apenas com a supressão da ordem capitalista é que se dará a supressão da “questão social”, passando a denunciar a expressão e seu caráter mistificador.

Ao realizarmos uma análise desta, que é tratada como categoria para o Serviço Social, podemos apreender que “questão social” é um termo utilizado para substituir luta de classes. É uma expressão mistificadora, onde tudo cabe. Inclusive no texto “Crítica ao Programa de Gotha” Marx qualifica a questão social como frase de jornalista, afirmando que está substituindo, erroneamente, a “luta de classes existente”.

O tema “questão social” surge essencialmente pelos desdobramentos políticos dos pauperizados, que não se conformavam com sua situação e começaram a se manifestar das mais diversas formas possíveis, se configurando como ameaça às instituições sociais. Depois disso, os representantes da ordem burguesa passaram a designar o pauperismo como “questão social”.

Neste debate é importante destacar que com o capitalismo ocorreu o fenômeno que não ocorria nas sociedades anteriores, ou seja, de não existir barreiras para a produção, sendo possível produzir sempre cada vez mais, principalmente com a incorporação da ciência e tecnologia, fazendo com que a pobreza não decorra da falta e sim da abundância. Por isso a necessidade (burguesa) de tentar reformar a ordem do capital para não eliminá-la.

Como aponta Cunha (2014) a “questão social” precisa ser problematizada no solo marxista, pois não tem a ver com problemas sociais que foram herdados da ordem burguesa, mas exclusivamente com a sociabilidade sob comando do capital. O autor aponta que o Serviço Social produziu uma direção sobre o tema com posições incertas, já que “questão social” foi abandonada por Marx em nome da “questão operária”, colocando em dúvida o seu verdadeiro peso explicativo.

Para Cunha (2014) não pode ser reduzida à categoria do pauperismo, pois parece ser óbvio em Marx que as questões que implicam as relações entre os homens são também questões sociais. Com isso, desigualdade social e pauperismo são derivativos da questão da propriedade privada e não da “questão social”. Além do mais, pauperismo é concreto e dispensa equivalências conceituais que se complicam.

De acordo com o autor, em Marx “questão social” não teve um desenvolvimento tão profundo perpassando por toda sua obra como é defendido do Serviço Social, constituindo-se em algo praticamente exógeno à teoria marxiana, que não realiza uma análise propriamente do tema, revelando-se como conceito abstrato e não razoável (CUNHA, 2014).

Para seguirmos, é também no contexto de eleição da questão social como objeto de trabalho da profissão que se reconhece o Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois neste se consolidarão todas essas escolhas das vanguardas profissionais para o direcionamento da profissão. Para este cabe um tópico específico, como realizaremos a seguir, para explicar melhor suas características, tendo em vista o objeto de pesquisa deste trabalho.

Antes, entendemos a necessidade, ainda, de apontar como se dão as características profissionais do Serviço Social no Brasil, elencando como a profissão, através de um posicionamento endógeno, é colocada na divisão do trabalho, traçando seus objetivos profissionais e como esta elenca seus horizontes.

A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E O ESTATUTO DO ASSALARIAMENTO

Como abordamos anteriormente, o Serviço Social é uma profissão que mundialmente se originou na fase do capitalismo monopolista, para dar respostas às demandas dos monopólios e do Estado via políticas sociais.

Até o ponto em que a vanguarda profissional postula ser o Serviço Social uma profissão inserida na divisão técnica do trabalho, com agentes executores das políticas sociais de modo a promover a reprodução do capital temos plena concordância com estes. Porém, entendemos que há desvios quando pretendem utilizar a teoria marxista para justificarem suas defesas de que a profissão consegue atender ao capital e ao trabalho pela mesma atividade e assim tensionar a sociabilidade burguesa, levando em certos momentos a entender que é possível a realização de uma revolução através da profissão.

Isso está colocado vastamente na literatura do Serviço Social, disseminado pela vanguarda profissional, com encorajamento de José Paulo Netto e Marilda Vilela Iamamoto nas obras que fundamentam a explicação do Serviço Social como

profissão.

E é justamente neste terreno complexo em que este trabalho se insere. Estas formulações contaminaram o que a categoria profissional tem como Projeto Ético-Político do Serviço Social como veremos mais para frente.

Como vimos em Iamamoto (2013), esta aponta que a aproximação correta da teoria social crítica no movimento de reconceituação do Serviço Social, propiciada pelas mudanças na formação profissional, ampliou a visão de mundo, proporcionando aos profissionais outras concepções de sociedade e indivíduo, diferentes das que se tinha no pensamento conservador. Neste contexto, o Serviço Social passou a discutir categorias como Estado, sociedade civil, democracia, movimentos sociais, direitos sociais, trazendo uma mudança no plano de intervenção profissional, de formação e das entidades representativas, dado ser somente a partir da década de 1980 que esta se coloca de maneira cientificamente diferenciada e rompe com o cunho conservador de sua base de conhecimento (IAMAMOTO, 2013).

Os autores que citamos anteriormente postulam que o exercício profissional abre possibilidade para que os projetos dos diversos protagonistas sócio-históricos rebatem no seu referencial ideal. Apontam que como as políticas sociais conformam um terreno de conflitos, por se constituírem tanto como respostas às exigências da ordem monopólica como do protagonismo proletário, tensionam a atividade profissional através das contradições e antagonismos, com o atendimento das classes sociais antagônicas. E que a opção pelo tratamento privilegiado de qualquer um dos lados não é resultado de uma escolha pessoal do profissional, mas é variável da ponderação social e da força polarizada dos protagonistas.

Vejamos nas palavras de NETTO (1996):

Ou seja: a prática do exercício profissional abre a possibilidade, posto que inscrita em uma dinâmica instaurada molecularmente pelos enfrentamentos de classes e frações de classes, para que rebatem no seu referencial ideal os projetos dos vários protagonistas sócio-históricos. Originalmente articulado para servir a um desses projetos, o arcabouço ideo-político do Serviço Social não escapa ao jogo de forças ideo-políticas que percorre a ordem burguesa, quanto mais se profissionaliza menos se mostra refratário a pressões de outros projetos – a medida em que avança como atividade vocacionada para manipular as respostas que o Estado burguês no capitalismo monopolista oferece institucionalmente às manifestações da “questão social”, também se vulnerabiliza como projeto de intervenção umbilicalmente vinculado a um só protagonista sócio-histórico (NETTO, 1996, p. 75).

Assim, conclui a argumentação do autor, que o campo da profissão é demarcado e tensionado por um jogo de forças das classes sociais; por isso os assistentes sociais tornam-se permeáveis a outros projetos sócio-políticos quando rebatem nas próprias políticas sociais. Na sequência desta argumentação Netto (1996) conclui:

O campo do Serviço Social, como pretende sustentar nossa argumentação, é demarcado e tensionado pela conjunção de uma dupla dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio-históricos na emergência da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio-ocupacional, todo um caldo se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas. Ambas as dinâmicas se inscrevem no tecido armado pelo jogo de forças das classes sociais, ainda que não sejam diretamente redutíveis a este – postos o peso específico e a configuração peculiar dos vetores constitutivos daquele caldo cultural (NETTO, 1996, p. 76).

Iamamoto (2009) vai apontar que o Serviço Social participa da reprodução da força de trabalho, privilegiando o aspecto ideológico em suas atividades, porque constrói a tese da natureza da profissão ser essencialmente pedagógica, reforçando que, portanto, atua no campo das ideias, exercendo assim atividade de cunho político.

Explicamos melhor: o seu núcleo de formulações, que sai do livro aqui utilizado e é reproduzido na formação de profissionais, diz que o Serviço Social reproduz pela mesma atividade interesses contrapostos que convivem em tensão, respondendo pela mesma atividade a demanda do capital e do trabalho. Estes apontamentos caminham para defesa de que é possível que os trabalhadores conquistem a “hegemonia” dentro do capitalismo e que o assistente social, por meio do seu trabalho, pode exercer uma atividade política de ajudar os trabalhadores assim o fazer.

Vejamos mais um de seus fragmentos desta defesa na mesma obra:

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua relação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos nesses interesses sociais, reforçando as contradições que

constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2009, p. 75).

Estes textos apontados até aqui são base para as formulações do Serviço Social explicar que a profissão tem um caráter eminentemente educativo e político, sendo de sua natureza influenciar as ideias dos usuários dos serviços. O núcleo dessa discussão é dizer que o Serviço Social reproduz pela mesma atividade interesses contrapostos que convivem em tensão, respondendo pela mesma atividade a demanda do capital e do trabalho.

Embora não deixemos de reconhecer que na prática a profissão tem desenvolvido atividades de cunho educativo e informativo, entendemos não ser esta a sua determinação essencial.

Aqui vale, então, pautar que diante da perspectiva materialista, o Serviço Social participa da reprodução social na gestão e execução dos serviços sociais; participa da reprodução da força de trabalho. A sua atuação no campo das ideias e da política é residual, semelhante ao que ocorre com a atuação de outros profissionais, não constituindo a determinação essencial que explica a existência dessa profissão. Os usuários do Serviço Social não o procuram para terem suas ideias influenciadas, mas para acessarem os serviços sociais. O consumo individual dos trabalhadores para a sua reprodução incorpora também os serviços sociais que compõem as políticas sociais. A consideração prioritária desses serviços sociais como expansão de direitos camufla seu verdadeiro objetivo, que é de ser funcional para a manutenção da ordem capitalista.

Não é à toa que a legislação que regulamenta a profissão tem esta base material de atuação na reprodução do trabalhador. É esta legislação que garante a inserção do profissional do mercado de trabalho e o reconhecimento de seu espaço institucional.

Antes de adentrarmos na legislação propriamente dita, vale recuperarmos de fato a teoria marxiana e as abordagens que Marx faz N'O Capital sobre a reprodução do trabalhador para compreensão das políticas sociais.

Para Marx (2012) o trabalhador é o meio de produção mais imprescindível ao capital porque só o trabalho vivo produz um valor adicional às mercadorias. Assim, o

consumo individual do trabalhador faz parte da sua reprodução, pois é um momento necessário ao processo de produção.

Registremos que na mesma linha o autor explica que o trabalhador, mesmo fora do processo de trabalho, é um acessório do capital como força de trabalho explorável. Seu consumo individual, agora, em nossa época, incorpora também os serviços sociais (de educação, saúde e assistência social, por exemplo), que se materializam no âmbito da “proteção social” e das políticas sociais, tratadas como expansão de direitos, sem fazer o esclarecimento necessário de que o direito social é um conjunto de recursos que participam da reprodução da vida dos trabalhadores. Ou seja, segundo Marx, a reprodução do trabalhador, a sua mera sobrevivência é do interesse do capital, não o ameaçando.

Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é, portanto, retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador (MARX, 1985, pág. 157, grifo nosso).

A força de trabalho do assistente social é utilizada no âmbito dos serviços sociais para reprodução do trabalhador. É também o que se verifica na legislação que regula a profissão no Brasil. Recorremos aqui aos seus artigos 4º e 5º (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993) que estabelecem o que constituem competências e atribuições privativas do assistente social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - **elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais** junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - **elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos** que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - **encaminhar providências, e prestar orientação social** a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - **orientar indivíduos e grupos** de diferentes segmentos sociais no sentido de **identificar recursos** e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na **defesa de seus direitos**;

VI - **planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais**;

VII - **planejar, executar e avaliar pesquisas** que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - **prestar assessoria e consultoria a órgãos** da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - **prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais** em matéria

relacionada às **políticas sociais**, no exercício e na **defesa dos direitos** civis, políticos e sociais da coletividade;

X - **planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;**

XI - **realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais** junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - **coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos** na área de Serviço Social;

II - **planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;**

III - **assessoria e consultoria** e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, **em matéria de Serviço Social;**

IV - **realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;**

V - **assumir, no magistério de Serviço Social** tanto a nível de graduação como pós-graduação, **disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos** em curso de formação regular;

VI - **treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários** de Serviço Social;

VII - **dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social**, de graduação e pós-graduação;

VIII - **dirigir e coordenar** associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - **elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais**, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - **coordenar seminários, encontros, congressos e eventos** assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - **fiscalizar o exercício profissional** através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - **dirigir serviços técnicos de Serviço Social** em entidades públicas ou privadas;

XIII - **ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira** em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Como vemos, a institucionalidade requer que a profissão planeje, organize e administre benefícios e serviços sociais. Se realizarmos uma pesquisa de como se dão as ações dos assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho, provavelmente a ação final estará ligada majoritariamente a estas atividades, além de encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

No entanto, na academia a profissão é entendida como uma prática essencialmente educativa, com a transmissão de valores. Assim, a formação de profissionais a partir desta perspectiva, leva a uma confusão muito grande entre profissão e militância, com o resultado de grande despreparo profissional quando este vai atuar no seu local de trabalho além, é claro, de total falta de clareza política

também. Não é à toa que os assistentes sociais quando indagados sobre o que fazem possuem gigantesca dificuldade de dizer, o que se torna pior quando precisam explicar sobre o seu objeto de trabalho.

Por isso, é importante afirmar que a profissão é determinada pelo mercado e não pela intencionalidade dos profissionais. Para a entendermos se faz necessário observarmos as condições concretas, que determinam a sua existência e não valores porque, estes, além de implicarem em escolhas, são diversos e não podem ser impostos.

Apontar que o assistente social trabalha com a defesa e busca de garantia de direitos e tem por objeto a “questão social” não basta para o profissional entender e explicar o que faz.

Direitos sociais requerem políticas sociais que se materializam através de serviços sociais específicos como educação, saúde, assistência social, dentre outros, com equipamentos, contratação de profissionais, orçamento, oferta de ações, etc. Ou seja, são as escolhas e decisões do Estado burguês, com recursos determinados que os materializam.

Por outro lado, a defesa de direitos implica necessariamente em tratar de direitos violados, que é quando precisam ser defendidos e o primeiro a violar direitos é o Estado. Desta forma, defender direitos é enfrentar o Estado, o que se dá pela via da atividade política e não pela via dos processos de trabalho, pois a finalidade do trabalho do trabalhador assalariado [o assistente social] tem a sua atividade determinada por quem lhe paga o salário, afinal este atende a um estatuto de assalariamento. Vejamos em NETTO:

[...] o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é; objetivamente, a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a inscrever-se **numa relação de assalariamento** e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (**principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho**) (NETTO, 2012, p. 646, grifos nossos).

Deste modo, nos cabe salientar que defendemos que a profissão de Serviço Social se desenvolve, segundo as exigências do modo de produção capitalista, assim como as outras profissões. Nesse sentido, dentro da divisão social do trabalho ocorre uma especificação cada vez maior das atribuições e funções dos profissionais,

motivada pelas necessidades de reprodução do capital.

Entendemos ser de suma importância para o debate sobre o projeto profissional o esforço que os assistentes sociais fazem para explicar sua profissão, a partir de sua concepção e identidade, através de respostas às perguntas sobre o que é Serviço Social e o que faz o assistente social, pois quantos profissionais já não se depararam com grande dificuldade em explicar o que fazem quando indagados sobre o seu fazer?

Para seguirmos com o debate do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que é o que supostamente baliza a ação de todos os assistentes sociais no cotidiano profissional, recordemos aqui os Princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Estes princípios, que estão no Código de Ética do Assistente Social, balizam o projeto profissional. Os princípios como a liberdade, justiça e democracia são elencados como valores fundamentais na luta por uma nova ordem societária, que devem ser defendidos por toda a categoria profissional.

A partir destes é que se coloca para o assistente social que sua profissão tem

como núcleo o reconhecimento da liberdade e da democracia; o compromisso com a expansão dos indivíduos; a defesa intransigente de direitos; a construção de ordem societária sem exploração de classe, gênero e etnia; a contemplação do pluralismo; o posicionamento a favor da equidade e justiça social; a ampliação e consolidação da cidadania; a universalização do acesso a serviços relativos às políticas e programas sociais. Isso tudo através de um projeto profissional, o PEP, para o qual cabe nos debruçarmos mais em um tópico específico, tendo em vista o objeto desta pesquisa, como veremos adiante.

Por fim, cabe destacar que a nossa intencionalidade até aqui é registrar como se constituiu a profissão de Serviço Social institucionalmente e como esta vem, a partir da década de 1980, se plasmando para os assistentes sociais que estão no cotidiano profissional atendendo as demandas de reprodução da classe trabalhadora.

Como veremos em Netto (2009) e em Teixeira e Braz (2009) mais a frente, afirma-se que no Serviço Social os sujeitos individuais e coletivos intervêm tanto no plano das ideias quanto no plano prático, imprimindo direção social que atende a interesses sociais em jogo na sociedade, como políticos, ideológicos, econômicos, etc. A partir disso, afirmam valores e diretrizes profissionais que seriam a sua “autoimagem” e adquire a condição de projeto profissional, que só pode ser pensado na relação com o projeto societário.

Não é à toa que muitos assistentes sociais são colocados cotidianamente diante do impasse de ter que responder às demandas da sua instituição empregadora ou ao que lhe é cobrado pelo projeto profissional de sua categoria; este é um debate de suma importância que nos leva a examinar os elementos do PEP a seguir.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Como sinalizado anteriormente a década de 1990 representou um momento de inflexão para a profissão. No contexto do Brasil e do capitalismo, estava em curso uma reestruturação produtiva e a reforma do Estado, ancorados no neoliberalismo, provocando mudanças significativas no âmbito da produção e das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Além disso, vivenciava-se um momento político de pós-redemocratização e construção da Constituição Federal de 1988.

Naquele movimento, as vanguardas profissionais direcionaram as grandes entidades da categoria para um novo projeto profissional, alinhado à perspectiva de emancipação da classe trabalhadora e capaz de enfrentar o capital. Sua direção foi explicitada no Código de Ética Profissional de 1986, alterada pelo Código de 1993, na legislação que regulamenta a profissão (Lei 8662/93) e nos parâmetros da formação acadêmica pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996.

O texto inaugural do Projeto Ético-Político do Serviço Social, amplamente difundido e que fundamenta as discussões deste após a eleição pela vanguarda profissional é o texto “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social” de José Paulo Netto. Este, como o próprio autor elenca, foi redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999) e apesar de ter se constituído como um dos primeiros materiais para a discussão acerca do tema é muito raro encontrar na literatura do Serviço Social um conteúdo que apresente divergências aos pressupostos elencados pelo autor. Netto aponta no próprio texto que “tem por objetivo oferecer elementos que contribuam para a compreensão e a implementação desse projeto” (NETTO, 2009, p. 01).

É neste campo que se insere a nossa pesquisa quando intenta investigar o que vem sendo debatido sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social nos últimos anos.

De acordo com a vanguarda profissional, que vem discutindo sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, é datada a década de 1990 para o início do debate acerca deste. Aponta-se que a construção deste projeto tem história iniciada entre os anos de 1970 e 1980, quando no Serviço Social começou um processo de crítica ao conservadorismo na profissão.

De acordo com Netto (2009) existem projetos societários e projetos profissionais que se encontram, “que confluem”, complementando-se. Para os quais

cabem os debates específicos a seguir.

Os projetos societários seriam um tipo de projeto coletivo, que são macroscópicos e com propostas para o conjunto da sociedade, estes “apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 2009, p. 02.).

Na nossa sociedade os projetos societários são então projetos de classe, mesmo refratando determinações de naturezas culturais, de gênero, étnicas, dentre outras e, desta forma, há necessariamente dimensão política com envolvimento de relações de poder e se constituem com estruturas flexíveis e cambiantes conforme as conjunturas históricas e políticas (NETTO, 2009).

Assim, na ordem capitalista “os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes” (NETTO, 2009, p. 03.).

Para Netto (2009) somente os projetos societários são macroscópicos e com propostas para o conjunto da sociedade. Os projetos profissionais, que também são coletivos, para o autor “não possuem este nível de amplitude e inclusividade” (p. 02).

Os projetos profissionais são então relacionados às profissões, especificamente aquelas que possuem regulação jurídica e formação teórica e/ou técnico-interventiva, geralmente de nível superior (Netto, 2009). Contudo, nos cabe destacar que apenas no Serviço Social existe a preocupação de se falar em projeto profissional, não encontrando em outras profissões essa pretensão.

Nas palavras do autor:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009, p.04.).

Assim, os projetos profissionais para Netto (2009) são construídos por um sujeito coletivo, que seriam um conjunto de membros que dão efetividade à profissão, não incluindo apenas os profissionais da prática, que através de sua organização

elaboram então o seu projeto. O autor aponta que o corpo profissional compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

Aponta, ainda, que para um projeto profissional se afirmar na sociedade e ganhar solidez e respeito diante de outras profissões, das instituições e dos usuários dos serviços prestados, é necessário que este tenha um corpo profissional organizado.

Deste modo, projetos profissionais também seriam estruturas dinâmicas que respondem às alterações das necessidades sociais e da profissão, se renovando e modificando através das transformações econômicas, históricas e culturais e das mudanças na composição social do corpo profissional (NETTO, 2009).

Com isso, o autor ressalta que os projetos profissionais têm inelimináveis dimensões políticas, seja na relação com os projetos societários ou com relação às perspectivas particulares da profissão, apontando que nem sempre essas dimensões são explicitadas. Aqui, chama a atenção para direções conservadoras ou reacionárias, apontando que “um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas” (NETTO, 2009, p. 05).

Netto discutirá então sobre “projetos profissionais e pluralismo” num tópico único sobre o assunto, dizendo que o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional faz parte de um universo heterogêneo, pois os membros da categoria profissional são necessariamente indivíduos diferentes, fazendo com que o corpo profissional seja uma unidade de diversos, com projetos individuais e societários diversos e configurando um espaço plural do qual pode surgir projetos profissionais diferentes.

Aponta que mesmo que um projeto conquiste hegemonia nunca será exclusivo porque o corpo profissional é campo de tensões e lutas. Assim, a consolidação de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições, “tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes (NETTO, 2009, p. 05).

Com isso, sublinha que o pluralismo deve ser respeitado porque é elemento factual da vida social e da profissão e a elaboração e afirmação de projeto profissional tem que se dar com essa nítida consciência, pois o pluralismo também supõe respeito às hegemonias conquistadas e o debate de ideias só pode ter este como terreno adequado.

Aponta, ainda, a relação dos projetos profissionais com os projetos societários

dizendo que “embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles” (p. 06). Assim, para ele, um projeto societário hegemônico pode ser contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos profissionais e que esta colisão tem limites na sociedade capitalista.

A partir desses apontamentos, o autor avança sobre a diversidade de componentes e Código de Ética do projeto profissional, dizendo que este tem uma série de componentes distintos, como “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente (NETTO, 2009, p. 07).

Netto (2009) considera que a recorrência ao Código de Ética no projeto profissional é importante porque este clama por fundamentação de valores de natureza ética e que os elementos éticos não são limitados a normativas morais com prescrições de direitos e deveres, pois envolvem opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais. De acordo com o autor “por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (NETTO, 2009, p. 07).

Sobre a direção política, ele aponta que transição dos anos 1970 a 1980 colocou a primeira condição para a construção do novo projeto profissional do Serviço Social, pois foi quando se viabilizou a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.

Para o autor, nesse período, coincidindo com a crise da ditadura militar brasileira, em que “foi levada de derrota em derrota”, foi possível a resistência e a irrupção de demandas democráticas reprimidas na vida social. Aponta que neste contexto o histórico conservadorismo da profissão foi confrontado pela primeira vez, tendo em vista a luta pela democracia na sociedade brasileira que encontrou eco no corpo profissional.

A condição política para constituição de novo projeto profissional foi mobilizada pelas vanguardas profissionais, que se vincularam aos movimentos dos trabalhadores e romperam com a dominância do conservadorismo, instaurando o pluralismo político na profissão, que também redimensionou a organização profissional com suas

entidades (ABEPSS e CFESS). Registra que naquela conjuntura de disputa entre projetos societários diferentes, marcada pela luta contra a ditadura e a conquista da democracia política, as vanguardas da profissão incorporaram as aspirações democráticas a partir dos interesses dos trabalhadores e no interior do corpo profissional passaram a repercutir projetos societários distintos.

Ainda, para Netto (2009), outros componentes, além da condição política, deram forma ao novo projeto profissional. Como os cursos de pós-graduação em Serviço Social, que foram instaurados com a Reforma Universitária promovida pela ditadura militar, que possibilitou uma massa crítica com estabelecimento de interlocução com as ciências sociais. De acordo com Netto, nesta acumulação teórica é notável a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, como vertentes críticas inspiradas na tradição marxista. Com isso, destaca que no plano da produção de conhecimentos, foi instaurado um pluralismo que permitiu concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com projetos societários das massas trabalhadoras.

Outro componente foi o debate sobre a formação profissional e a reforma curricular, que atravessou os anos de 1980 e 1990, com esforços para adequar a formação para as novas condições da “questão social” e para as exigências intelectuais da massa crítica. Ou seja, redimensionar o ensino com intenção de formar um profissional “capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional” (NETTO, 2009, p. 13).

É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários (NETTO, 2009, p. 13).

O autor sublinha que este movimento se deve sobretudo “à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira (p. 14). E, conclui, que estes componentes foram os principais que se conjugaram também para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, os quais foram sendo gestados ao longo dos anos de 1980 com processualidade até os dias atuais. Por fim, aponta que Código de Ética Profissional

de 1993 é basilar no PEP, tendo em vista o processo de revisão pelo qual passou desde 1986, que teria superado unilateralidades e limites com a acumulação teórica sobre o debate ético. (NETTO, 2009).

Sobre a estrutura básica do PEP, NETTO (2009) afirma:

Esquemáticamente, este projeto **tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade** como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um **compromisso** com a autonomia, a emancipação e a **plena expansão dos indivíduos sociais**. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a **construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero**. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a **defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo**, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona **a favor da equidade e da justiça social**, na perspectiva da universalização do **acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais**; a **ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais** das classes trabalhadoras. Correspondentemente, **o projeto se declara radicalmente democrático** – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2009, p. 15-16, grifos nosso)

Na sequência, destaca que do ponto de vista estritamente profissional, o PEP implica em compromisso com a competência que tem como base o aperfeiçoamento intelectual do profissional. Além disso, prioriza nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos profissionais, em que tenha compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. E, aponta, que o projeto deixa claro que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional se articular com outras categorias profissionais e com movimentos que se solidarizam com a luta dos trabalhadores.

Vale ressaltar que ao falar da estrutura básica, destaca que quer assinalar seu caráter aberto, “mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios (Netto, 2009, p. 15). Assim, sinaliza que é um projeto que se faz de um processo em contínuo desdobramento.

Para concluir o debate, afirma que este projeto conquistou hegemonia na década de 1990 tendo em vista sua fundamentação teórica e metodológica, advertindo que não significa que com isso seja o único ou que esteja consumado.

Fundamentando essa afirmação, aponta que com vontade político-organizativa

as vanguardas da profissão souberam articular estrategicamente uma direção social com crescente envolvimento nos espaços coletivos profissionais como Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, oficinas da ABEPSS e encontros do CFESS/CRESS. Além disso, afirma também que as linhas do projeto têm sintonia com o movimento da sociedade brasileira de suas classes sociais, as quais expressam demandas e aspirações da massa dos trabalhadores, processadas na perspectiva profissional. Sublinha que o projeto se vinculou a um projeto societário que tem raízes na vida social e acompanhou o movimento democrático e popular que forçou rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias entre a derrota da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988, fazendo questão de elencar que foi chamada de cidadã por Ulisses Guimarães (NETTO, 2009).

Ao final, sinaliza que a hegemonia pode estar ameaçada pelas transformações capitalistas e a crise deste sistema no Brasil a partir do trânsito dos anos de 1980 a 1990, em que a burguesia se tornou defensora do neoliberalismo que, em suas palavras, “vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população” (Netto, 2009, p. 18). O que seria uma ameaça ao projeto profissional como “sinal de “atraso”, de “andar na contramão da história” (NETTO, 2009, p. 19).

Para o autor, a preservação e o aprofundamento deste projeto depende da vontade do corpo profissional e do fortalecimento do movimento democrático e popular. Com isso, sublinha que o PEP tem futuro porque aponta combate ao neoliberalismo, sendo este ético, teórico, ideológico, político e prático social.

Outro texto que é referência no Serviço Social para a discussão da composição do projeto ético-político do Serviço Social, é dos professores Joaquina Barata Teixeira e Marcelo Braz intitulado “O Projeto Ético Político do Serviço Social”¹², o qual caminha na mesma linha das teses elaboradas por Netto, caracterizando o projeto profissional como instrumento de luta na sociedade em que vivemos.

Os autores dividem o texto em três linhas: “A natureza dos projetos como finalidades (teleologia) concebidas e voltadas para uma determinada atividade”; “O

¹² Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_braz-marcelo-201608060407431902860.pdf

projeto ético-político como expressão das mediações existentes entre projetos societários e projetos profissionais” e “O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, sua constituição histórica, seu estado atual e seus desafios futuros”.

No tópico “A natureza dos projetos como finalidades (teleologia) concebidas e voltadas para uma determinada atividade” Teixeira e Braz (2009) apontam que os projetos societários se vinculam a práticas e atividades variadas da sociedade e, portanto, possuem caráter político com interesses sociais diversos e necessidades sociais reais.

Dentre as práticas possíveis destes projetos estão as práticas profissionais relacionadas à prática produtiva em que os homens, através do trabalho, transformam a natureza e obtém dela os meios necessários à sua vida material (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Para os autores é neste âmbito que se dá a práxis como forma de objetificação da realidade. Esta se daria, então, por duas dimensões: a que é voltada para controle e a exploração da natureza e a práxis profissional que influi no comportamento e ação dos homens. Defendem assim, que a práxis se objetiva materialmente ou idealmente, que no caso seriam os valores éticos que se realizam sem operar transformações numa estrutura material.

No tópico “Projetos Societários, Projetos Profissionais e o Projeto Ético Político do Serviço Social” os autores defendem que todo projeto tem dimensão política por se desenvolverem em meio às contradições econômicas e políticas da sociedade de classes, assim o projeto profissional também é político. Com isso, o projeto profissional se conecta então a um projeto societário.

Assim, a prática profissional adota determinada direção social por meio das ações do profissional e não pode haver projeto profissional sem os pressupostos de se vincularem aos rumos da sociedade e sem a disputa entre projetos societários, por estes estarem presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, de acordo com Teixeira e Braz (2009). Diante disso, sublinham que o projeto ético-político possui um projeto societário em sua dinâmica.

Eles apontam que o projeto profissional do Serviço Social tem pressuposto fundante, que seria “a relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele” (Teixeira; Braz, 2009, p. 5). Afirmando que o projeto ético-político se vincula a um projeto de transformação da

sociedade.

Os autores reiteram que a vinculação do projeto profissional a um projeto de transformação da sociedade se dá pela exigência colocada para a dimensão política da intervenção profissional, convocando a autora Iamamoto, por fazer uma defesa nesse sentido também (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

E também afirmam que através de uma ação realizada no seu cotidiano o profissional de Serviço Social favorece interesses sociais distintos e contraditórios.

No tópico “Elementos constitutivos do projeto ético político do Serviço Social” os autores recorrem ao texto de Netto sobre o PEP, trabalhado aqui anteriormente, para caracterizar o projeto profissional e, em resumo, afirmam que carrega uma imagem ideal da profissão, com valores, função social, objetivos e conhecimentos, indicando, assim, seus elementos constitutivos, que seriam: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica; crítica radical à ordem social vigente; lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Na sequência, os autores apontam que cada um destes elementos tem componentes que lhes dão materialidade e que ganham visibilidade na realidade através dos assistentes sociais, sendo por:

- a) produção de conhecimentos no Serviço Social, por onde se conhece sistematização das modalidades práticas da profissão e são apresentados os processos reflexivos do fazer profissional e destacam que “não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 09).
- b) instâncias político-organizativas da profissão envolvendo fóruns de deliberação quanto a entidades da profissão, pois seriam por meio destes que se consagra os traços gerais do projeto profissional e se reafirma compromissos e princípios, já que “subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 09).

- c) dimensão jurídico-política da profissão com arcabouço legal e institucional com leis e resoluções, documentos e textos políticos. Dentro do aparato jurídico-político estritamente profissional o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social de 1996. Dentro do aparato jurídico-político de caráter mais abrangente há o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que diz respeito a implementação que é tocada pelos profissionais nas diversas áreas de atuação e pela “participação decisiva que tiveram (e têm) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 10).

Para Teixeira e Braz (2009) são os itens apontados acima que materializam a constituição do PEP na realidade objetiva e que o tornam projeção coletiva dos assistentes sociais.

Os autores alertam que o PEP não se efetiva integralmente na realidade porque a realidade objetiva é diferente da realidade subjetiva, ou seja, do que se idealiza para realizar e porque não há controle sobre todos os aspectos da realidade, recorrendo a Marx para dizer que a história é feita pelos homens. Também, apontam que os princípios e valores defendidos pelo projeto profissional são incompatíveis com a sociedade capitalista, porém os assistentes sociais podem, dentro da democracia política, construir caminhos que demarquem com clareza os compromissos ético-políticos profissionais.

De acordo com eles não é incomum encontrar profissionais que indicam a inviabilidade do PEP por apresentar princípios, que não podem ser efetivados concretamente no fazer profissional. Eles rebatem afirmando que isso é falso e revela uma visão pobre, pois este projeto fornece os elementos necessários para enfrentamento das dificuldades profissionais, sendo necessário enfrentar a realidade com competência e consciência do significado político-profissional de atuação.

Os autores seguem para o tópico “Os desafios ao projeto ético-político na entrada do século XXI” e neste apontam que desde 1970 o Serviço Social brasileiro constrói um projeto comprometido com a classe trabalhadora.

Indicam que o Movimento de Reconceituação da profissão e o processo de redemocratização do Brasil são o chão histórico para o Serviço Social renovado, com a ruptura teórica e política do tradicionalismo. Assim, a gênese do PEP está na segunda metade da década de 1970 avançando para os anos 1980 e se consolidando em 1990, porém ainda em construção na atualidade (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Para os autores, a década de 1990 demonstra a maturidade profissional com a ampliação de conhecimentos através de centros de pós-graduação. Além desta, houve também a maturidade político organizativa da categoria com o fortalecimento de entidades e de fóruns deliberativos. No entanto, diante do neoliberalismo e da pós-modernidade, o projeto profissional sofre ameaças, sendo eles.

Teixeira e Braz (2009) apontam que reordenações do capital nas formas e nos meios de produzir e acumular riqueza exigiram alterações político-institucionais do Estado e enfraquecimento da classe trabalhadora. Como consequência, piorando as condições gerais de vida dos trabalhadores com a precarização do trabalho, rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Isso, conseqüentemente, recaiu sobre os usuários da profissão de Serviço Social e sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Assim, os autores apontam que contraditoriamente o projeto profissional se consolidou sobre as bases construídas a partir de 1970 e pelo nível de organização e mobilização que envolveu amplos segmentos da sociedade e concluem que “essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizada por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva para o avanço do projeto ético-político” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 17).

Teixeira e Braz (2009) concluem que a reafirmação do projeto ético-político depende das “respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (...) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 17).

Seguindo para as discussões realizadas nesta pesquisa, destacamos que recorreremos aos expoentes sobre o assunto sem a intenção de realizar um exame exaustivo, apenas para ilustrar como é construído o projeto profissional para o Serviço Social e, com isso, passamos para alguns debates.

Se fizermos uma análise a luz de categoriais críticas, veremos que os princípios defendidos no PEP, que são amplamente difundidos no Serviço Social, são

reformistas e liberais, chocando-se com a teoria marxista propagada na profissão e, tal projeto, requer do assistente social muito mais que um direcionamento ético para execução do seu trabalho.

Além disso, também nos é caro indagar, a partir da análise deste projeto profissional, qual “projeto societário” que o PEP defende? Pois neste não existe o registro de defesa de socialismo, apesar de caber uma dilatada interpretação deste. Ademais, a busca por outra ordem societária pode ser qualquer outra coisa ainda dentro do capitalismo, que permitiria um Estado para todos e não necessariamente a busca por uma sociedade materialmente distinta, que se dará através do comunismo.

Como apontado pelos interlocutores do debate sobre o projeto ético-político do Serviço Social, este tem seu cerne no processo de ruptura com a vanguarda tradicional, que seria um processo que colocou em cena a determinação social, econômica, política e ideológica da profissão, como vimos anteriormente. Sem dúvidas, entendemos que foi um processo importante para demarcar que não há um fazer profissional sem direção, neutro e sem valores embutidos, pois o Serviço Social está inserido na divisão social do trabalho, com funções dentro de um Estado que é burguês e requer profissionais para reproduzir os seus interesses.

Porém, há que se destacar que o processo de ruptura não veio das bases, como paira no ar durante a formação profissional. Este veio de um cenário em que a América Latina colocou na ordem do dia questionamentos sobre a sociedade vigente nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo pelas vanguardas universitárias que iniciaram com questionamentos teóricos, mas se inseriram nos movimentos sociais e chegaram a confundir a profissão com militância revolucionária, apontando a necessidade de inserção na “revolução latino-americana”¹³. Consequentemente, esse movimento se espalhou para o Serviço Social, que também começou movimentos de questionamentos da profissão com a reprodução da lógica burguesa e do seu significado social.

Importa debater a orientação política que é dada ao projeto profissional pela vanguarda do Serviço Social. É evidente que existe uma orientação político-ideológica tentando influenciar o posicionamento dos assistentes sociais, para defesa de um projeto político.

¹³ Sobre o assunto, ver mais em: NETTO, J. P. A crise do processo de reconceitualização do Serviço Social. In: ALAYON, N. Desafio al Servicio Social. Buenos Aires, Humanitas, 1975. Tradução de Evaristo Colmán, p. 1-16.

Os profissionais são convocados a não postularem neutralidade e ter posição a favor da classe trabalhadora, o que ocorre em seu cotidiano, na maioria das vezes, de modo contraditório, porque em sua atuação profissional estes reforçam a reprodução do capital e, como trabalhadores, não podem emitir posições além das que os mantêm em seus postos de trabalho por sua condição de assalariamento.

Nesta seara, despolitizam todos os debates possíveis de serem realizados e se consagra o dogma do marxismo (sem Marx) e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, em que o profissional que ousar pisar fora desta linha é passível de ser crucificado. Com isso, aceita-se que se evoque a teoria marxista abstratamente pelos corredores da profissão, pelo fator da repetição e verborreia, mesmo que aqueles que a replicam tenham certeza que só o estão reproduzindo porque é o parâmetro aceitável para não ser “cancelado”, como se diz na era pós-moderna. Cabe destacar que isso exigiria, antes, a escolha voluntária dessa doutrina e inserção nas instituições em que os objetivos revolucionários se realizam (sindicatos e partidos).

Ademais, se todos os assistentes sociais pensassem da mesma forma e atuassem sob os postulados dos princípios fundamentais do PEP, a nova ordem social elencada por este jamais seria a superação do capitalismo e construção do comunismo. Estes trabalhadores, sob um regime totalizante, só caminhariam para reforçar a lógica de um Estado mais democrático e com “lugar ao sol” para todos aqueles que sofrem alguma opressão. Pois, ou se tem como horizonte a revolução dos trabalhadores com vistas a destruição do capitalismo, ou se tem como horizonte as políticas sociais como o grande objetivo da sociedade e, a partir disso, a ação estatal como horizonte da profissão.

Quando Netto (2009) está discutindo sobre os projetos societários aponta que os membros da sociedade atuam orientados para objetivos, metas e fins e a ação humana implica sempre um projeto, uma antecipação do que se pretende alcançar invocando valores que legitimam a finalidade e os meios escolhidos para seu alcance. Esta argumentação também se aplicaria para os projetos profissionais e, então, para balizar os valores éticos elencados para a profissão de Serviço Social.

Essas afirmações merecem discussão, tendo em vista justificarem posições políticas para o projeto profissional. Em geral os membros da sociedade não sabem ao certo para onde caminha a sociedade porque as relações sociais não são transparentes e, assim, na maioria das vezes, não atuam orientados para um projeto societário.

A fabricação dos elementos constitutivos do PEP, de modo muito bem elaborado, esconde o real significado de justiça social, democracia, pluralidade, cidadania, que destoam completamente da emancipação humana e só reforça a crença no papel estatal de incluir quem é excluído, de exaltar os oprimidos.

Há que se considerar, ainda, o conceito de liberdade, extremamente deturpado no PEP, pois a liberdade defendida se limita à perspectiva individual e à lógica liberalizante. É evidente que do ponto de vista do marxismo esses princípios fundamentais não vislumbram nem luta de classes, nem a eliminação das classes sociais como aponta Marx em suas obras.

Por este motivo, também, parece-nos decisivo debater a ética no projeto profissional, pois se analisarmos a estrutura deste, tal como se registra nas publicações da área, apreendendo que o projeto é muito mais político que ético e que a ética se torna um adjetivo que dá sustentação normativa ao projeto para reforçar sua legalidade e ser aceito por todos os profissionais. Os princípios que o sustentam nos remetem claramente a objetivos políticos, limitadamente democráticos e restritos à ordem burguesa.

Uma das interlocutoras da ética no Serviço Social, Maria Lúcia Barroco, na obra “Fundamentos éticos do Serviço Social” destaca que a ética em geral se volta para a transformação dos homens entre si, a partir de seus valores, da exigência de posicionamentos, de escolhas, sendo que estes são motivados pela consciência, pelas formas de sociabilidade e capacidade teleológica, com o objetivo de liberdade, universalidade e emancipação do gênero humano.

Já a ética profissional, através da prática profissional, é objetivada como ação moral e normatização de deveres e valores de um Código de Ética. Para a autora a moral profissional se dá através da relação entre a ação profissional de um indivíduo singular, que materializa um comportamento seguido de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral, os sujeitos envolvidos no processo e o produto resultado da intervenção profissional (BARROCO, 2009).

Para Barroco (2009) a moralidade se liga a uma educação moral que foi obtida anteriormente à formação profissional, com a tendência de reprodução de morais que se dão na vida cotidiana através das relações profissionais. Assim, a inserção profissional pode reforçar ou contrapor valores que já haviam sido introjetados pelo indivíduo.

A autora coloca que ética profissional também é objetivada através de um

Código de Ética com determinações de comportamento individual dos profissionais através de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções. Porém a profissão não garante a legitimação de sua ética a partir de um código, pois essa legitimação é possível por uma questão de consciência ética e política, com capacidade da categoria profissional para mobilização. Por isso, a ética profissional, não estaria isenta de processos de alienação.

Assim, é caro para a autora a temática da política, a qual é apontada como “um campo onde os critérios de decisão são dados hegemonicamente pelos interesses, e não por valores éticos, tende a reproduzir uma lógica que atualiza uma ética específica, resultado da relação entre as exigências éticas das ações e as necessidades materiais reproduzidas socialmente” (BARROCO, 2009, p. 16). Apontando que no capitalismo a ação política é materializada como luta no espaço público entre projetos que defendem interesses de classes. O que se vincula diretamente com a ética também, pois esta ocorre entre limites e possibilidades que não são dados só pelos indivíduos (BARROCO, 2009).

Por fim, Barroco (2009) retoma como foi sendo construída a ética profissional do Serviço Social, que “se configura como uma profissão fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político” (Barroco, 2009, p.17). Assim, resgata os Códigos de Ética da profissão e debate sobre a construção, iniciada nos anos de 1980, do Projeto Ético-Político da Profissão, que para a categoria que o defende, propiciou a renovação do Serviço Social brasileiro e rompimento com o tradicional.

Barroco reforça que para a responsabilidade ética profissional é necessária participação ativa dos sujeitos coletivos e que “os valores contidos no Código de Ética Profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente” (BARROCO, 2009, p.20). Nas palavras da autora:

Na relação com os usuários, nos limites da sociedade burguesa, a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica no compartilhamento coletivo com outros profissionais e no respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ética-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfretamento e de resistência (BARROCO, 2009, p.22).

Assim, podemos apreender nas discussões realizadas pela autora que a ação ética é uma ação política também. A ética seria a transformação dos homens entre si e o momento da práxis, pois defende que a base da ética tem como pressuposto a ontologia, a humanização do homem enquanto ser social.

Aqui vale recuperarmos Marx e Engels em “A ideologia alemã” para apontarmos a problemática da ética ser idealizada, como uma promotora da tomada de consciência que produza mudanças no real. Estes, ao debaterem sobre o comunismo, apontam que não é um produto da autoconsciência e sim consequência das condições materiais de produção e desenvolvimento das forças produtivas:

O comunismo não é para nós um estado de coisas [Zustand] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva. (S. M.)] resultam dos pressupostos atualmente existentes (MARX; ENGELS, 2007, p.38).

Duarte & Alapanian (2008) apontam que o Código de Ética de 1986, elaborado sob o impulso dos movimentos anti-imperialistas latino-americanos foi abandonado devido à mudança no posicionamento político das vanguardas profissionais, na passagem da ditadura militar ao período de democratização. Indicam que parte das vanguardas do Serviço Social foram afetadas pelo predomínio da linha democrática e institucional, por isso, expurgaram os “exageros revolucionários” do Código de Ética de 1993. Em suas palavras:

O abandono daquele “novo” Código pelo atual também se deveu à mudança da conjuntura política que afetava [e ainda afeta] às vanguardas profissionais. A democratização, principalmente desde a presidência de José Sarney, encontrou a pequena-burguesia engajada não mais na estruturação de movimentos de massas, mas, na sua integração aos espaços institucionais, na ocupação do Estado burguês. Eleições para prefeitos, vereadores, deputados, governadores, etc., passaram a constituir prioridades das agendas políticas em detrimento das lutas sociais. Foi o auge da organização do Partido dos Trabalhadores - PT, como uma máquina para ocupar o Estado, do qual diversas esquerdas se constituíram em correntes internas, mas, abrigadas sob a mesma legenda. Foi também a época de fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, tendo como coluna vertebral o proletariado concentrado nos grandes centros industriais (DUARTE; ALAPANIAN, 2008, p. 02).

Os autores apontam que na Resolução que instituiu o Código de Ética de 1993 houve uma clara consciência do expurgo dos “exageros revolucionários” ao se apontar que se reconhecia as conquistas políticas e posições da categoria expressas no

Código de 1986 que deveriam ser preservadas.

Neste destaque que os autores realizam, cabe aqui questionarmos o espaço da ética no PEP e importa retomarmos o texto de Leon Trotsky sobre a moral intitulado “Moral e Revolução” de 1936.

No debate o autor coloca sobre a moral burguesa e como esta é ideológica. Recupera a máxima sobre os *fins justificar os meios* e questiona que o mais importante, no entanto, é definir o que justifica os fins, apontando que no processo histórico os fins e os meios trocam incessantemente de lugar e traz como exemplo a democracia que é, em certas épocas, o "fim" perseguido pela luta de classes, da qual transforma-se depois em "meio".

Trotsky (1936) ressalta que este princípio do fim justificar os meios foi atribuído originariamente aos jesuítas, mas não resolve o problema moral. Além disso, resgata a relatividade dos mandamentos morais dentro de condições normais e condições adversas, tentando demonstrar como as normas da moral geralmente reconhecidas podem mudar dependendo da situação, direcionando “os governos mais "humanos", que em tempo de paz "criminalizam" o assassinato, em tempo de guerra fazem do extermínio do maior número de homens o primeiro dever de seus soldados” (p. 04).

Aponta que normas morais obrigatórias para todos dentro da realidade adquirem um conteúdo de classe e, nesta linha, recupera como a ética, que seria a formalização da moral, contribui como meio para reforçar esse plano ideológico que se utiliza de vários aparatos para ocorrer. Em suas palavras:

O evolucionismo burguês detém-se, paralisado pela impotência, no limiar da sociedade histórica, não querendo admitir que a luta de classes é a mola principal da evolução das formas sociais. A moral não é mais do que uma das funções ideológicas desta luta. A classe dominante impõe seus fins à sociedade e a habitua a considerar como imorais os meios que se chocam com esses fins. Esta é a função essencial da moral oficial. Ela procura "a maior felicidade possível", não em favor da maioria, mas de uma minoria cada vez mais restrita. Um regime semelhante, se baseando apenas na coerção, não duraria uma semana. O cimento da ética lhe é indispensável. A preparação desse cimento constitui a profissão dos teóricos e moralistas pequeno-burgueses. Podem eles reluzir em todas as cores do arco-íris, mas, no final das contas, não são mais que os apóstolos da escravidão e da submissão (TROTSKY, 1936, p. 04).

Por fim, conclui que a moral idealista é contrarrevolucionária e se encontra a serviço dos exploradores, pois a revolução (dos trabalhadores) é o produto da sociedade dividida em classes e do ponto de vista das verdades eternas é,

naturalmente, "imoral" (TROTSKY, 1936).

Para a pesquisa aqui realizada e o debate dos valores e princípios éticos que guiam o PEP, nos cabe apontar, à luz das discussões nesta linha, que qualquer ação se explica a partir da finalidade que se persegue. Dizer, portanto, que o fim justifica os meios é uma banalidade, porque o debate que interessa é saber o que justifica os fins. Os fins não justificam qualquer meio e não se pode chegar à finalidade de qualquer jeito, pois cada fim tem os meios que lhe servem adequadamente, como o fim da ordem capitalista, por exemplo.

Dessa forma, os fins revolucionários só podem ser atingidos por meios revolucionários e não parlamentares, democráticos, constitucionais, mas sim através de meios que levem a organização dos trabalhadores. Um meio como a democracia (ou o PEP, por exemplo) estimula a passividade e certamente não atinge o fim de aniquilar a propriedade privada e a exploração e opressão dos homens.

Sobre a democracia sublinhada como grande valor no PEP, vimos tanto em Netto quanto em Teixeira e Braz que os projetos profissionais são vinculados aos projetos societários e que o PEP seria então a mediação entre projetos societários e projetos profissionais, defendendo, assim, a democracia como valor político, como aponta Colmán (2012).

A democracia articula outros princípios que dão sustentação ao projeto profissional e é tratada como a organização político-social capaz de assegurar a liberdade e equidade, pois sem ela esses valores não poderiam se realizar. Isso, conseqüentemente, se choca com o comunismo e um "projeto societário" dos trabalhadores, pois como aponta Colmán (2012) a luta de classes não é interrompida durante um regime ditatorial ou fascista e só retomada quando estiverem garantidas as liberdades democráticas: "no âmbito da tradição marxista e do movimento operário internacional a luta pela revolução social não se interrompe na ausência de democracia". (COLMÁN, 2012, p. 07).

Ainda, nas palavras do autor:

Aquilo que, desde uma perspectiva mais precisa, porém, vinculada à tradição marxista podemos denominar luta de classes, é transformado aqui em movimento democrático e popular, e este por seu turno se limita à democratização, ao processo de transição lenta e controlada pela ditadura, posteriormente coroada pela Constituição "cidadã". Quer dizer, o "projeto societário" das classes trabalhadoras e subalternas seria a constituição de um regime político semidemocrático e, o nosso PEP, seria assim um projeto democrático e popular (COLMÁN, 2012, p. 09).

Assim, segue-se que a democracia passa a ser utilizada como sinônimo de radicalidade e é tratada pelos autores que discutem sobre o PEP e sobre a ética profissional, como favorável à equidade, justiça social, universalização do acesso a bens e serviços, ampliação e consolidação da cidadania.

A democracia no mundo real das relações políticas, econômicas e sociais se materializa e se apresenta como alternativa nacional de governo, se encarnando destacadamente no PT (Partido dos Trabalhadores), como é sublinhado por Teixeira & Braz quando discorrem sobre o período das décadas de 1980 e 1990 para justificar a direção do PEP, como vimos anteriormente.

Deste modo, para o autor “o desvelamento científico deste princípio político é imprescindível para avançar na crítica às condições em que se desenvolve a nossa profissão e também para responder aos desafios que a crise capitalista tornará cada vez mais urgente” (Colmán, 2012, p.10), tendo em vista que nenhum dos outros princípios do Código de Ética tem tratamento destacado e detalhado como a democracia e é este o princípio que articula os demais valores que são postulados.

Sublinhamos, ainda, que a democracia no PEP é tratada como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Ao recuperarmos a teoria marxista, compreenderemos que a emancipação humana destoa em larga escala da emancipação política e a participação da riqueza socialmente produzida não é capaz de ser realizada numa sociedade regida pela ordem capitalista e dividida por classes sociais. Outro ponto em que o PEP se opõe ao marxismo.

Daí a importância da discussão dos fundamentos da ética profissional para o Serviço Social também, para buscar compreender como se dá na profissão a dimensão ético-política, qual é esse agir ético, qual é esse agir político e sua base e qual a posição de classe que acaba por reforçar?

O próprio Netto (2009) aponta o destaque dos partidos políticos em suas discussões sobre o PEP. Em suas palavras: “partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo” (p. 03). Então cria a estrutura em seu texto de projetos políticos e projetos profissionais para justificar a profissão ter um projeto profissional, que ao final é um projeto político, que leva o nome de ético para dar condições a sua existência. Mas que projeto político é este?

Vale a pena destacar que existe uma ideia reforçada ao longo da formação profissional e das colocações postas pelo conjunto CFESS/CRESSS que para o

exercício profissional o assistente social precisa concordar com um programa político. Transforma-se a direção da profissão no programa de um quase-partido, algo que é de fato adequado no âmbito da luta de classes, do trabalhador e não da profissão.

Como iniciamos o debate neste capítulo, frisamos nossa defesa de que a profissão não será instrumento para transformar o modo de produção capitalista porque é funcional a ele - faz parte da reprodução social.

Ao nos aprofundarmos sobre o processo em que a profissão de Serviço Social é renovada e o processo histórico brasileiro, podemos apreender a grande confusão e mistura que é feita entre militância política e atuação profissional. Mistura-se a profissão e seus direcionamentos com a construção do Partido dos Trabalhadores e seu programa. O grande problema é transformar a direção profissional em um dogma com gigantescas deformações acerca da transformação societária.

Só para apontar um caminho desta fragilidade é que socialismo dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) é uma palavra de ordem com conteúdo moralista, de caráter reformista e conciliatório, como o desejo de uma dose maior de igualdade ou justiça social, dentro do qual cabe a definição que certa vez foi dada por Lula de que socialismo seria a empregada doméstica que almoçava à mesa junto com os patrões e viajava para a Disney.

Aqui não podemos também deixar de olhar para o momento histórico do país em que estávamos no auge da organização do PT, que buscava o aparelhamento do Estado. Se analisarmos, a construção do projeto profissional estava historicamente atrelada a um projeto social democrático e a ordenação da nova Constituição Federal de 1988, que em seu texto aprofunda a democracia burguesa com garantias de cidadania. Além do que, se atrela à institucionalização, à integração ao Estado e à defesa das políticas públicas.

A social democracia cooptou setores estratégicos da classe operária através de salários mais elevados e direitos sociais e trabalhistas, de modo a desarmar os trabalhadores fazendo com que trocassem a consciência revolucionária por “direitos”, com a ideia vulgar de ser possível viver bem sob o capitalismo.

Isso aponta a necessidade de frisar que a doutrina marxista tem como finalidade auxiliar na ação prática com um conjunto de orientações, contrapondo-se ao revisionismo. O revisionismo de que o Estado burguês poder ser reformado, ao invés de destruí-lo. No campo do reformismo é possível conciliar as classes com a ideia de um Estado para todos, excluindo a premissa de que este é um instrumento

de exploração de uma classe pela outra. Como também o faz no Serviço Social, que de modo dogmático defende Marx, com uma defesa no discurso profissional que destoa completamente dos fundamentos marxistas, como podemos ver com estes apontamentos.

As finalidades do PEP, como a busca por democratização, o engajamento na integração aos espaços institucionais, a ocupação do Estado burguês e a luta por direitos, implicam no abandono das lutas sociais autônomas, aquelas que podem propiciar um movimento revolucionário.

Quando se faz a defesa da luta pela cidadania, abandona-se o ideário revolucionário e se dá espaço ao fortalecimento das políticas públicas e sociais via Estado burguês. No plano da cidadania somos todos iguais, o que está em oposição à vida real é a luta de uma classe contra outra. Além disso, esta questão por ser um princípio político postulado pela classe dominante já exige uma abordagem crítica por si só.

Ressaltamos que a transformação social, a conscientização, a organização e mobilização dos trabalhadores são objetivos eminentemente políticos, que cabem a um partido e não a uma profissão. Acertadamente os assistentes sociais na década de 1990 debateram sobre a inserção em sindicatos das áreas em que atuam e não em profissões. É no espaço dos sindicatos que estes devem estar no sentido de organização coletiva dos trabalhadores, justamente diferenciando o que é necessário para o exercício profissional e o que é necessário para a transformação societária enquanto sujeito pertencente à classe trabalhadora.

Cabe salientar aqui a importância da atividade sindical e político partidária como os instrumentos próprios para a luta contra a exploração e opressão. No entanto esta não se confunde com a atuação profissional. Enquanto trabalhador o assistente social pode participar juntamente com o psicólogo, o advogado, o professor, o engenheiro, o médico, o operário da fábrica, o motorista de aplicativo, o bancário e outras categorias, da luta para a destruição do sistema que os explora e os oprime. Mas enquanto profissional de Serviço Social, este é obrigado a reproduzir as condições do sistema, assim como todo o trabalhador assalariado, pois é para isso que é contratado nos serviços sociais, caso contrário é demitido já que atende a um estatuto de assalariamento.

Neste tocante, cabe frisar que o trabalhador, ocupando o espaço da prestação ou gerenciamento de serviços sociais, tanto no aparato estatal ou em empresas

privadas, consolida-se como um assalariado que está à serviço destas instituições. Com isso, vende sua força de trabalho com vínculo de assalariamento e de início já tem vínculo com o capital. Ademais, não pode ter autonomia, pois não pode haver uma prática profissional restrita aos interesses e compromissos do profissional, de forma individual, meramente subjetiva.

Deste modo, é totalmente questionável o “teor político” – no sentido de assumir uma finalidade autônoma e oposta às instituições – dado à profissão, pois é uma dimensão que não cabe à nenhuma das profissões, extrapolando-as, já que a reprodução do capitalismo implica a exploração do trabalho assalariado e o caráter interventivo de um profissional não se subordina com seus interesses políticos-ideológicos. Todo trabalhador assalariado está submetido às leis do mercado.

Retornando ao PEP, não nos sobra dúvidas que este tem centralidade na profissão e nos diversos debates por esta realizados, tendo em vista aquilo que os autores apresentados anteriormente defendem como a identidade da profissão. Porém, é necessário trazer ao debate a imposição deste único projeto profissional.

Vimos nas vanguardas que discutem esse tema, que pincelam poder haver na profissão diferentes projetos profissionais em disputa e que o projeto ético-político é hegemônico diante de uma escolha da categoria profissional. No entanto, em contraponto, existe o dogma do marxismo dentro da profissão, do qual não se pode questionar nada, apenas reproduzir para não ser criticado. A esse respeito, cabe elencar algumas questões:

Num país de vasta extensão territorial, com profissionais espalhados por todas as regiões, que fazem parte de distintos estratos sociais, é possível ter somente um projeto político?

O estatuto hegemônico que é dado a este projeto profissional abre espaço para outros projetos em disputa de modo formal?

A hegemonia, dada pela via da formalidade, pela academia e pelos espaços coletivos formados pelas mesmas vanguardas, seria suficiente para garantir que todos os profissionais defendam o mesmo e único projeto político?

Os autores ao tratarem de projeto societário defendido pelo PEP se referem ao comunismo? Se a resposta a esta indagação for afirmativa, por que não sublinhar explicitamente comunismo no projeto profissional?

Precisamos nos questionar sobre os valores colocados como universais e o dogma do “marxismo” adotados pela vanguarda profissional. Existe espaço para

questionamento do projeto profissional sem os questionadores serem tratados como “hereges”?

Por fim, cabe enfatizar que o socialismo e a construção do comunismo não podem ser teorizados como algo ideal, mas, sim, a partir da perspectiva científica inaugurada por Marx, como fase necessária do desenvolvimento da humanidade. A concepção materialista da história deve lançar mão de bases científicas para focar no desenvolvimento da formação econômica da sociedade. Uma abordagem histórica supõe não só a explicação da origem do Serviço Social, da sociedade e de como se dão os seus mecanismos de funcionamento. De nada vale afirmar ser marxista se recusarmos as conclusões dessa doutrina, ou seja, a necessidade da revolução proletária, recusa que resulta na defesa que o PEP faz da democracia burguesa.

Reforcemos, o Serviço Social através do PEP preserva a expansão dos indivíduos, a defesa intransigente de direitos, a cidadania, a democracia, a justiça social e o pluralismo, porém parte da vanguarda que formula esta defesa atribui a ela um caráter marxista, o que evidentemente não procede.

Deste modo, o Serviço Social (orientado pelo PEP) não se coloca de fato pela constituição de uma sociedade sem classes, pois esta supõe a revolução social, a expropriação da grande propriedade privada. A defesa da democracia materializa o reformismo e o reforço ao capitalismo, abrindo as portas e janelas para ideologias como a pós-modernidade.

CAPÍTULO II O PÓS-MODERNO NA ORDEM DO DIA

NOTAS INICIAIS SOBRE AS BASES DA PÓS-MODERNIDADE

Para os intérpretes da pós-modernidade várias expressões na arquitetura, na literatura, na arte e na dinâmica da vida social vão revelar um esgotamento da modernidade e sua crise, indicando que a condição pós-moderna seria um sinal da nova ordem societária. Cabe aqui a pergunta: haveriam mudanças que evidenciem se tratar de algo diferente da modernidade?

Engels (2005) aponta como a ordem social vigente é obra das classes dominantes dos tempos modernos e da burguesia. Ou seja, o regime da sociedade burguesa é o império da livre concorrência, da liberdade de domicílio, da igualdade de direitos dos possuidores de mercadorias e tantas outras maravilhas burguesas.

Na história moderna fica demonstrado que as lutas políticas são lutas de classes, e que as lutas de emancipação de classes giram em torno da emancipação econômica. Portanto, o Estado, como regime político, é o elemento subordinado e a sociedade civil, como reino das relações econômicas, o elemento dominante (ENGELS, 2005).

A pós-modernidade também é produzida pela ordem burguesa, subordinando a sociedade com a intenção de manutenção da ordem vigente, através da roupagem de uma ordem mais crítica e inclusiva. As suas formulações são produzidas sob a ideologia burguesa, nas quais perde-se do centro a Razão e explica-se o mundo da perspectiva da burguesia, mas, camuflando esse alinhamento, como poderemos ver mais adiante. Coloca-se a impossibilidade da construção de um saber que dê conta da totalidade com defesa das múltiplas visões de mundo. É ausente um posicionamento crítico ao sistema capitalista de produção porque não se pensa numa perspectiva de totalidade.

A questão central é que a superação da modernidade só ocorrerá com o comunismo pois, a rigor, a modernidade é o reflexo da racionalidade e promessas de progresso capitalista. Como colocado por Engels, a burguesia criou a sua própria antítese, pois só é possível a existência dos capitalistas se existirem os operários assalariados.

Engels ao tratar *do socialismo utópico ao socialismo científico* vai dizer que

na forma teórica o socialismo científico começa se apresentando como uma continuação, embora com mais desenvolvimento e consequência dos filósofos franceses do século XVIII, ou seja, os representantes da modernidade, pois em seu nascimento ligou-se às ideias existentes. Para Engels os fundadores do socialismo, com suas teorias incipientes, não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista e a incipiente condição de classe. Neste socialismo utópico a questão era descobrir um sistema novo e mais perfeito dentro da ordem social vindo de fora para ser implantado na sociedade.

A chave central para o desenvolvimento do socialismo científico é a dialética, restaurada por Hegel como forma suprema do pensamento, que advém da moderna filosofia alemã, que surgia junto da filosofia francesa do século XVIII. No entanto, Hegel tinha uma grande limitação: era idealista. Para ele a ideia já existia antes de existir o mundo. Assim, era inevitável que várias das conexões concebidas por ele fossem falsas, no sentido de serem artificiais. O materialismo moderno que vê na história o processo de desenvolvimento da humanidade, não concebe um todo permanente e invariável da natureza, mas tem como premissa que a natureza tem sua história no tempo, as espécies orgânicas nascem e morrem (ENGELS, 2005).

Já da perspectiva do socialismo científico (o marxismo), o socialismo aparece como produto necessário da luta entre duas classes formadas historicamente e não como “a descoberta casual de tal ou qual intelecto genial” (p.11). Sua missão não seria elaborar um sistema perfeito da sociedade e sim investigar o processo histórico econômico de que tinham de germinar essas classes e seu conflito, com a descoberta de meios para a solução desse conflito na situação econômica criada. Não basta somente criticar o modo de produção capitalista existente e suas consequências, mas é necessário explicá-lo, pondo a nu o seu caráter interno ainda oculto, bem como o destruir (ENGELS, 2005).

Essas duas grandes descobertas - a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia - nós as devemos a Karl Marx. Graças a elas o materialismo converte-se em uma ciência, que só nos resta desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações (ENGELS, 2005, p. 11)

O materialismo histórico parte da seguinte tese:

“[...]de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a

ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se - mais ou menos desenvolvidos - os meios necessários para pôr termo aos males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece (ENGELS, 2005, p. 12)

Assim o socialismo científico, como expressão teórica do proletariado, explica as condições históricas de sua existência e é uma arma para que essa classe faça a revolução proletária, com consciência das condições e natureza da ação. Na revolução proletária os meios de produção, da condição de capital, são redimidos e tomam um caráter social, fazendo também com que vá se diluindo a autoridade política do Estado, onde os homens donos de sua própria existência passam a ser senhores da natureza, de si mesmos e homens livres. Essa é a missão histórica do proletariado moderno (ENGELS, 2005).

A realização desse ato, que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E o socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso, a natureza mesma desse ato, infundindo assim a classe chamada a fazer essa revolução, para a classe hoje oprimida com a consciência das condições e da natureza de sua própria ação.

Por isso retomaremos, ainda que de maneira breve, dois importantes movimentos históricos da humanidade que são a modernidade e o iluminismo.

Destacamos modernidade como marco do capitalismo, do liberalismo e da burguesia, a qual se constituiu no seio do antigo regime. Esta representa um marco na transformação das formas tradicionais de vivência em sociedade. Representa a superação da ordem feudal e é um período influenciado pelo Iluminismo do século XVII e XVIII, no qual se criou um novo sistema de valores e, na tentativa de

desmanchar, ainda que não totalmente, os laços da tradição e da religião (Figueira, 2000). Com isso, não pode ser tratada somente como um ideário, pois representa o movimento de consolidação da ordem burguesa e se traduz em um fenômeno sócio-histórico.

É de suma importância apontar que permeou o desenvolvimento do capitalismo, tendo como pilar a crença no progresso, na noção de sujeito e na racionalidade humana, de modo que o progresso resolveria as mazelas existenciais e da humanidade.

Assim, representada pela corrente filosófica do Iluminismo, defendia que o desenvolvimento da ciência e a liberdade individual levaria ao progresso da sociedade, pois a razão e o conhecimento guiariam esta para o desenvolvimento material e moral dos homens (SANTOS, 2004).

Serviu para impor e manter a dominação da burguesia sobre as demais classes sociais no âmbito interno das nações e, no âmbito externo, além de ter servido para justificar a imposição do Ocidente como modelo de civilização a ser seguido pelo mundo todo, serviu de base para fundamentar a colonização do mundo e a escravização dos negros e indígenas (SEGUY, 2009).

Com o Estado Moderno, criou-se a identidade nacional forjada para aceitação de uma cultura pura e dos projetos políticos dos que detém o poder. De acordo com Bezerra (2007), o termo modernidade surge para diferenciar um tempo histórico, traduzindo a descontinuidade proposital do novo para o antigo, demarcando uma nova época. Assim, os acontecimentos históricos como o Renascimento, o Iluminismo e a Revolução Francesa são considerados marcos importantes da modernidade por sinalizarem um traço distintivo de um novo início.

Com relação ao Iluminismo, que é parte da modernidade, o destacamos como momento revolucionário de uma classe, a burguesia.

O Iluminismo é conhecido como o século das luzes, o qual buscou combater o absolutismo, a sociedade estamental, o mercantilismo e o obscurantismo da Igreja Católica. Tem seu surgimento na Inglaterra e extensão para a França, além de outros países onde também se manifestou com as revoluções burguesas (ARANHA; MARTINS, 2016).

Os intelectuais do Iluminismo defendiam a razão e a busca por conhecimento, principalmente como domínio da natureza mercantilizada. Tiveram influência direta na sociedade moderna, com seu projeto de transformação do mundo, tais como John

Locke, Voltaire, Montesquieu, Denis Diderot, Jean le Rond d'Alembert, Jean-Jacques Rousseau (FIGUEIRA, 2000).

Como teóricos da burguesia, construíram teoria e práxis revolucionária. Inicialmente universalistas, porque apresentavam os interesses da burguesia, a crítica ao antigo regime, em nome de toda a humanidade, fizeram a defesa da liberdade, igualdade e fraternidade como postulados universais, que posteriormente foram transformados em particularidade, quando a burguesia de classe de revolucionária passa a ser reacionária¹⁴.

Para Locke todo ser humano nasce com direitos inalienáveis, que seriam a vida, a liberdade e a propriedade. Defendia que as ideias tinham origem nos sentidos humanos. Assim formulou a teoria do Estado liberal e da propriedade privada. Não é surpreendente que Locke seja famoso como “pai do capitalismo” (FIGUEIRA, 2000).

Voltaire era um crítico dos dogmas da Igreja Católica e defensor das liberdades de expressão e razão. Montesquieu criticava a monarquia absoluta e para ele o poder deveria ser fragmentado em executivo, judiciário e legislativo, sendo este de extrema importância, pois as leis deveriam representar a sociedade. Acreditava que a independência entre os poderes garantiria o equilíbrio do Estado e a liberdade dos seres humanos. Diderot e d'Alembert foram responsáveis pela enciclopédia, obra para reunir todo o conhecimento existente; grande marco do Iluminismo enquanto produção de conhecimento (FIGUEIRA, 2000).

Já Rousseau, acreditava que os homens nasciam bons e se corrompiam pela sociedade e era um grande defensor da democracia direta, sustentando forte argumentação de uma sociedade democrática baseada na igualdade entre os indivíduos e respeito da vontade geral (FIGUEIRA, 2000).

Vale ressaltar a relevância de Rousseau para o contrato social. Este discursa sobre a origem de desigualdade entre os homens e tenta entender por que os homens embora se proclamem livres e iguais assim não o são. Aponta como a propriedade privada permitiu à humanidade aumentar sua capacidade de produção, ter mais conforto e segurança diante da natureza e outros animais, e convence quem não tem propriedade a desejá-la, criando dois tipos de homens: os que são proprietários e os que não o são. Dessa forma no contrato social, a propriedade é caracterizada como se

¹⁴ Marx e Engels (2008) no Manifesto do Partido Comunista apontam a distinção entre ser conservador e reacionário, apontando que é porque tentam virar a roda da história para trás, com atividades de não mais defender os interesses atuais, mas futuros.

fosse um contrato de todos, para todos se organizarem, no sentido em que ser livre é obedecer. É o contrato social que vai organizar a vida e a liberdade fundamentalmente. Ou seja, a impossibilidade da liberdade do homem na sociedade de propriedade privada.

Outro teórico para o qual caberia destaque aqui é Thomas Hobbes, matemático, filósofo e teórico político inglês. Hobbes defendia que sendo os homens livres e iguais no estado de natureza, sem nenhum tipo de pressão, lei, moral, nada que coibisse a liberdade, gerava uma luta de todos contra todos, com todos estando sujeitos a tudo, exatamente pela existência de nenhum limite. No estado de natureza não existia a noção de propriedade e nesse estado ninguém estava seguro, então era necessário que os homens se organizassem e construíssem um ser acima deles, que era o Estado. O Leviatã, composto por todos, com a função de conter a liberdade original para que todos pudessem conviver, com limites legais e morais. Assim, se desaparecer por um segundo, os homens voltam ao estado de selvageria. O homem como lobo do homem, numa sociedade de todos contra todos, tornaria necessária uma autoridade inquestionável na qual o homem controlava através do Leviatã. Por exemplo, o rei no comando do Leviatã não foi um direito divino e sim porque o homem o colocou lá para um governo e uma sociedade fortes.

Assim, com o Iluminismo o homem é colocado como centro do universo, o qual faz a história e tira das divindades o poder de ser esse centro. Através da razão é possível transformar a sociedade e tornar os homens iguais e livres com segurança, além de dar outras explicações para o mundo que a religião não consegue apontar. Também, não podemos deixar de o destacar como um movimento político, com papel de influência nas revoluções burguesas, pois com as suas concepções criadas que se constroem processos revolucionários.

Segundo Seguy (2009), o discurso da ideologia dominante sobre a modernidade tem o papel de fazer com que os antagonismos de classe não sejam visíveis, a fim de acabar por nunca mais falarem de classes sociais.

Na França, as ideias dos pensadores iluminaram atitudes revolucionárias. Destaca Engels (2005) que as sublevações revolucionárias de uma classe incipiente são acompanhadas pelas correspondentes manifestações teóricas. Neste caso, tudo era submetido à crítica, de modo que pudesse justificar a sua existência perante a razão. O império da razão faria com que a verdade eterna substituísse a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão pela eterna justiça, pela igualdade baseada na

natureza e pelos direitos inalienáveis do homem. Todos elementos que ao fim e ao cabo seriam constituintes então do império da burguesia, que tornou a justiça eterna na justiça burguesa, fez com que a igualdade se reduzisse aos termos da lei, cravando a propriedade como um dos direitos mais essenciais do homem.

A Revolução Francesa de 1789 torna a modernidade prática. São proclamadas a liberdade, igualdade e fraternidade e tem-se a ascensão da burguesia enquanto classe social. Não deixemos de lado as demais revoluções burguesas que são extremamente importantes para a sociedade na qual vivemos como, por exemplo, as revoluções da Inglaterra e nos Estados Unidos a partir de 1640 e 1777.

Para Huberman (1980), o ano de 1789 pode ser considerado como o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo. As revoluções burguesas alteraram a estrutura da sociedade feudal, depois de travar uma luta longa e dura contra o feudalismo, marcada particularmente por três batalhas decisivas. A Reforma Protestante, a Gloriosa Revolução na Inglaterra e a Revolução Francesa. Após esse processo a burguesia destruiu a velha ordem feudal, construindo um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro.

A Revolução Francesa foi o modelo clássico de revolução burguesa, pois pôs fim ao absolutismo, mas manteve as mudanças nos limites dos interesses burgueses. Controlando o movimento e criando na nova sociedade as instituições que mantinham seus interesses. A burguesia revolucionária estava disposta a sacrificar a sua liberdade política em troca da garantia uma ordem econômica favorável (MELLO, 1999).

A declaração de Independência em 1776 marcou o nascimento do Estados Unidos da América e os princípios desta declaração foram inspirados pelas ideias liberais iluministas. A independência desse país produziu consequências na história contemporânea, pois contribuiu para acelerar a crise do sistema colonial, influenciando a independência da América Espanhola. Contribuiu, também, para o enfraquecimento momentâneo do poder colonial britânico e a queda do absolutismo, influenciando a revolução francesa de 1789 (MELLO, 1999).

A Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra também foi uma revolução burguesa. Em seu plano político acabou com o poder absolutista criando uma monarquia parlamentar, proporcionando as condições institucionais para a realização dos seus desejos. Acabando com o absolutismo, a burguesia inglesa pôde participar

das decisões políticas que organizavam o modelo econômico da Inglaterra, substituindo o mercantilismo protecionista por uma economia que protegia os seus interesses, uma economia de livre comércio, o liberalismo econômico. Após soterrar os pilares do antigo regime a Revolução Gloriosa rompeu as correntes econômicas e políticas que impossibilitavam o desenvolvimento do nascente sistema capitalista, criando as condições econômicas, políticas, sociais e culturais, que desencadeariam na revolução industrial na primeira metade do século XVIII (MELLO, 1999).

Desse modo, para MARX e ENGELS:

A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. [...] ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra outra: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2007, p. 54-55).

Nas sociedades de classe anteriores os homens de classes sociais diferentes apareciam como naturalmente diferentes e a ideia de que podiam ser iguais era fora de propósito. Assim, as revoluções burguesas no geral proclamam essas ideias e formulam pela primeira vez na humanidade esse mote, já que na sociedade de classes burguesa se justifica como natural a igualdade entre os homens.

A formação dos Estado-nação foi fundamental para o desenvolvimento capitalista, pois a centralização do poder possibilitou “resolver” questões políticas e ideológicas, como controlar as classes dominadas, além de que, com o desenvolvimento de uma moeda única no âmbito interno das nações, favoreceu as trocas de mercadoria (OSORIO, 2019).

De acordo com Osorio, o Estado é a única instituição que tem a capacidade de forjar interesses sociais particulares e fazer com que aparente ser de interesse de toda a sociedade, pois o Estado é apresentado por diversas visões dos contratualistas como um representante geral, o Estado de todos.

O Estado representa os interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais, o das classes dominantes, que é contrário ao das classes dominadas, portanto o Estado Capitalista é sempre um Estado de Classes (Osorio, 2019). Assim como Marx e Engels (2008) que defendem “o executivo de um Estado moderno é apenas uma comissão para administrar os negócios comuns de toda a burguesia” (p. 57).

Assim, a burguesia conseguiu se tornar representante não só de uma classe, mas de toda uma humanidade sofredora dos antagonismos colocados entre exploradores e explorados, “entre ricos gozadores e pobres que trabalhavam” (ENGELS, 2005, p. 01).

Para Bezerra (2007), no texto do Manifesto do Partido Comunista, quando Marx e Engels descrevem o desenvolvimento do capitalismo, estes apontam a existência da burguesia como condicionada a revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, as relações de produção e as relações sociais, colocando que este foi um marco de todo o sistema social, pois para eles com esta revolução se dissolveram todas as relações sociais antigas e cristalizadas, os homens passaram a ser obrigados a tratar com sobriedade e sem ilusões suas condições de existência e suas relações recíprocas, já que “tudo que é sólido e estável se volatiliza” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13-14).

A visão de Marx sobre a modernidade pode ser interpretada como portadora desta tensão originária, que ao mesmo tempo expressa as perspectivas da destruição e da criação. Assim, ele revela uma compreensão da modernidade como transformação, mudança, novidade, revolução, que faz desmoronar antigas tradições, relações sociais, hábitos e preceitos até então rígidos e fixos. Com a expressão *tudo o que é sólido se desmancha no ar*, Marx vai anunciar o sentido da modernidade como experiência societal de dessacralização da natureza, das relações e instituições sociais, onde tudo é profanado, e o homem, visto como ser histórico e social é, então, entregue a si mesmo para imprimir sua marca no mundo, criando uma nova ordem, por meio do pensamento e da ação social e política (BEZERRA, 2007, p. 180-181).

Estas são concepções que traduzem a ideia de destruição do velho, de ruptura com o passado, de quebrar antigas tradições, instaurando a promessa de inaugurar uma nova ordem, gestada no meio de um frenesi de mudanças. E, desta forma, expressam a linha que aproxima a destruição e a criação, o velho e o novo, a continuidade e a descontinuidade, entre tantas outras. E, por compreender a oposição à tradição, fazendo a ruptura com o pensamento mítico e religioso, vai buscar a razão, onde o homem como ser dotado de razão passa ser a medida de todas as coisas e a explicação dos fenômenos devem ser à luz de princípios racionais.

Cabe à razão dar conta de uma tarefa outrora atribuída ao mito, à religião e à metafísica clássica, a saber: assegurar a unidade e a estabilidade do mundo humano, fundamentar a ordem, buscar e garantir um sentido e uma verdade para a vida e a própria história humanas (BEZERRA, 2007, p. 181).

A crença na razão como autoridade tem base no projeto iluminista, articulando razão e emancipação, no sentido de autonomia e individualização, onde o homem é capaz de se libertar do jugo da natureza e outras concepções míticas. Entra-se num processo de esclarecimento, autoconsciência e desencantamento da natureza e do mundo, para a garantia de autonomia e liberdade do ser humano (BEZERRA, 2007).

Em outras palavras, o projeto civilizatório da modernidade expresso no Iluminismo apresentava, pois, a pretensão de criar uma nova ordem social e política guiada pelas luzes da razão universal. Razão esta, a qual fundamentaria uma ciência capaz de assegurar o conhecimento das “leis objetivas da natureza e da sociedade”, conduzindo a humanidade ao esclarecimento, à autonomia, à liberdade, ao progresso (BEZERRA, 2007, p. 183).

Como a realidade empírica mostrava que os homens não eram livres e nem iguais, os teóricos das revoluções burguesas vão tentar dar soluções para isso através de suas produções e da razão, assim como ocorre com a pós-modernidade.

A crítica pós-modernista se transforma na crítica de um processo de compreensão do todo, ou seja, se torna a crítica da razão em geral. Se trata de uma linha que julga estarmos vivendo em um novo período histórico. A pós-modernidade surge como condição crítica da modernidade, com um panorama social, político e econômico da sociedade. Para PEIXOTO (2017):

Essa corrente se apresenta como uma articulação lógica, segundo a qual desvenda que a produção das teorias e de conhecimento na modernidade nada mais foi do que a construção, sob a ilusão de ciência, de um conjunto de narrativas. No entanto, se auto define como verdade, como aquela que desvenda a ilusão da modernidade e decreta no século XX o fim de quaisquer teorias, menos a pós-moderna. Como uma narrativa – como qualquer outra, tendo a validade como qualquer outra –, a depender do gosto e inclinação, ela não cumpriria o seu papel de legitimidade. A armadilha é esta: Ela espera – levantando elementos da realidade, que a tornam confiável para se transformar em força material – que nós a aceitemos como um conjunto revelador ou no mínimo como uma narrativa mais interessante para o momento. Dessa forma, estamos, portanto, não só referendando seus pressupostos como nos rendendo a suas conclusões (PEIXOTO, p.04, 2017).

A pós-modernidade, apesar de se apresentar como sendo muito distante da modernidade, também é expressão da ideologia burguesa. É mistificadora pois, com o discurso de que todas as racionalidades estão mortas, apontando para outras supostas formas de sociabilidade, preserva o mesmo conteúdo e mantém a ordem capitalista.

A ascensão das formulações pós-modernas é fruto da crise do capital iniciada

na década de 1970¹⁵ e da reestruturação produtiva que trouxeram transformações que repercutem em todas as dimensões societárias, que supostamente colocaram à prova a racionalidade moderna e puseram em voga a subjetividade, o efêmero, novos caminhos para a cientificidade e a necessidade de uma ideologia hegemônica do capital que dissemine o consenso e passivação do homem, com qualidades morais para a nova ordem societária.

Com isso, o pós-modernismo é um tema conduzido desde o século passado, com incipiência nos anos de 1960 e 1970, principalmente pelas ciências sociais e filosóficas, onde se faz um questionamento a legitimação do saber.

Nesta ideologia é defendido que as transformações societárias colocam a superação do projeto de modernidade e inauguram uma nova sociabilidade. Discute-se sobre uma crise da modernidade e a necessidade de forjar um estilo diferente de tudo que havia existido até então, com a promoção de condutas completamente contrárias aos valores modernos.

David Harvey (2012) debate sobre transformações ocorridas no capitalismo após a década de 1970 e sinaliza que houveram mudanças tanto no regime de acumulação do modo de produção, como na regulamentação social e política da sociedade em seu livro “A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”. O autor descreve as condições de produção e reprodução econômicas do modo de produção capitalista, bem como o conjunto de regras e hábitos sociais vinculados ao modo de produção, os quais garantem sua manutenção. Com isso, aponta a crise da década de 1970 e a maneira como as relações sociais se estabeleceram a partir de então.

A pós-modernidade é fruto da ideologia da modernidade, no entanto, na intenção de ocultar o seu real objeto de combate, ou seja, a emancipação do homem da sociedade de classes e do capitalismo, culpando o racionalismo pelos desastres do atual sistema. A crítica à razão ataca o projeto emancipador que foi proposto pelo racionalismo, colocando-a como incapaz de promover a liberdade. Dispara, então, os recortes, as representações subjetivas e o homem é colocado como submetido ao controle estrutural da sociedade e da economia (MENEZES, 2020).

Vale a pena, ainda, apontar para a construção ideal da liberdade proposta

¹⁵ Usamos aqui como marco a obra de Lyotard (2009), a qual crava no mundo a condição do pós-moderno. Bem como, utilizamos também os desdobramentos do maio de 1968 Francês, conforme discorreremos ao longo deste trabalho.

pela pós-modernidade. Não existe a identificação dos limites da liberdade na sociedade capitalista e a conseqüente necessidade revolucionária para a transição ao reino da liberdade. Desse modo a liberdade proposta é a partir do espírito subjetivo em que o ser desenvolve o conceito de liberdade em seu espírito, escorregando para o mais radical idealismo (Menezes, 2020). Esta não seria capaz de se efetivar no mundo concreto, existindo então, sob esta perspectiva, a sua realização parcial dentro das circunstâncias sob as quais os homens estão sujeitos. Com isso, a liberdade é tratada como escolha entre alternativas concretas e se insere no campo liberal como sendo determinada pelas condições colocadas.

Supostamente é com a desilusão no Iluminismo e sentimento antimoderno que ocorre a emergência das ideias pós-modernas. Postulam-se novos sujeitos¹⁶ políticos e são deflagrados movimentos contestatórios das mulheres, minorias e marginais nos países desenvolvidos. Com isso, também são colocadas na ordem do dia as categoriais de colonizado, raça, marginalidade, gênero e similares, ao passo que nos países ditos de terceiro mundo havia toda uma efervescência de movimentos alternativos ao capitalismo, como a Revolução Cubana de 1959, por exemplo (BEZERRA, 2007).

A respeito, as palavras de Wood são cirúrgicas para demonstrar como se dá a sofisticação e complexidade teórica colocada pelo pós-modernismo, pois “pela primeira vez, estamos diante de uma contradição em termos: uma teoria de mudança de época histórica, baseada na negação da história” (WOOD, 1999, p.15).

No decorrer do século XX, em face do esgotamento de qualquer caráter progressivo do capitalismo caracterizado pelo ingresso na fase monopolista, ou imperialista, o otimismo diante do projeto iluminista desmorona. Como são teorias que buscam compreender a sociedade como um todo, precisam ser descaracterizadas. Passa-se a defender que o projeto tem uma concepção totalitária (BEZERRA, 2007).

Os movimentos de contestação político-cultural dos países desenvolvidos, que tiveram como protagonistas estudantes, mulheres e as denominadas minorias étnicas e raciais, colocaram em pauta temas como sexualidade, autonomia, diversidade, democracia e pluralidade (BEZERRA, 2007).

¹⁶ Vale destacar que a pós-modernidade prega o individualismo e a inexistência dos sujeitos coletivos. Deste modo, para esta ideologia, o correto é se referenciar a indivíduos já que no seu ideário o que existem não são sujeitos, mas indivíduos, atores, coletivos, multidão. Porém aqui neste trabalho utilizamos o termo sujeitos na contramão, de modo intencional a quebrar com tal paradigma.

No “mundo novo, repleto de transformações” em que há a decadência ideológica burguesa e “comunista” com a miséria da razão e necessidade de destruí-la com suas “metanarrativas”, passa-se a vislumbrar uma sociedade em que só há saídas subjetivas.

É diante destas promessas que passam a ser ofertadas as obras pós-modernas. Vejamos as palavras de BEZERRA (2007):

[...] o advento de novas transformações tecnológicas e a reestruturação do capitalismo configura-se como o horizonte em que se enuncia o surgimento das primeiras obras tidas como pós-modernas, a exemplo do livro intitulado *A condição pós-moderna*, de Lyotard, publicado em 1979. Nesta obra, o filósofo francês pretende discutir a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas, consideradas, então, como sociedades *pós-industriais e pós-modernas*. Na sua acepção, o sentido da palavra pós-modernidade *designa o estado da cultura após as transformações que afetam as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX* (BEZERRA, 2007, p. 192).

Ellen Wood (1999), problematizou a ascensão da pós-modernidade e a maneira como seus intelectuais passam a construir os projetos para sustentá-la. Na obra dessa autora também poderemos ver, como em outros que tratam do tema, que alguns intelectuais, que pretendem ser da esquerda, elaboram construções que esterilizam possibilidades da revolução proletária e reforçam todo o projeto capitalista em vigor. Vejamos:

Hoje, novamente, enquanto alguns à direita proclamam o "fim da história" ou o triunfo final do capitalismo, certos intelectuais de esquerda nos dizem que uma época terminou, que vivemos numa era "pós-moderna": o "projeto do Iluminismo" está morto, todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, os velhos princípios de racionalidade não valem mais, e assim por diante. Desta vez, pelo menos para muitos acadêmicos e estudantes universitários, parece que o *verdadeiro* divisor de águas ocorreu em algum ponto no final dos anos 60, ou mesmo em 1989, com o colapso do muro de Berlim. Contudo, embora muita história tenha passado entre os marcos iniciais dessa época e os eventos mais recentes, o que surpreende no diagnóstico presente da pós-modernidade é que tenha tanto em comum com atestados de óbito passados, nas suas versões progressistas ou reacionárias. Aparentemente, o que terminou não foi uma época diversa ou diferente, mas a mesma época, outra vez (WOOD, 1999, p.10).

Para finalizarmos essa parte inicial sobre os fundamentos da pós-modernidade, aqui vale a pena chamarmos a atenção para o que supostamente colocam à prova, tendo em vista que a racionalidade moderna, ou seja, a capitalista, continua forte com seus projetos de produção desta sociedade. O capitalismo

conquistou a valorização da individualidade e da efemeridade com a mercantilização, na qual tudo vira mercadoria. No entanto, estes traços do ordenamento burguês, que ideologicamente passam a ser defendidos como valores, passam também pela renúncia da classe trabalhadora a constituir identidades coletivas de classe sendo capturada pelas identidades representativas, cada qual em seu “lugar de fala” como abordaremos mais para frente neste trabalho.

A PÓS-MODERNIDADE COMO ESTRATÉGIA BURGUESA

Como sinalizado anteriormente, aqui precisamos nos atentar para a pós-modernidade como expressão de um processo de reestruturação do capital, com transformações que modificaram substancialmente as formas de reprodução da vida social, como nos sinaliza HARVEY (2012).

Porém, também há que considerar a crise da esquerda, que resvala nesse solo, crise que se iniciou na década de 1920, mas se acelerou após a morte de Stalin. Somado a isso, tivemos nos anos de 1980 a crise do chamado “socialismo real” sob comando da União Soviética, que concluiu com sua dissolução em 1991.

De acordo com Netto (2000), a referência ao “socialismo real” é a configuração sócio-estatal que começou a partir de 1945 no Leste Europeu, que ficou conhecido como mundo socialista, em torno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A década de 1970, evidenciou com mais forças as fissuras nesse “mundo socialista” e, na década seguinte, essa experiência histórica chegou ao fim, com o colapso do leste europeu, tendo como emblema é a queda do muro de Berlim.

Essa crise evidenciada em torno da derrocada da URSS não ficou restrita a essa região, foi uma crise geral no movimento que se projetava enquanto tarefa realizar a transformação social e a transição para o socialismo, muito influenciada pela degeneração do stalinismo.

Para Netto (2000) é perceptível quando se olha para os grandes partidos comunistas da Europa, a exemplo da Itália e França, que eram partidos com grandes influências na sociedade, e que durante a década de 1970 começam a perder essa influência, perdendo força eleitoral, cultural e ideológica (NETTO, 2000).

A “crise do movimento comunista” também implicou em uma tremenda perda

de prestígio para os intelectuais, vinculados historicamente à esquerda socialista, durante a década de 1970. Era extremamente comum que os intelectuais de “esquerda” fossem marxistas ou pelo menos simpáticos a essa corrente de pensamento. Posterior a essa crise, o marxismo nas décadas seguintes perdeu força quantitativa e qualitativa, se tornando um alvo a ser combatido não apenas pelas burguesias, mas também por “novas” formas de organização da esquerda (NETTO, 2000).

Na outra ponta, a crise do capitalismo dos anos de 1970 encerrou a onda expansiva iniciada no pós segunda-guerra e a ofensiva capitalista passou a buscar novas possibilidades de valorização e reprodução para o capital. Foram introduzidas inovações no processo de trabalho fabril com a flexibilização do modelo fordista-taylorista e a implantação do toyotismo, com inovações tecnológicas e comandos digitais, que mudaram os processos comunicacionais mundialmente.

Peixoto (2017) chama a atenção para a crise profunda do capitalismo, gestada no final do século XX e início do século XXI, apesar de manter seu caráter imperialista, assume complexidades e novas características que precisam ser entendidas. Para a autora é nesse novo contexto que também ocorre a luta de ideias. Vejamos uma citação da autora para seguirmos o raciocínio aqui construído:

A sociedade burguesa é a chave para a compreensão das sociedades anteriores por um motivo: a sociedade capitalista é produto do desenvolvimento histórico, portanto de posse das categorias desenvolvidas pela economia moderna se torna possível explicar as diferenças e semelhanças que ela mantém com outras formações econômicas, uma vez que – como revela Marx n’O Capital – a sociedade burguesa atingiu níveis de totalização e integração de todas as atividades como partes ou momentos de si que nenhum modo de vida econômica anterior atingira. Ela subordinou a si mesma, como totalidade, todas as formas de produção anteriores. A sociedade capitalista em seu desenvolvimento tem ficado cada vez mais sofisticada no campo da produção e universalização de suas ideias ou, como diz Gramsci, na construção da hegemonia e do domínio da sociedade civil, somente assim podemos entender o surgimento no final do século XX e início do XXI dessa ampla corrente chamada pós-moderna, que conseguiu adeptos na intelectualidade de vários lugares do planeta. Inicia-se com ela uma nova apologia do presente como se fosse a única coisa possível diante das modificações do capitalismo no século XX e a crise das experiências socialistas (PEIXOTO, p. 03, 2017).

A década de 1970 impulsionou as modificações na sociedade que já eram perceptíveis nas décadas anteriores. Na economia, as corporações multinacionais ocuparam o mundo, impondo mais necessidades de valorização e capturando sempre

mais recursos, refletindo-se numa concentração que extrapolaria os limites das empresas e bancos (FONTES, 2010).

Foi marcada por diversas crises e golpes, como a ruptura unilateral pelos Estados Unidos, em 1971, do acordo de conversibilidade firmado em Bretton Wood, assim como, do aumento generalizado das taxas de juros, pela crise do petróleo (FONTES, 2010).

Nessa década também ocorreu a primeira crise generalizada da economia capitalista internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, com uma “recessão que atingiu simultaneamente todas as grandes potências imperialistas” (FONTES, 2010).

Com uma nova revolução tecnológica, ocorreu um incentivo para as forças produtivas, impulsionando a concentração de capitais e a internacionalização da produção. Estas ultrapassaram cada vez mais os limites da divisão internacional do trabalho, resultando em um processo que as contradições e crises tenderiam a ser mais graves e sincronizadas, pois o capital estava ainda mais internacionalizado (FONTES, 2010).

Portanto, foi um marco no capitalismo, que passou a determinar toda a sociabilidade e a apontar projetos para não ser possível corroer sua ordem. Com isso, assim como apontamos anteriormente, que a modernidade e o Iluminismo tinham os seus teóricos para ganhar corações e mentes com o seu projeto de sociedade, não o é diferente também com a pós-modernidade e seus ideólogos.

Lyotard (2009) advoga que o pós-moderno é a expressão cultural do surgimento da sociedade pós-industrial. Coloca a pós-modernidade no campo das sociedades mais desenvolvidas e declara que “o saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável” (LYOTARD, 2009, p.17). E, na obra “A condição pós-moderna” vai debater sobre a posição que o saber ocupa nas entendidas sociedades mais desenvolvidas. A sociedade como uma rede de comunicações linguísticas e inter-relações argumentativas.

O autor vai discorrer sobre o conhecimento científico que põe em desuso as metanarrativas e os princípios da modernidade com a transformação da ciência (principalmente com a informatização), que segundo ele haveria um avanço da humanidade.

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em

relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e a da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis (LYOTARD, 2009, p 16).

Sobre Lyotard vale a pena a recuperação que Menezes (2020) realiza sobre a sua trajetória, como ex-professor da Sorbonne e Paris Nanterre e intelectual incumbido por universidades e governo do Canadá para realizar pareceres sobre os impactos da modernidade. Ou seja, não é um “intelectual orgânico” da classe trabalhadora, mas trabalha por encomenda de governos burgueses para análises e considerações sobre o tempo presente (da época).

Deste autor é relevante que se registre a importância que teve na negação da totalidade histórica no livro “A condição pós-moderna” ao criticar as “metanarrativas”, como problematizadora da narrativa a favor dos “jogos de linguagem” e também em Fukuyama (1992)¹⁷, que anunciou o fim da história e o último homem, tratando de perspectiva finalista fundamental para semear a pós-modernidade e cimentar a dominação da burguesia sob os trabalhadores.

Para Jamenson (2002), a pós modernidade não é uma ordem social nova e sim uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. Assim defende a lógica pós-moderna ser uma lógica dominante cultural e a produção cultural ter lugar funcional específico.

Menezes (2020) recupera como em Nietzsche, Derrida e outros que são confundidos como se estivessem no campo da esquerda, constroem teorias que destroem a análise de realidade, postulam a supremacia da subjetividade e utilizam dos jogos de linguagens para negar a totalidade histórica. Nietzsche advoga que “não há fatos, apenas interpretações” e abre espaço para que outros interlocutores construam, em suas exposições, qualquer outra interpretação que aspire à mesma validade, que a linguagem expressa as interpretações da realidade e indagações sobre a existência desta ou da verdade. Neste sentido, então, existem as

¹⁷ FUKUYAMA, Yoshiro Francis. The End of History and the Last Man. No Brasil pela Editora Barroco.

interpretações que levam a outras interrogações de que se não é apenas uma questão de realizar leituras, olhares e interpretações da realidade, tendo em vista a necessidade de desconstruir conceitos (MENEZES, 2020).

Há também aqueles autores denominados como hipermodernos, como Boaventura de Souza Santos que advoga uma pós-modernidade de combate, no entanto joga no campo do reformismo e prepara o terreno para a reação democrática da burguesia, sem qualquer perspectiva revolucionária dos trabalhadores (MENEZES, 2020).

Belli (2017) diz que no campo político alguns pensadores da pós-modernidade se colocam no campo da esquerda com seus posicionamentos a favor da superação de sociabilidades anteriores, como se esta conduta fosse parecida com algo revolucionário. Para o autor, seriam estes Boaventura de Sousa Santos, Gianni Vattimo, Jean-François Lyotard. Porém, nos alerta que mesmo colocando-se desse lado da seara política, os pós-modernistas, que se reivindicam ser de esquerda, apresentam grandes resistências ao marxismo capaz de superar os descaminhos da esquerda revolucionária. Vejamos:

Parece haver uma aproximação do pensamento de esquerda com ideais conservadores, forjando um conjunto teórico completamente reconfigurado, que acaba por se contrapor a sua intenção original. As pessoas alinhadas a essas correntes, que se colocam no campo da transformação social, mais do que estimuladores de uma forma de saber que não é capaz de reconhecer os próprios fundamentos históricos, seriam vítimas dessa mesma lógica. Eis a condição vivida por todos eles: por mais que sejam bem-intencionados, não há perspectivas de uma solução eficaz ao problema colocado (BELLI, p. 24, 2017).

Perry Anderson (1999) no livro “As origens da pós modernidade” aponta a utilização do termo pós-moderno para indicar uma referência coletiva crítica aos valores marcados pelo projeto moderno e de orientação política voltada mais à esquerda. Também aponta à relação marcada no pós-modernismo entre arte e sociedade, onde são olhados os valores estéticos e pluralísticos. Assim, trata a pós-modernidade como um fenômeno social dentro de um novo estágio do capitalismo, tratando cronologicamente as suas origens.

Terry Eagleton (1998) em sua obra “As ilusões da pós-modernidade” advogam que a pós-modernidade é um movimento ideológico determinado e é um reflexo cultural, debatendo cultura tanto sob o aspecto da arte, como de uma atividade cotidiana, expressando uma crise da modernidade e seus parâmetros para dar espaço

ao estilo do diferente de tudo que já existiu.

No texto “De onde vem os pós-modernistas” Terry Eagleton (1999) vai dizer que para a compreensão da totalidade é preciso uma análise rigorosa e por isso mesmo não surpreende que um pensamento sistemático e árduo como este esteja fora de moda e seja ignorado, sendo taxado de falho, cientificista ou qualquer outra coisa.

A exemplo da completa irracionalidade¹⁸ difundida, o autor ao levar o leitor a imaginar-se viver num período pós-moderno, descrevendo que se questões como Estado, modo de produção e sociedade civil parecem ser tão difíceis de resolver, pode-se deslocar a atenção política para coisas mais íntimas e imediatas, como o corpo. Em suas palavras: “Trabalhos apresentados em conferências com títulos tais como “Recolocando o ânus em Corionalus” atrairiam multidões ansiosas, que nunca ouviram falar em burguesia, mas que sabem tudo sobre sodomia” (EAGLETON, 1999, p. 28).

Os intelectuais pós-modernos abandonam a perspectiva de que o entendimento de eventos deve ser estudado diante da totalidade, realizando apenas uma análise micro que aponte a preocupação com o fenômeno. Neste sentido que sublinham também que as “metanarrativas” possuem pretensões incapazes de apreenderem todo o processo de longa duração do fenômeno e então o objeto fetichizado é que possui a centralidade interpretativa, mesmo no sentido de louvar o derrotismo do ser humano diante da crise capitalista. Neste sentido, o sujeito está fragmentado diante do mundo em que não é dirigente e sim o dirigido e, assim, a interpretação da realidade social deve ser centrada em sua subjetividade, nas impressões que desenvolve sobre o real (MENEZES, 2020).

Com o objeto fetichizado de acordo com os pontos de vista, é tributado ao indivíduo o papel de consumidor e a complexidade das relações sociais de produção é reduzida em nome de uma simplificação do papel do indivíduo, que tem no consumo a única possibilidade de realização do ser e passa a negar a própria classe, tendo em vista que é tirado o seu papel de sujeito histórico e capacidade de transformação da

¹⁸ Importa destacarmos que o irracionalismo é uma corrente presente no interior do pensamento burguês desde pelo menos o século XIX, que atende à necessidade dessa classe de mistificação da realidade. Entendemos a pós-modernidade como aprofundamento da irracionalidade no interior da sociedade burguesa. No seio do pós-modernismo não existem explicações do “real” e sim de “narrativas” da realidade, na seara de contestação da Razão. Vale apontar, sem conseguirmos aqui aprofundar, a responsabilidade da Escola de Frankfurt com a crítica à razão instrumental.

realidade (MENEZES, 2020).

Por isso importa registrar que os intelectuais da pós-modernidade são muito bem pagos pela burguesia através do Estado ou Fundações para justificar a realidade se apresentando como crítica ao capitalismo e não de forma grosseira, como vimos anteriormente com a trajetória de Lyotard. Suas manifestações se apresentam a partir de construções rebuscadas e sedutoras no sentido de supostamente apontar uma saída crítica ao explicar o mundo em que vivemos. Deste modo, constroem um sistema ideológico da própria burguesia para manter de pé o capitalismo decadente, jogando para os trabalhadores seu total derrotismo ao afirmarem que não existem possibilidades de grandes transformações, com possibilidade de algum tipo de realização apenas no presente, através do consumo e das lutas particulares (MENEZES, 2020). Aqui cabe também o debate realizado neste trabalho sobre não cobrar uma posição de classe e nem apontar a luta de classes, apenas as fragmentações.

Recuperemos as palavras de BELLI (2017):

Grande parte dos intelectuais pós-modernos se posiciona de maneira considerada progressista, no sentido de serem favoráveis à superação das formas atuais de sociabilidade através da criação de algo novo, e não na repetição de modelos caducos. É certo que essa posição não garante coerência à atitude do intelectual, podendo ele muitas vezes, mesmo com as mais louváveis intenções, imprimir na realidade algo completamente diverso do que ele planejara. O reconhecimento de uma suposta crise paradigmática da modernidade e a necessidade de consolidar uma ciência pós-moderna para o período de transição que viveríamos é o mote dessa parcela atuante de intelectuais pós-modernistas. Essa crise seria perceptível pelo menos desde a década de 1980, momento em que os avanços científicos produzidos pelo modelo de racionalidade moderno evidenciarão tanto as limitações das concepções metodológicas que distinguem absolutamente sujeito e objeto do saber – algo cristalizado na distinção entre natureza e ser humano – quanto de suas consequências sociais – a saber, o “totalitarismo” da ciência moderna sobre as outras formas de saber não-científicas e na subordinação da própria ciência a interesses econômicos e políticos nocivos à humanidade (BELLI, p. 151, 2017).

Além disso, na pós-modernidade o saber científico, de caráter formativo, com condições de indicar a existência dos processos históricos para além do empirismo, passa a ser deslegitimado. Cria-se uma crise de legitimidade da cientificidade dos padrões sociais da sociedade moderna. O caráter formativo passa a ter faceta de informativo (BELLI, 2017). Como aponta Belli (2017):

O apelo em avaliar a condição da ciência num período de turbulência não é

sem fundamento. A tentativa de compreender o contexto histórico gira em torno dos marcos estabelecidos pela chamada terceira revolução industrial, responsável pelas sociedades ditas informatizadas, recém-adentradas ao pós-industrialismo. Nestas condições, o conhecimento científico é tratado enquanto uma forma de discurso como qualquer outra atividade humana que envolva a linguagem, conferindo a ela característica predominantemente retórica. Ao adotar esse procedimento, ignorando uma possível complexidade inerente à atividade científica, os pós-modernistas equiparam as consequências práticas dessa atividade a todo nível discursivo. Ou de maneira mais precisa, atribuem à ciência uma condição mais imagética do que substancial. Não à toa uma de suas principais observações seria a de que haveria uma cisão entre o saber produzido e o produto do saber, situação adequada à reprodução do conhecimento numa condição de mercadoria – e, por consequência no de força produtiva (BELLI, p. 142, 2017).

Vimos com Lyotard (2009) que a pós-modernidade passa a valorizar a tecnificação, a qual acaba por transformar o essencial em acessório, encobrendo as relações econômicas e sociais, com espaço para a razão técnica. A irracionalidade torna-se o terreno fértil dessa estratégia burguesa.

Para a pós-modernidade o aqui e o agora é tempo a ser vivido e, deste modo, critica as guerras, a ciência, a tecnologia. É uma distopia no sentido de esperança na possibilidade de construir um lugar diferente do que já existe e desacreditar a organização de um partido da classe trabalhadora e ditadura revolucionária do proletariado, já que isso seria uma utopia neste sentido, desacreditando a tradição marxista. Assim, pautar as atitudes no aqui e agora também não é algo novo (MENEZES, 2020). Nas palavras de Menezes (2020):

Muitos dos pensadores acreditam que as ideias de igualdade, fim da exploração, fim da opressão são coisas bonitas, mas utópicas. Nesta perspectiva (a pós-moderna), não seria possível mudar o mundo, restando ao indivíduo a busca por uma realização pessoal, ou ainda, o popular “*carpe diem*” (do latim para o nosso idioma, algo como: aproveite o dia) (MENEZES, 2020, p. 17).

É muito ilustrativa dessa postura leviana perante a ciência o “Caso Sokal”, em que Alan Sokal e Jean Bricmont, físicos e professores em universidades norte-americanas e belgas, provocaram um escândalo nas produções acadêmicas ao submeter artigo para revista acadêmica de grande reconhecimento sobre estudos culturais pós-modernos. Este testou o rigor intelectual com a intenção de expor o “nonsense” por trás das ideias pós-modernas ao exaltar a concepção ideológica dos editores e logo depois declarou que o artigo era recheado de mentiras ardilosas, provocando debates sobre o mérito e ética acadêmicos e sobre a influência da filosofia pós-moderna que questiona a objetividade científica.

No livro *Imposturas Intelectuais* Sokal e Jean Bricmont¹⁹ intensificaram a polêmica envolvendo o meio intelectual francês e os teóricos da desconstrução apontando em suas obras pós-modernas erros no uso de termos e conceitos científicos. Neste analisam diversos textos que ilustram mistificações físico-matemáticas perpetradas por Jacques Lacan, Julia Kristeva, Luce Irigaray, Bruno Latour, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze e Paul Virilio.

De acordo com Peixoto (2017) a pós-modernidade defende o fim do marxismo acoplado ao discurso de uma crise de maior proporção, que seria a crise da modernidade. Nos chama a atenção ao escrever que é colocada a crise do marxismo por seu caráter revolucionário. Vejamos seus apontamentos ao debater sobre o pluralismo e a centralidade do trabalho, que são caros ao marxismo:

O pluralismo, tão exacerbado pela primeira corrente pós-moderna, revela um ambiente de total fragmentação, que se reverte ideologicamente nas concepções do pluralismo absoluto e possui ao mesmo tempo um outro componente, a necessidade de retirar do âmbito do debate a centralidade do trabalho. Assim revela as características atuais do capitalismo, que é, por um lado, desenvolvido e universalizado e, por outro, extremamente excludente. O trabalho deixa de ser a categoria principal e entram em seu lugar as características de homens e mulheres, de sexo e etnia (PEIXOTO, p. 08, 2017).

A alteridade pós-moderna diante do concreto apresenta um ideal perverso de esconder a luta de classes como elemento constitutivo da história da sociedade humana. Remete ao relacionamento com o outro a partir da perspectiva de identidades. E, mesmo que possa reconhecer a existência do diferente, entende como constitutiva do ser, harmonizando-as mediante meras representações, levando ao obscurecimento dos conflitos sociais das classes antagônicas, de modo que a pluralidade de “outros” é campo privilegiado de construção da identidade do ser (MENEZES, 2020).

Para Menezes (2020) a pós-modernidade prega um pluralismo metodológico, que seria a expressão de diversas visões de mundo, com diversos olhares analíticos sobre os fenômenos sociais que se estuda, fazendo coro com o ideal da diversidade como vimos anteriormente. Assim, contempla a harmonia onde impera o conflito e sofisticadamente nega o pensamento revolucionário.

¹⁹ BRICMONT, Jean; SOKAL, Alan. *Imposturas intelectuais: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

Metodologicamente, como tática, o intelectual pós-moderno defende a alteridade como forma de manter-se no campo cognitivo como um inocente “outro” que compõe a pluralidade teórica e metodológica, quando na realidade se utiliza desse argumento para sobrepor-se as demais perspectivas teóricas e metodológicas, principalmente no que se refere ao materialismo histórico e dialético (MENEZES, 2020, p. 42)

Neste sentido, pluralidade é um artifício metodológico para justificar o relativismo epistemológico postulado pela pós-modernidade e sua defesa do modo de produção vigente. Este relativismo epistemológico postula que tudo depende do ponto de vista e admite explicações diferentes para um mesmo fenômeno, negando que a verdade é uma e, portanto, negando a ciência.

Menezes (2020) considera a pós-modernidade uma ideologia da classe burguesa. Baseando-se em Marx e Engels de “A ideologia Alemã”, aponta como esta cumpre a função de dominação a partir de uma realidade invertida, servindo aos interesses da classe dominante e buscando dar sentido para além desta. Assim, ideologia não como falsa consciência, entendida como algo do qual se utiliza em momentos de conflitos na sociedade, pois a ideologia mais difícil de se combater é a que se apresenta como não ideológica.

O autor retoma Marx para apontar a contrarrevolução burguesa e como esta classe se apoiou nos trabalhadores quando oportuno para ascensão ao poder e, de forma rápida, passou a se opor a eles, para se manter proprietária dos meios de produção. Com isso, a burguesia passou de revolucionária a reacionária, tendo o proletariado como seu oponente de classe. Ou seja, de classe que atuou para mudanças na organização estrutural, ao ascender ao poder, passou a atuar para impedir qualquer possibilidade de quebra dessa organização. Ilustra o caso da Prússia, em que a burguesia se alia à nobreza para dominação do proletariado.

Em vista disso é que podemos caracterizar a pós-modernidade como rearranjo da moderna sociedade burguesa, sem nenhuma intenção de transformação radical da sociedade, pois parte de uma construção intencionalmente mistificadora da realidade, tratando das questões de ordem social na sua mera imediaticidade.

É uma manifestação do avançado estágio de putrefação do capitalismo. Sua grande difusão está no cotidiano da vida das pessoas e sem dúvidas toca uma agenda econômica e política. Nega a existência das classes sociais e afirma que o conceito luta de classes está superado. Acoberta a exploração na sociedade

capitalista e com isso há porquê se falar na superação do capital, pois nega as classes sociais e se perde de vista o movimento revolucionário da classe trabalhadora.

Para tanto, vale aqui questionarmos até que ponto a pós-modernidade é uma superação da modernidade. Não seria esta face da contrarrevolução burguesa? Entendemos que sim.

O capitalismo não se tornou obsoleto com a superação da modernidade elencada pelos pós-modernistas. A modernidade capitalista, colocada como necessária e resultado do desenvolvimento histórico, alcançou o domínio da burguesia no poder e tem como opositor direto neste estágio da humanidade apenas o comunismo em sua contraposição, que cabe a classe operária construí-lo para que a humanidade alcance a liberdade de fato.

Toda a obra de Marx anuncia a destruição do Estado e não há em nenhuma parte a concordância de sua reforma ou continuidade. Esta é a sua premissa desde o Manifesto do Partido Comunista. Assim como os apontamentos de que para o alcançar o reino da liberdade é necessário a abolição de todas as classes sociais.

No entanto, a pós-modernidade é essencialmente anticomunista em seus fundamentos e nas ações que propõe. Não reconhece que a história da sociedade é a história da luta de classes, apontando os antagonismos das classes sociais como demonstraram Marx e Engels. Pelo contrário, está no projeto do pós-modernismo ser essencialmente contrário à liberdade e à razão como pudemos verificar ao longo dos apontamentos aqui registrados.

A irracionalidade por eles postulada seduz num ambiente cada vez mais despolitizado e de crise dos partidos de esquerda, em que defendem supostas relações mais horizontais e “novas falas” ou novas interpretações, jogando para o indivíduo a necessidade de este ter atitudes, ao invés de se colocar como parte da classe trabalhadora com a finalidade de destruir os alicerces da exploração e opressão.

Cabe aqui a famosa frase de Marx e Engels que “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”, pois, pela via do pós-modernismo, a crise do capitalismo, seu movimento e o acirramento da luta de classes decorrentes dessa crise são deslocados ou muitas vezes retirados do debate teórico e das práticas políticas, cumprindo a função de ocultar as condições de reprodução da vida.

Desta forma, com a pós-modernidade se explica o mundo sob a perspectiva

de classe da burguesia, sem parecer que é assim. Como vamos constatando através de sucessivas aproximações que tratam do tema, é uma estratégia burguesa de distanciar a luta por outra sociedade. Enquanto a burguesia se utilizou dos princípios de emancipação humana – na sua fase revolucionária – defendendo a liberdade e razão para chegar ao poder, agora – na sua fase de decadência – utiliza-se da crítica a estes elementos para esterilizar qualquer possibilidade de revolução dos trabalhadores.

Aqui vale destacar também a insistência em algo muito propagado na atualidade que é o “desconstruir”. Linguagem utilizada pela pós-modernidade, na tentativa de “desconstrução” do espectro do marxismo e que é de suma importância apontarmos o caminho problemático de utilizarmos não apenas desta linguagem, mas o que ela expressa. Na materialidade nada é possível desconstruir e reconstruir ou ressignificar mediante as palavras. Só é possível que realizemos a destruição e construamos algo em seu lugar, ou no máximo realizemos reformas, como no caso do capitalismo para ser exemplar. Menezes (2020) aponta como Derrida (1994)²⁰ faz referência a desconstrução com relação ao marxismo e Balandier (1985)²¹ aponta o pós-moderno como um sistema do não sistema, dizendo que este se vê como movimento de desconstrução de partes da hierarquia e de tudo que foi construído em paradigma ou modelo, ou seja, limitado ao campo mental, dentro pensamento dos pós-modernos.

Para concluirmos essa primeira aproximação ao tema, precisamos destacar que não estamos travando aqui uma polêmica entre modernidade *versus* pós-modernidade. A questão central é que se a modernidade estivesse superada, os seus projetos políticos e ideológicos – baseados no Iluminismo, em que se tem a razão e a ciência como instrumento de compreensão da realidade – também estariam.

De antemão podemos compreender que as teorias pós-modernas esterilizam qualquer possibilidade de crítica. Em seu legado histórico, cria debates que dão sonoridade de pluralidade e transgressão, porém sem qualquer possibilidade de tocar na totalidade e na ordem do capital. O seu segredo está nas fragmentações. Aqui podemos utilizar as pautas identitárias como exemplo, como apontado no texto. Tem-

²⁰ DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad. De Anamaria Skinner, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

²¹ Livro “Le détour: pauvoir et modernité” que no Brasil foi publicado em 1997 com o título “O contorno: poder e modernidade” traduzido pela Editora Bertrand Brasil.

se a busca contra todas as formas de opressão, mas não pela destruição da exploração de classe que é a essência das opressões. Passamos a pensar nas individualidades e não no proletariado.

O CAPITALISMO EM SUA ROUPAGEM PÓS-MODERNA: O IDENTITARISMO

Como podemos depreender das colocações anteriormente feitas neste trabalho, a teoria marxista é o único ponto de partida para a crítica necessária à pós-modernidade. Portanto, é com a utilização da categoria de totalidade que podemos fazer leituras na tentativa de compreensão do papel que o identitarismo ocupa no capitalismo e onde carrega o pós-modernismo.

Durante a década de 1960 eclodiram movimentos ao nível global que, de certo modo, foram provocados pela prosperidade que o capitalismo viveu após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países imperialistas nos quais as populações experimentaram um crescimento do seu padrão de vida. Esse processo trouxe a difusão de novos hábitos e de valores socioculturais, que foram difundidos socialmente. Neste cenário surgiram os movimentos de contestação social às formas de poder vigentes e os valores morais, representados pelos movimentos como o feminismo, lutas contra a discriminação racial, etc. A culminação desses movimentos e lutas progressivas tem seu ápice apresentado, sobretudo, pelos acontecimentos de maio de 1968 na França (EVANGELISTA, 2006).

Demandas inerentes ao feminismo, movimento negro, identidade de “gênero”, dentre outras, passaram a compor os processos de mobilização política, trazendo experiências diversas consigo. Concomitantemente à crise dos partidos comunistas, a ideologia burguesa impregnou o pensamento dos sujeitos que não se sentiam contemplados ou representados pelas formas tradicionais de organização das classes sociais, dando origem a novos movimentos sociais, criando dinâmicas específicas de enfrentamentos aos problemas sociais oriundos da luta de classes. E, com isso também, adentramos ao campo da pós-modernidade. A qual lança o homem em um mundo fragmentado, em que está voltado somente em interesses para si, com a conservação de sua individualidade, dissociado dos interesses comuns da sociedade.

Compreendemos a pós-modernidade como um fenômeno mundializado, em que não está em questão a contestação geral do capitalismo. O máximo que se dá são resistências individuais. Vejamos algumas palavras de Wood (1999):

Há uma outra coisa especialmente curiosa sobre a nova ideia de pós-modernidade, um paradoxo particularmente notável. Por um lado, a negação da história na qual ela se baseia é associada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis de análise causal, não podemos chegar às raízes dos muitos poderes que nos oprimem; e certamente não podemos aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação *humana* geral, ou mesmo de contestação geral do capitalismo, do tipo em que os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um conjunto de resistências particulares e separadas. Por outro lado, esse pessimismo político parece ter suas origens numa visão bastante otimista da prosperidade e das possibilidades capitalistas (WOOD, 1999, p.15).

Deste modo também se abrem os caminhos para o “empoderamento” individual e para os coletivos identitários influenciados pelo pós-modernismo. No ideário difundido pela pós-modernidade está contido que, na medida em que a perspectiva socialista está superada, a humanidade não teria mais nenhum programa geral capaz de unificar as demandas universais dos trabalhadores e as questões travadas pela luta de classes contra o capitalismo e sua superação, por isso caberia às “minorias” lutarem, cada qual em seu campo, por si mesmas, de acordo com suas necessidades.

O que passa a existir é a solidariedade entre os que lutam contra as mesmas “opressões”, culminando em uma abordagem moral da opressão. Aqui há solo fértil para os “micropoderes” defendidos por Foucault ou as “micropolíticas” defendidas por Guattari.

Michel Foucault em “Microfísica do poder” vai dizer que o poder é uma prática social, não como uma coisa que uns tem e outros não, mas como uma relação que opera entre os pares e espalha-se pela sociedade com um conjunto de práticas que molda os comportamentos, atitudes e discursos. Dessa forma, o poder não tem fonte única, se pulveriza em micropoderes e a resistência a este ocorre mediante as microações, em resistências locais, como no ativismo de direitos humanos, de gays, feministas, negros, ecologistas e outros. Para Foucault as novas estratégias de luta questionam como o poder é exercido e qual sua mecânica, pois para ele onde existir poder existe resistência. Vejamos:

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. [...] Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1979, P. 213)

Observemos que Foucault ao apontar que o poder não tem como fonte a dominação de uma classe por outra, acaba por colaborar na perpetuação do monopólio da propriedade privada dos meios de produção nas mãos da classe dominante, pois transforma a resistência num valor em si mesmo para o enfrentamento destes “micropoderes”.

A resistência se direciona a qual política? Resistências fazem revolução e colocam em xeque a ordem burguesa? Ou apenas operam como transgressões resignadas e fáceis de serem cooptadas pelo capital? Vale recuperarmos uma frase “na moda” dos nossos tempos: “Se fere a minha existência, serei resistência”, a qual demonstra um sujeito sem concepção de totalidade histórica, com concepção limitada ao fenômeno imediato e individual.

Deste modo, Foucault cumpre a função de reificar e tornar como real o que é só uma abstração, como a resistência. Não à toa, é um autor tão bem aceito e difundido nos meios acadêmicos. Na mesma obra “Microfísica do poder”, nega a importância da tradição marxista para a luta e superação da nossa condição de exploração, até porque não parte dessa leitura, mas sim da pauta de dominados, oprimidos por enxergar como fim a resistência.

Ao ser indagado em uma entrevista sobre quem são os sujeitos que se opõe, Foucault responde que todo mundo contra todo mundo, não distinguindo trabalhadores, afirmando que existe sempre alguma coisa em nós que luta contra outra coisa em nós. Vejamos algumas de suas palavras sobre suas defesas:

O que me espanta, nas análises marxistas, é que sempre se fala de "luta de classes", mas que a palavra a qual se presta menos atenção é "luta". Mais uma vez é preciso nuançar. Os maiores marxistas (a começar por Marx) insistiram muito nos problemas "militares" (exército como aparelho de Estado, levante armado, guerra revolucionária). Mas, quando falam de "luta de classes" como força motriz da história, eles se preocupam principalmente em saber o que é a classe, onde ela se situa, quem ela engloba e jamais o que concretamente é a luta. Uma ressalva: os textos não teóricos, mas históricos do próprio Marx são mais sutis (FOUCAULT, 1979, p. 214).

É interessante que realiza uma miscelânea de questões para contrapor a importância do marxismo para a compreensão da sociedade na qual vivemos e a centralidade da luta de classes que permite ao trabalhador a consciência de classe e saber quais são os inimigos a combater. Ou seja, mais uma vez, contribui para a manutenção da propriedade privada, apenas resistindo com “microações” restritas às particularidades, distanciando-se da perspectiva de totalidade.

Félix Guattari e Suely Rolnik (2000) em “Micropolítica: cartografias do desejo” vão colocar que a micropolítica é realizada através de uma rede de revoluções moleculares que são forças materiais e sociais que inventam o desejo de mutação, com uma retomada das máquinas técnicas para as máquinas desejanças com práticas analíticas e micropolíticas novas. Assim, a micropolítica se insere no terreno de produção de autonomias que podem alterar a relação de poder na sociedade. A questão política central é produção de subjetividade singular, que ao delinearem novas cartografias do desejo constroem micropolíticas. Neste sentido, a singularidade das mulheres, dos homossexuais, dos negros, etc. podem entrar em ruptura com as camadas dominantes enquanto atuam através do processo de singularidade e autonomia em suas formas de resistência, mantendo o questionamento permanente do projeto de controle social.

Guattari junto com Gilles Deleuze são uns dos pós-modernos que defendem a produção de novas subjetividades com o maio de 1968, com ruptura com os modos de subjetivação hegemônicos e a emergência de movimentos sociais produtores de novas subjetividades. O maio de 1968 é visto como um novo ciclo revolucionário que instaurou processos de tomada de consciência para a transformação social onde os partidos comunistas não perceberam a emergência de novos modos de produção com a integração mundial do capitalismo.

No entanto, precisamos avaliar o maio de 1968 também como um marco da pós-modernidade, com a deflagração de sujeitos contestatórios a partir de suas identidades. Apesar de naquela conjuntura ter ocorrido importantes lutas dos trabalhadores com greves operárias, existe uma idealização fabricada do movimento de estudantes e jovens que não colocavam a luta de classes no centro da questão política e tampouco tinham identificação com um processo revolucionários dos trabalhadores. Existia naquele centro a reivindicação política de cunho liberal que cobrava a ideia de liberdade como expressão de uma liberdade individual. O ideário marxista estava sendo confrontado, principalmente pelas experiências históricas com

leituras parciais atribuindo o projeto socialista ao fracasso, com a dicotomia democracia (representada pelo capitalismo) e totalitarismo (representado pelos estados operários degenerados colocados pela ideologia burguesa como “comunismo”). A experiência da Revolução Russa foi colocada nas exemplificações como grande fracasso. E por estas questões que nos é caro recuperar o apontamento de Menezes (2020) sobre o maio de 1968 como um conjunto de revoltas muitas vezes conservadoras e reacionárias, ou seja, como reação antirrevolucionária.

Foucault também é um grande interlocutor deste tema. Nos seus debates sobre corpo e poder, politizando o corpo, propõe uma alternativa a militância revolucionária exterior ao comunismo e marxismo, apontando o maio de 1968. Vejamos:

É no desenrolar de um processo político – não sei se revolucionário – que apareceu, cada vez com maior insistência, o problema do corpo. Pode-se dizer que o que aconteceu a partir de 68 – e, provavelmente, aquilo que o preparou – era profundamente antimarxista. Como é que os movimentos revolucionários europeus vão poder se libertar do “efeito-Marx”, das instituições próprias ao marxismo dos séculos XIX e XX? Era esta a orientação deste movimento. Neste questionamento da identidade marxismo = processo revolucionário, identidade que constituía uma espécie de dogma, o corpo é uma das peças importantes, senão essenciais (FOUCAULT, 1979, p. 214).

São por estas questões que, no debate aqui realizado, precisamos examinar como as interlocuções pós-modernas mistificam a contrarrevolução burguesa, retirando o horizonte revolucionário dos trabalhadores e suas organizações e os coloca como sujeitos autônomos, desvinculados de sua classe social.

Tais formulações teóricas e políticas apontam que não há mais nada para além do capital, usando a história para dizer sobre a impraticabilidade do socialismo e afirmando que o único caminho é da resistência individual, do rebelar-se contra os exageros da ordem capitalista.

Vejamos PEIXOTO (2017) sobre micropolítica e identidade:

A micropolítica é a exacerbação das diferenças e dos grupos. É a luta contra a totalidade, e da construção da subjetividade, da impossibilidade de articulação maior das lutas, exprime a total invisibilidade do econômico, do social e do político no sentido mais amplo. Decretar o fim da política e a emergência da micropolítica e do individual sobre o coletivo é o abandono na pós-modernidade da luta política pelas modificações revolucionárias da realidade – as revoluções não são mais possíveis, somente pequenas reformas, restringindo a luta democrática ao âmbito da manifestação de lobbies, que ocorre nos limites do mercado. As micropolíticas são a negação

da política e as múltiplas identidades a negação do social, assim toda disputa ocorre nos limites do mercado como única realidade possível (PEIXOTO, p.08, 2017).

Ao debatermos sobre identidades precisamos apontar que esta é uma construção social baseada em relações demarcando quem são os “diferentes”. Assim, as identidades não podem ser concebidas fora das relações sociais, porque deste modo perdem seu significado. Para os partidários da pós-modernidade, identidade se contrapõe à classe social – determinado pelo lugar ocupado pelo indivíduo na produção social –, postulando que o indivíduo pode escolher o que deseja ser.

Para Stuart Hall (2006) as identidades são plurais e estão sempre em formação, afirmando que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, deslocadas ou fragmentadas. Assim, apresenta três concepções de identidades, a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Vejamos como as explana a seguir.

O sujeito do iluminismo é colocado como um indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, consciência e ação. O centro estaria num núcleo interior que emergia quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia ao longo de sua existência, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo. Assim, a identidade de uma pessoa era o centro essencial do eu (HALL, 2006).

O sujeito sociológico refletiria a complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do indivíduo não era autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas que mediavam os valores, sentidos e símbolos (HALL, 2006).

Já o sujeito pós-moderno é colocado como não detentor de uma identidade unificada e estável. Está se tornando fragmentado e composto de várias identidades e não de uma única. A identidade não é mais fixa, essencial ou permanente e sim formada e transformada continuamente. Assim, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos pois “a identidade plenamente unificada, completa segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13). Por isso os sujeitos são confrontados com uma multiplicidade de identidades possíveis com as quais podem se identificar, que mudam ao passo que os sistemas de representação e significação cultural se multiplicam (HALL, 2006).

O “canto da sereia” das identidades é a diluição da consciência dos trabalhadores, com a sedução que dentro da sociedade dominada pela ordem

burguesa eles podem ser o que quiserem ser, ou assumir a identidade que quiserem.

Diante destas deformações colocadas até aqui é possível apontarmos que dentro da estratégia da irracionalidade, com vistas à manutenção do capitalismo, o identitarismo é travestido de combatividade social, mas retira do horizonte a luta de classes e o papel revolucionário dos trabalhadores. Não à toa que a pós-modernidade não considera a luta de classes em qualquer debate, pois a neutralidade que cria através das pluralidades que são reivindicadas neste campo foge de qualquer perspectiva de totalidade.

Nesse sentido, há também o culto ao suicídio, pois o trabalhador é acertado de forma absoluta com esta saída. A linha tênue do ser e do nada se limita à perspectiva imediatista que elimina e ignora a existência do sujeito, que não se vê como social e sim como indivíduo atomizado ou até uma “coisa”. E, enquanto coisa sem valor, com pouca expressão, não tem sentido existir. Vale destacar que, como consequência de toda ideologia burguesa, os trabalhadores não se reconhecem como produtores de riqueza e se estranham no mundo das mercadorias quando não podem se realizar no consumo (MENEZES, 2020).

Para exemplificar a gravidade desta questão, Menezes (2020) faz uso de uma reportagem que noticia que cerca de trezentos trabalhadores de uma fábrica de videogames na China ameaçaram suicídio coletivo e pular do telhado de suas instalações por atraso de pagamento do programa de desligamento voluntário da empresa. Esta notícia além de ilustrar o estranhamento do trabalhador na sua própria produção, demonstra como os tempos em que vivemos apontam as saídas que negam uma perspectiva de classe e posicionamentos de classe, pois a totalidade histórica não é concebida e as soluções são para o presente imediato, no hoje, como único momento possível. Nesta perspectiva pós-moderna, não há como partir de um campo revolucionário de análise da realidade para entender o que se quer transformar.

A negação da história pela pós-modernidade é a consolidação de todo o domínio de classe da burguesia. E isso está presente a todo tempo na indústria cultural que promove a massificação de consumo no capitalismo, na literatura, filmes, peças teatrais, jornais, internet, universidade e relacionamentos, em que a subjetividade é elevada à categoria de coisa e neste caso a felicidade como conceito que se realiza mediante a construção ideal de liberdade a partir do espírito subjetivo (MENEZES, 2020).

Isso é realizado em conjunto com o enterro da crítica marxista, como já

apontado, não de modo grosseiro, mas de forma sofisticada, se colocando como combatentes contra o capitalismo e as injustiças sociais. Esta perspectiva que nega a história, nega a perspectiva revolucionária, pois há a ausência de futuro, delineando a saída com o fim da vida (MENEZES, 2020).

Com isso, o pós-modernismo tem uma determinada maneira de conceber o processo histórico. A ciência é tida como uma simples narrativa, afirmando o relativismo como valor cultural. As buscas pelas causas explicativas são substituídas por descrições tópicas através de relatos de fenômenos particulares.

De acordo com Menezes (2020), ao passo que se faz com que o ser não compreenda que o devir é construído por ele, ganha-se um sujeito com concepção limitada ao campo fenomênico mais imediato, que se distancia de qualquer entendimento histórico e que não encontra sentido nas ações que pleiteiam uma perspectiva histórica, de transformação revolucionária. O sujeito é incapaz de caminhar para além da linha que lhe fazem. Assim, as relações sociais ganham o mesmo sentido, de consumo imediato como manifestação dos desejos em busca da satisfação e são usadas para as suas realizações, tanto nos campos de amor, sexo, amizade e trabalho. Através do trabalho alienado o homem não se identifica nem com a produção e nem na produção, mas sim através do consumo, pois é nessa esfera que está inserido.

A saída subjetiva trazida pela pós-modernidade rompe com a razão e por consequência com qualquer totalidade histórica. Tratar só de identidades elimina a perspectiva de classes sociais e não deixa o sujeito compreender como “microquestões” se colocam numa grande questão. Falar só de identidades nega a existência de um conflito social entre classes e falar só de lutas sociais nega a perspectiva de luta de classes.

No livro *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*, Wanderson Chaves traz à tona como instituições fomentam o desenvolvimento de pesquisas sobre a questão negra, especialmente a Fundação Ford, alicerçadas na agenda política da Guerra Fria, desenvolvendo inclusive “um olhar americano” sobre isso.

Chaves (2019) aponta como o governo norte-americano desenvolve uma agenda com reflexões sobre os problemas raciais, com intervenção intelectual estratégica em que a Fundação Ford participa de uma “guerra psicológica” para construir uma “esquerda não comunista” ou um “socialismo democrático” com o

objetivo de acabar com os “totalitarismos”, através da extinção política dos polos de direita e esquerda, com soluções de centro liberal, conciliando esforços democratizantes e lutas antitotalitárias e anticomunistas.

Desta forma, Chaves (2019) registra a principal contribuição da Fundação Ford em realizar a modelagem do debate das ideias, patrocinando canais em que se exaltava a “dimensão humanitária” como aspecto central da filosofia da instituição. Com isso, destacadamente nas políticas raciais convergia com o “centrismo democrático” em que raça seria estruturante para toda vida social, na tentativa de influenciar fenômenos especialmente da matéria de política internacional, apostando no multiculturalismo para a realização na integralidade dos direitos fundamentais dos homens. Nesse sentido, dispndia-se significativo montante de recursos para apoiar investigações sobre exclusão e combate aos preconceitos e discriminação, tidos como comportamento que barram o pleno respeito aos direitos humanos.

Vale destacar que no livro Chaves (2019) traça o relacionamento da Fundação Ford, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e da CIA (Agência Central de Inteligência da CIA) e chama atenção acerca de programas dirigidos para os embates intelectuais para reorientar disputas teóricas e ideológicas centralizadas no marxismo e “neutralismo diplomático” durante a Guerra Fria.

Retomando o raciocínio anterior, as identidades possuem sistemas de representação e se articulam como uma lógica cultural e ideológica do capitalismo avançado, instaurando mudança de hábitos e costumes. Vejamos, por exemplo, a “linguagem neutra” criada com o “todes” e que é tão cobrada atualmente nos meios em que estão os jovens e acadêmicos. Dessa forma, a pós modernidade se dá como um fenômeno a partir de condições objetivas de vida, onde nem sempre seus agentes têm consciência de sua reprodução. O sujeito está imerso no vazio, onde o mundo é um caos inordenável.

Peixoto (2017) nos chama a atenção para essa saída criada com o fim de apreensão do real. Vejamos:

A construção das ideias universais do capital necessita se alimentar do real. É dessa forma que aparentemente os movimentos sociais na fragmentação absoluta são o reflexo daquilo que o capital necessita para manter a sua unidade e sobrevivência (PEIXOTO, p. 08, 2017).

Por isso que quando trata dos corpos, a pós modernidade vai dizer que é

preciso empoderar-se e ter seu “lugar de fala”, reiterando que o poder está na perspectiva individual, nos microespaços. E é neste momento que quando as individualidades são pensadas de forma fragmentada se tem uma vitória, pois o homem não se enxerga enquanto classe e sim como ator, protagonista de uma minoria, a ocupar um lugar que ninguém mais pode ocupar, pois não haveria dominação de classe.

BELLI (2017) é muito preciso ao abordar essa questão:

Deste modo, como tratar da questão do empoderamento, pertinente a uma parcela considerável dos movimentos sociais alinhados ao pós-modernismo? Como considerar uma atividade de empoderamento o protagonismo das mulheres no movimento feminista? Como considerar uma atividade de empoderamento o protagonismo dos negros no movimento negro? Como considerar uma atividade de empoderamento o protagonismo de transgêneros, gays e lésbicas no movimento LGBTQ+? Ser protagonista, nesses casos, sem ter a noção dos interesses de classe e da manutenção do estado de coisas ditado pela reprodução capitalista só faz com que a imagem transmitida por esse tipo de relação seja cooptada pelo mercado. O empoderamento aparece, nesses casos, como uma manifestação estética que pode ser facilmente reproduzida e comercializada. É sinal de ousadia ser uma mulher feminista. É sinal de atitude fazer parte do movimento negro. É sinal de subversividade ser do movimento LGBTQ+. É sinal de militância ser alinhado ao movimento dos trabalhadores, considerando que nem os próprios trabalhadores sabem ao certo de seus interesses. Em todos o que vale, para além de ser, é demonstrar ser. Uma imagem desejada capaz de escamotear uma prática perversa é uma mercadoria altamente vendável, já que alivia a consciência sem exigir um comprometimento efetivo com uma causa determinada ou, o que é ainda pior, sem exigir um comprometimento com o conjunto da humanidade. A efemeridade da condição política propiciada pela questão do fetiche do dinheiro demonstra que o capital cria um sistema societal que incorpora qualquer tipo de relação e de regras de conduta que garantem a ele uma força permanentemente disruptiva em seu próprio desenvolvimento (BELLI, p. 165-166, 2017).

Ao fazermos uma análise fora do campo psicológico, podemos compreender que as identidades não se esgotam em si mesmas. Nascer e se desenvolvem em um contexto social específico e não podem ser concebidas fora das relações sociais. São, também, uma máquina de fazer dinheiro e de escamotear as relações de desigualdades. Tanto é que a Rede Globo de Televisão tem pautado temas das “minorias” e colocado negros, mulheres e LGBTQ+ em papéis de destaque para as representações. No entanto, em nada muda a vida dessas populações.

O que mudou para os negros daquele país a liderança de Barack Obama no cargo de presidente dos Estados Unidos da América? O que mudou na vida das mulheres, com todas as violências sofridas cotidianamente na sociedade patriarcal, a condução de um mandato de quase seis anos por Dilma Rousseff na presidência do

Brasil?

Importa aqui registrar que no ano de 2020, marcado por resistências de vários movimentos identitaristas, mas também por uma grande crise econômica do capital, agravada pela pandemia de coronavírus, foi o mesmo ano em que Luiza Helena Trajano se tornou a mulher mais rica do Brasil. A mesma é vista como representante do poder feminino e é líder do Grupo Mulheres do Brasil, composto por atuantes em setores da economia, com o discurso de se unirem para melhorar o país, fazendo proposições de ações em favor para educação, empreendedorismo, projetos sociais e cotas femininas.

Por isso cabe questionar: poder para quem? Vale apenas lutar por poder para as mulheres? A quais mulheres serve esse poder e o que esse poder nutre? Não à toa que o identitarismo e a representatividade viraram um negócio lucrativo.

Outra passagem que cabe também registrar foi o comunicado oficial lançado pela XP Investimentos em agosto de 2021 por episódio envolvendo escritório parceiro de assessores, em que houve a divulgação de uma foto que no quadro de trabalhadores haviam majoritariamente homens brancos e motivou uma ação de movimentos sociais pedindo que as empresas elaborassem um plano de diversidade e composição em seu quadro de funcionários com a mesma proporção de negros, mulheres e indígenas. Em nota nas redes sociais a XP publicou:

Estamos comprometidos em fazer transformações significativas e reconhecemos que a inclusão de pessoas negras em nossa companhia e em nossa rede de parceiros é uma questão latente. Desde que assumimos o compromisso com a Diversidade e Inclusão, dentro de nossa agenda ESG, estabelecemos metas internas para aumentar a contratação, em todos os cargos, de pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+ e PCDs. Contamos com o suporte de consultores externos na construção desta jornada de letramento e também de nossos coletivos que são liderados por nossos colaboradores e colaboradoras, como o SEJA (focado na inclusão e acolhimento da comunidade LGBTQIA+), o MLHR3 (dedicado à aceleração de mulheres no mercado financeiro), o Blocks (focado em diversidade racial) e o Incluir (focado na inclusão de profissionais PCDs e acessibilidade). Sabemos que temos muito ainda a fazer e estamos trabalhando incansavelmente para sermos cada vez mais agentes de mudança na sociedade e no mercado financeiro²²

Vejamos, a XP Investimentos é um banco e uma das maiores corretoras de valores do Brasil, que tem um valor de mercado de cerca de US\$ 22 bilhões, então

²² Elemento extraído da rede social Instagram em 14 de agosto de 2021, direto da página da XP Investimentos.

qual seria a mudança na sociedade que gostaria de participar? Por que lhes é tão caro realizar um comunicado oficial nestes termos?

Todas as polêmicas que carregam os jargões lugar de fala, apropriação cultural, lacração, opressão, privilégio, empoderamento, gênero, raça etc., têm esvaziado o debate de luta de classes e exploração dos trabalhadores e são facilmente cooptadas pelos interesses do mercado ao centralizar o comportamento individual.

As reivindicações particularistas demonstram o caráter frágil das dimensões identitaristas, contribuindo para o surgimento de disputas e validade sobre a auto atribuição. No fundo essas contendas mais confundem do que informam ou explicam. O desafio colocado aos trabalhadores é entender como as opressões se ligam a sua exploração e são pilares da sociedade em que vivem, não sendo possível a sua eliminação sem a eliminação da sociedade de classes.

As identidades podem induzir que vivemos num mundo no qual as diferenças não decorrem das desigualdades sociais. As lutas por igualação de direitos não realizam transformação societária e justamente foram cooptadas como nichos de mercado para distanciar quem está nessa trincheira da trincheira do comunismo, que decreta o fim da propriedade privada.

Não esqueçamos que, embora uma tática que surte a necessidade de respostas, lutar para igualar direitos não resolve o problema da exploração do homem pelo homem. Mesmo no Brasil do Governo de Bolsonaro as mulheres têm os mesmos direitos que os homens, no entanto, isso não impede que os seus salários sejam menores, por exemplo. Direito como relação formal é “letra morta”, por ser de classe e não universal, é uma tentativa de administração de um problema da realidade. Se homens e mulheres não são tratados da mesma maneira, é preciso ter uma lei que diga que são iguais. Se diferença sexual não implicasse diferença social não precisaria de nenhuma lei para busca de direitos. No patamar de direitos a lei é igualitária para ricos e pobres, para a burguesia e para os trabalhadores. Uma das questões que difere é que os primeiros têm recursos para executá-los e utilizarem a seu favor, enquanto os demais não. Ou seja, a igualdade formal termina onde começa a exploração capitalista.

Assim, como vimos anteriormente no debate sobre o Serviço Social e a defesa de direitos e como estamos explanando aqui, para os trabalhadores a luta por direitos não pode ser um fim, mas deve ser vista como meio, pois, embora importante, não

resolve o problema da exploração de classes justamente pelas características do direito.

É deste modo que precisamos demarcar que os problemas não passam pela forma como a sociedade se enxerga e pelo direito, mas sim pela realidade e como a sociedade é de fato. Travar a luta neste campo também implica reforçar uma ilusão no Estado que existe para cumprir uma função para a classe burguesa, como vimos anteriormente, e não tem qualquer perspectiva de ser popular, operário, proletário, mais humano, etc.

Engels (2005) ao debater sobre Fourier²³ aponta que foi ele o primeiro a registrar que “o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral” (p.05). Portanto, não podemos entender o sujeito e a classe isolados, como se o todo não pudesse ser compreendido. Se ao falarmos de opressão não falarmos de classes, fragmentamos as lutas e transformamos tudo em narrativas individuais, onde as verdades são relativas.

Registramos entender sobre se falar da diversidade, de violências sofridas pela diversidade e de diferenças colocadas pela diversidade. No entanto, a questão central é apreender como que por ela se afasta o debate da classe no campo da pós-modernidade, como é o modo de tratar a pauta pela pauta, ou seja, o método com que se faz isso.

A pós-modernidade se utiliza das identidades como lutas específicas para afastar os sujeitos de qualquer perspectiva de classe, única que pode articular de fato a luta contra o capital. Tudo que fragmenta não torna possível a compreensão da totalidade e, se não é possível compreender a totalidade, não se domina o processo, não se articula com o outro e não se supera a questão histórica colocada para os homens. Deste modo, as lutas não podem ser por questões secundárias, fragmentadas e pela busca de reconhecimento da burguesia opressora como iguais. O método de luta que não parte da divisão da sociedade em classes antagônicas está no campo a partir de concepções irrealistas e as pós-modernas são uma delas.

Por isso, também, a pós-modernidade execra as “metanarrativas”, pois o sujeito não pode entender o mundo em sua totalidade e nem lutar coletivamente contra a exploração do homem, apenas se for no campo das desconstruções e ressignificações do ser. Só importam as resistências e, no máximo, o que obteremos

²³ François Marie Charles Fourier, socialista utópico dos séculos XVIII e XIX.

de resultados é uma transgressão resignada, com ideia de rebelião, de contestação, porém jamais de revolução.

Com isso, o capital pode assimilar cada uma das lutas identitárias, cada uma em seu espaço, porém jamais admitirá que transgressões se tornem confronto contra o capital trazendo à tona a luta de classes. Isso demarca como se dá a estratégia burguesa e o limite da pauta pela pauta.

Desta forma, as representações a partir da individualidade, que idealizam a busca da felicidade individual, se distanciam de qualquer perspectiva crítica e não são capazes de determinar na sociedade de classes o enfrentamento efetivo às próprias "opressões. Esta perspectiva contemplativa, que idealiza as relações sociais que são historicamente construídas, falseia a realidade e também a busca da felicidade a partir de um devir mistificado (MENEZES, 2020).

CAPÍTULO III

O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E DAS IDENTIDADES

Para atender aos objetivos da pesquisa, analisamos os trabalhos apresentados nos últimos eventos do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que são os encontros de maior expressão da área de Serviço Social no Brasil. Estes eventos possuem em sua grade o eixo temático “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades”, temas que agrupam os trabalhos apresentados e também constituem nosso objeto de pesquisa.

O ENPESS é considerado o mais importante evento científico do Serviço Social, como espaço para a comunicação dos resultados de pesquisas e outras produções acadêmicas. O evento ocorre a cada dois anos, sob responsabilidade da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). No ano de 2020 houve interferência em sua realização devido a pandemia de Covid-19.

O 16º ENPESS ocorreu no ano de 2018 em Vitória-ES sob o tema “Em tempos de radicalização do capital, lutas resistências e Serviço Social”. No material de apresentação do evento²⁴ é apontado o objetivo de fortalecimento da direção do Serviço Social em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão de compromisso da categoria para com as demandas e interesses da classe trabalhadora. Na apresentação se aponta, ainda, que o tema do encontro se direciona para as respostas da classe dominante para a crise capitalista e os desdobramentos da “questão social”, que ataca direitos sociais e criminaliza a pobreza, movimentos de lutas e resistências que negam o padrão de acumulação capitalista. Com isso, o XVI ENPESS é colocado como “espaço de resistência” e celebra os 25 anos do Código de Ética do Assistente Social, reafirmando os princípios e valores que o orienta, bem como a liberdade como valor ético central, além de reafirmar a posição em defesa da diversidade, pluralidade, políticas sociais e direitos trabalhistas.

O CBAS é considerado espaço de compartilhamento da produção científica, da prática profissional e de divulgação de conhecimento do Serviço Social e tem periodicidade trienal sob responsabilidade do Conselho Federal de Serviço Social

²⁴ Este pode ser consultado nos Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss>

(CFESS).

O 16º CBAS ocorreu no ano de 2019 em Brasília-DF sob o tema de “40 anos da “Virada” do Serviço Social” com o objetivo de reafirmar que o compromisso da agenda profissional parte das demandas dos trabalhadores e tem “como horizonte uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão”. Na apresentação do evento²⁵, o CFESS aponta a importância do Congresso para reafirmar a escolha da categoria profissional para uma direção ética, técnica e política da profissão, de viés progressista e com agenda voltada para demandas da classe trabalhadora e defesa da justiça social, direitos humanos e sociedade livre de exploração e opressão.

Desta forma, levantamos no ENPESS de 2018 e no CBAS de 2019 artigos relacionados aos assuntos das identidades que se ligam ao princípio XI do Código de Ética do Assistente Social e como localizador nos títulos dos trabalhos usamos as palavras derivadas para opressões, mulheres, negros, gays, lésbicas, LGBTs, racismo, feminismo, machismo, patriarcado, etnia, raça, gênero, sexualidade.

No ENPESS de 2018, de um total de 1062 arquivos disponíveis levantamos 161 artigos relacionados aos localizadores citados, ou seja 15% dos trabalhos. No CBASS de 2019 de um total de 1732 arquivos disponíveis, levantamos 326 relacionados à pesquisa, ou seja 18% do total de trabalhos.

Com isso, localizamos 487 possíveis para análise e correlação com o objeto da pesquisa. Porém, tendo em vista os limites deste trabalho e o tempo de dedicação para tais análises, decidimos elencar uma amostra de 10% dos artigos para avaliação e como metodologia para seleção da amostragem escolhemos o sorteio, no intuito de conseguir avaliar artigos dos dois eventos, bem como garantir uma seleção mais fidedigna e quantidade significativa para o debate. Disponibilizamos em apêndice os títulos dos 48 trabalhos analisados.

Dentre estes artigos há uma divisão de temas, que separamos da seguinte forma, de acordo com os assuntos tratados: etnia (16); gênero (10); sexualidade (10); etnia e gênero (09); sexualidade e gênero (03). Ainda, se dividem em áreas, que se concentram em produção do conhecimento, educação e Serviço Social (41); análise de campanhas (03) e relatos de experiência (04).

²⁵ O material divulgado pelo CFESS pode ser consultado em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1553#:~:text=O%20CBAS%20C3%A9%20espa%C3%A7o%20de,pesquisas%20no%20C3%A2mbito%20da%20profiss%C3%A3o.>

Os autores dos artigos estão situados em diversos estados e cidades brasileiras, como em Brasília, Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Bahia e Piauí. Além disso, se dividem entre estudantes de pós-graduação (38); estudantes de graduação (25); professores (20) e trabalhadores de diversas áreas como Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Prefeitura, Conselho Regional de Serviço Social, Empresa e Universidade (20).

A pesquisa aponta que os artigos discutem sobre a centralidade de “classe” dentro do Serviço Social, mas, levantando a necessidade de discussões voltadas especificamente para etnia, gênero e sexualidades e as demandas destes grupos, justificando ser os segmentos que mais sofrem opressões dentro dos recortes. Vejamos as palavras de Davis, uma autora muito citada nos trabalhos analisados:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que o gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber a intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011 apud HENRQUE; BATISTA, 2009, p. 03).

Vê-se nessa citação, que a “classe” mesmo perdeu toda “centralidade” (na verdade perdeu significado), não é mais classe no sentido dado por Marx e Engels, de fato. Os conceitos que se tornam centrais são os de “raça” e “gênero”. Classe entra para disfarçar que se está operando o deslocamento para o campo pós-moderno.

Não à toa que autores como Inácio (2019, p. 01) apontam que “a polêmica da (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo contribuiu para complexificar a relação do Serviço Social com o feminismo e o debate de “gênero” nos anos 1990”, assuntos que os pós-modernos consideram essenciais. Dentro deste mesmo pensamento de embates entre o marxismo e identidades está o autor Marcelino (2019), o qual aponta que durante muito tempo o Serviço Social teve como único foco de atuação a classe trabalhadora, reiterando a necessidade de inclusão do debate étnico-racial no currículo acadêmico.

Verificamos ao longo da análise dos artigos a tendência a segmentar os indivíduos, justificada pela circunstância da opressão ser maior na segmentação,

como ser uma mulher, negra e LGBT, por exemplo. Por outro lado, reforçam-se referenciais opostos aos dos homens e dos brancos. Lira (2018) trabalha a ideia de que “ao realizarmos o recorte de gênero na questão racial, a situação das mulheres negras carrega a somatória das opressões do machismo, racismo, além do estigma da classe social” (p.05).

Vejamos uma afirmação que SILVA (2019) faz em seu trabalho sobre isso:

Cavalcante (2015) sinaliza que só de nascer mulher, há desvantagem. Se o sujeito nasce mulher e negra, sofre preconceito duas vezes; mulher negra e pobre, sofre preconceito três vezes; mulher, negra, pobre e com deficiência, quatro vezes; mas se nasce mulher, negra, pobre, com deficiência e lésbica, essa pessoa inexistente para a sociedade (SILVA, 2019, p. 05).

A autora recorre ao pensamento de Stuart Hall, aquele abordado no capítulo II deste trabalho, que discorre sobre as identidades e sobre os diversos sujeitos. Com isso, aponta que “as identidades são construídas e desconstruídas cotidianamente” (p. 06) e que positivamente são mutáveis. Esta afirmação revela um dos traços mais importantes da influência pós-moderna, o das “identidades” se sobrepondo à classe. E, nas palavras de Hall, estas identidades são “construídas”, ou seja, fabricadas pelos sujeitos, ao contrário da classe, cuja determinação decorre do papel que se ocupa na produção social, quer dizer, independe da vontade subjetiva do indivíduo e do “lugar de fala”.

Nesta mesma linha, na afirmação que a transfobia é expressão da “questão social”, Prado e Rodrigues (2019) elaboram o conceito de divisão sexual do trabalho, para justificar que a divisão do trabalho no capitalismo se dá por gênero e que existe uma exploração desigual entre eles.

Diante disso, levantamos quais os assuntos mais recorrentes dentro da temática de “etnia”, “gênero” e “sexualidade”²⁶.

Na temática de etnia as grandes discussões são em torno do tratamento do racismo estrutural; Estado brasileiro como racista; a branquitude como detentora de

²⁶ Sobre etnia e gênero cabe destacarmos que existe uma disputa destas nomenclaturas, inclusive instigadas pela pós-modernidade, que negam as explicações biológicas (científicas), reivindicando serem construções sociais. No campo de raça e etnia, não se aceita que temos uma única raça, a humana, e que não existem mais etnias que sejam genuínas, ou seja sem nenhuma alteração por mistura dos povos. No campo de gênero, não se aceita distinguirmos homens e mulheres pelo sexo feminino e masculino, abrindo-se precedentes para as diversas vivências (subjetivas) de gêneros. Deste modo, destacamos que nesse trabalho utilizamos essas nomenclaturas para apontar como os assuntos são tratados pelos segmentos que os reivindicam, tendo como prisma o objeto de pesquisa.

privilégios que eles próprios precisam rever; políticas de ações afirmativas como justiça histórica, combate às desigualdades sociais entre brancos e negros e mecanismo que objetiva proporcionar igualdade de oportunidades a grupos socialmente marginalizados; racismo estrutural; população que mais sofre com a desigualdade social; grande abismo entre brancos e pretos com dados que demonstram haver dois “Brasis” na perspectiva de diferença da cor da pele; representação; questão racial diretamente ligada à questão social; cidadania inconclusa para as mulheres negras.

Em suma, os artigos nesta temática orbitam na defesa de que “o processo de lutas pela cidadania negra consiste numa tarefa necessária para as futuras gerações, haja vista que vivemos 400 anos de escravidão e pouco menos de trabalho livre” como registra Henriques (2018, p. 01).

Na temática de gênero as grandes discussões são em torno de mulher negra ser a mais afetada pelas iniquidades raciais; gênero como categoria ontológica; atenção especial por usuários da profissão serem majoritariamente mulheres; importância do feminismo classista; mulheres negras como alvo do racismo e sexismo com lugar singular na opressão; empoderamento; pobreza tem cor e gênero.

Assim, a defesa é que:

o debate de gênero traz subsídios para a qualificação profissional, bem como ratifica o compromisso estabelecido hegemonicamente por assistentes sociais na busca por uma sociedade igualitária, livre de opressões de qualquer natureza (HENRIQUE; BATISTA, 2019, p. 02).

Na temática de sexualidade as grandes discussões são em torno de biopoder; identidade de gênero; corpos dos indivíduos; sexualidade e orientação sexual; estar e não ser; invisibilidade; inclusão da diversidade sexual; empoderamento e visibilidade; preconceitos e intolerâncias; segregação; estigmatização; marginalização.

Nesta linha a defesa é que:

O Serviço Social precisa se aprofundar mais sobre os debates sobre diversidade sexual e identidade de gênero, pois a população atendida é diversa, assim como os agentes profissionais, no qual o exercício profissional deve ser pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, combatendo todas as formas de discriminação (ALVES, 2018, p. 16)

A pesquisa nos artigos aponta que já em 1989, no VI CBAS, ocorreu a primeira inserção da temática racial e que em 1995, no VIII CBAS, foi criado o eixo “O Serviço

Social Frente às Relações de Gênero e Etnia” que sofreu alterações posteriormente, somente para incorporar o debate de orientação sexual ou sexualidades. Além disso, Inácio (2019) também aponta que na década de 1990 as entidades CFESS e ABEPSS passaram a garantir o termo gênero nos documentos normativos da profissão e que a revista “Serviço Social e Sociedade” nos anos 2000 também passou a registrar o termo gênero nas produções teóricas.

Além disso, entendem ser de grande valia que a ABEPSS tenha aprovado em 2014 a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social com abordagem das temáticas etnia/raça, sexualidade e geração, afirmando ser necessário compreender a “questão social” mediada dialeticamente por tais relações. Vejamos as palavras de SOUZA e PEREIRA (2019)

Sobre a formação profissional, afirma que ela deve estar “associada a uma consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negras/os, indígenas, feministas, LGBTse outros)”. Portanto, considera que essas temáticas “não devem estar presentes em apenas um componente obrigatório, mas em toda a formação profissional” (SOUZA; PEREIRA, 2019, p.03)

No tema de etnia existe um interessante artigo de Meneghetti (2019) que constrói o pensamento a partir de “Cinco notas a propósito da questão racial: reflexões teóricas sobre o racismo estrutural brasileiro”. Neste, o autor estrutura todo o trabalho argumentando que raça e classe social são elementos absolutamente indissociáveis e que se utiliza de autores que buscam fazer uma análise materialista do racismo. Assim, caminha para descrever o racismo na sociedade capitalista não como um problema moral ou jurídico, mas sim de uma relação social estrutural, como um problema com fundamento econômico e político, que reproduz mecanismos de poder e dominação. Com isso, deixa bem claro que a escravidão não nasceu do racismo, mas sim o racismo é consequência da escravidão.

É um trabalho que se destaca muito dentre o tema, por tratar desta questão não como um problema da cor de pele, porém com fundamentos materiais da sociedade em que vivemos e que não será solucionado por uma questão humanitária. No entanto, o autor ao final abre concessões para os “clichês” do Serviço Social ao fazer a analogia da questão racial com a “questão social” e defender que esta tem centralidade no Serviço Social, distanciando-se da teoria marxista e reforçando que a profissão tem o compromisso de luta contra o racismo estrutural, além do

compromisso com a classe trabalhadora e que no debate profissional a questão racial deve ocupar lugar ao lado da questão de gênero e da “questão social”.

Silva *et al.* (2018) no artigo “Raça, classe e Serviço Social: contribuições ao debate” apontam que constroem o estudo norteado por autores da tradição marxista, que em sua leitura são Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Ângela Davis. Colocam que a relação da esquerda com a questão racial muitas vezes foi vista de forma secundária por querer o fim do capitalismo apenas com o viés classista, sem dar muita atenção que as relações de exploração e opressão estão interligadas. E, com o objetivo de situar o negro como protagonista da história afirmam que a luta antirracista não fragmenta a luta de classes e que a prioridade é o combate ao racismo, pois:

[...] não existe capitalismo sem racismo, assim como não há possibilidades de alcançar o socialismo sem antes combater o racismo e a desconstrução do mito da democracia racial. Considerando que a classe trabalhadora tem gênero, raça/etnia e local de moradia, o negro deve ser partícipe no processo revolucionário e suas pautas centrais na luta de classes (SILVA *et al.*, 2018, p. 06).

Vale destacar que a afirmação de não existir capitalismo sem racismo é um exemplo claro da influência pós-moderna, pois aponta que o racismo seria mais importante que a estrutura de classes que foi criada pelo desenvolvimento capitalista. Em essência, se não houvesse racismo, não haveria capitalismo, o que é uma completa falsificação da história, um grande equívoco de compreensão da totalidade social.

Nos trabalhos avaliados aparece também, insistentemente, a questão da “representatividade”, tão propagada pela pós-modernidade com o olhar sobre tal fenômeno, com o “lugar de fala”, que determina quem pode e quem não pode se expressar acerca dessas “opressões”, ou quem tem legitimidade e quem não a tem para se expressar. Um trecho de Lima, Bazo e Silva (2019) defendendo a pauta do movimento negro dentro do Serviço Social e no exercício profissional ilustra bem esta questão:

A população negra, quando entra em contato com o CRAS, e nesse espaço encontra tal preocupação com a abordagem do tema sente-se representada e é incontestável que tal representação não é sentida apenas pelos usuários de determinado serviço, dentro daquela esfera profissionais e estagiários negros que atuam nessa área, a partir do entendimento de representatividade e carência de espaços como estes, tem sua rotina de trabalho e atividades

mais macia e generosa por poder se sentir visto dentro de espaços majoritariamente brancos. Quando o assunto é tratado de forma respeitosa, a barreira da invisibilidade é rompida, desta forma é traçado um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, afinal quem não se compromete na luta antirracista está comprometido tanto com a permanência do racismo estrutural quanto com a hierarquia racial (LIMA; BAZO; SILVA, 2019, p. 06).

Também na insistência cada vez mais barulhenta de se definir a legitimidade para se expressar acerca das “opressões” a partir da pertença a um determinado grupo identitário (negro, mulher, homossexual), se manifesta a oposição substancial entre o marxismo e o pós-modernismo, pois o marxismo, ao contrário dessa reivindicação de exclusividade identitária para conferir legitimidade de se expressar, afirma primeiro seu caráter universal, quer dizer, se coloca como a expressão da consciência mais avançada e abrangente possível no capitalismo (pois expressa o ponto de vista da maioria explorada), busca explicar radicalmente o funcionamento da sociedade capitalista e todos os fenômenos vinculados a exploração da força de trabalho assalariada, pois essa radicalidade é a premissa para liquidar o capitalismo. Ademais, é um empreendimento científico, busca o conhecimento verdadeiro da sociedade, porque disso depende a efetividade na luta de classes. Não por acaso, a doutrina marxista é o resultado do trabalho científico de diversos intelectuais burgueses ou pequeno-burgueses, que, no entanto, se colocaram sob a perspectiva do proletariado. Se, somente os operários pudessem falar da opressão social, provavelmente o marxismo teria demorado muito mais em surgir na história da humanidade.

A defesa anterior não é diferente quando se trata das pautas das mulheres e do feminismo:

A escolha pelo diálogo dos dados com a teoria do ponto de vista da teoria feminista nos aproxima de uma realidade da vida de muitas mulheres de forma a atribuir sentido ao enfrentamento necessário e urgente. As elaborações teóricas que a perspectiva feminista propõe refletir sobre esse lugar de fala e alterar panoramas de opressão e subordinação que tanto queremos superar e que ainda estão presentes no cotidiano de muitas mulheres. Essa leitura nos coloca num lugar de fala também muito mais posicionado e político no sentido de dar ação às constatações das pesquisas e em forma de militância feminista e localizada nas nossas intervenções, no campo prático das nossas atuações profissionais, assim como na posicionalidade nas nossas pesquisas e produções (COSTA; ARAS, 2019, p. 03).

De acordo com as autoras, somente a partir da perspectiva feminista (de preferência manipulada por mulheres) é que se poderá abordar os problemas da

opressão das mulheres no capitalismo, ou ao menos para ficar “mais posicionado”, seja lá o que isso signifique. Fora dessa perspectiva (feminista) então, não teria qualquer legitimidade.

Essa ideia é que fundamenta também a “representação” nos espaços de poder e decisão, com o entendimento de que se você está presente em um lugar específico e ascende a esse determinado lugar é um ganho e uma possibilidade de reconhecimento (do grupo identitário) e de, por dentro, conseguir alcançar mudanças. Essa questão justificaria a defesa de ter mulheres no poder, de ter negros em cargos importantes, de ter pessoas LGBTQB em espaços de decisão, etc.

É justamente nessa perspectiva que a pós-modernidade cria a ilusão de que determinados grupos serão enxergados, como também que diversos “coletivos” reproduzem isso sem compreender a totalidade da questão e sem assumir que ascender ao poder não destrói a exploração, pelo contrário, continua a fortalecer os mecanismos que a reproduzem, pois o “poder” no capitalismo, é sempre o poder da burguesia. Quem acende ao “poder” o faz em nome da classe dominante, ou seja, a burguesia, e não em nome do grupo identitário. De resto, as instituições burguesas aprenderam a manipular a presença de negros, negras e homossexuais em certos espaços para fazer demagogia do quanto são “progressistas” e atentos com as “pautas” identitárias. O resultado é que algumas minorias identitárias se satisfazem com esse arremedo de “representação”.

Moura (2018) ao debater sobre a necessidade de o feminismo ser negro, apontando que raça identifica classe e que existe privilégios para a população que é branca, defende que a mulher negra ocupe espaços políticos, seja ativista, lute por políticas públicas para mulheres negras, buscando a emancipação destas. Afirma que foi o feminismo negro responsável por fazer resistência contra as desigualdades presentes na sociedade brasileira, trazendo melhorias nas políticas públicas sociais, como no Sistema Único de Saúde (SUS) por exemplo, e coloca que:

A bancada do batom foi o meio que a mulher penetrou na política para representar uma quebra nos modelos tradicionais de representações vigentes no Brasil, sendo que o movimento feminista defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem intermediação dos partidos políticos; e, que, para a entrada da “bancada do batom”, existia um dinamismo político, contando com a constituição de movimentos sociais importantes que debatiam as questões referentes à raça, gênero e classe, abordando que constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher (MOURA, 2018, p.09)

O que constitui uma tergiversação completa da realidade, pois, ocupar um espaço legislativo (ou seja, no parlamento burguês) não é “uma quebra nos modelos tradicionais”, mas o seu reforçamento, agora com a “participação” de mulheres. Por outro lado, é falso que atuem “sem intermediação dos partidos políticos”. Basta observar o papel das deputadas dos partidos políticos PT ou do PSOL e compara-los com as deputadas do PSDB, MDB ou DEM.

Também nesse sentido, Duarte (2019) tece a discussão de que “urge pensar um sistema de justiça que consubstancie: gênero, raça e classe social numa perspectiva crítica e feminista” (p. 08). A autora constrói seu debate colocando que o Serviço Social ao afirmar o seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora diverge do caráter seletivo e discricionário do sistema de justiça que tem como fenômeno a judicialização das expressões da “questão social”. Assim, advoga que o PEP deve pensar eticamente o lugar que os sujeitos de direitos ocupam na ordem social, passando por alto, como coisa menos importante, a natureza capitalista, ou seja, burguesa da justiça, evidenciando que para o pós-modernismo importa menos a opressão capitalista do que a promoção de determinados grupos dentro do capitalismo. Com isso, ressalta pensar o direito através de uma função social e não apenas normativa, como instrumento fundamentado na aceitação de outra pessoa.

Além disso, defende-se a pesquisa em Serviço Social e questão racial pelo exercício profissional enfrentar questões relacionadas ao racismo e os espaços sócio-ocupacionais não conseguirem lidar com essas demandas ligadas à questão racial. Entende-se que a população negra é predominantemente o público das políticas públicas e do Serviço Social e que o racismo está presente a todo momento vitimando os usuários e os trabalhadores destas. Defende-se que as disciplinas no curso de Serviço Social que debatem sobre esse tema sejam de caráter obrigatório, justificando a ligação direta entre “questão social” e questão racial. Podemos encontrar a essência deste debate em: Souza e Pereira (2019); Lira et al (2019); Lira (2019); Lima, Bazo e Silva (2019); Batista et al (2019); Santos e Silveira (2019); Silva et al (2018).

Vejamos uma frase destacada em Lira et al (2019) declarada pela presidente do CFESS:

Nós, assistentes sociais, somos sim necessários/as nas trincheiras do combate ao racismo. Temos muito a dizer sobre isso e, principalmente, temos muito a fazer por meio do nosso trabalho e militância. Sendo assim, assistentes sociais contra o racismo, uni-vos! (LIRA et al, 2019, p.12)

Nesta está de modo evidente que o conteúdo de classe é esvaziado e a teoria marxiana é manipulada para se encaixar nas bandeiras de luta sob o pretexto da criticidade. A famosa frase “Proletários do mundo, uni-vos” de Marx e Engels usada no Manifesto do Partido Comunista, conclamando a revolução proletária, é editada para justificar o oposto do que Marx e Engels defendiam, a união de todos os proletários do mundo inteiro independentemente de nacionalidade ou sexo.

Neste sentido, há ainda a defesa pelas políticas públicas serem específicas para públicos específicos e que o Serviço Social deveria encampar isso, como no caso de mulheres negras, justificando que estas são as que mais sofrem opressões, como vemos nas afirmações de LIRA (2019):

Além disso, o caráter universalista das políticas públicas e sociais das quais o profissional de Serviço Social é chamado para intervenção profissional, não contribuem para o atendimento devido de que essa população deveria ser alvo. A ausência, ainda hoje, de políticas reparatórias para um povo que foi atingido por um dos piores crimes contra a humanidade, a escravidão, precisa ser centro de um debate sério no interior da categoria profissional (LIRA, 2019, p. 08).

Não só os autores fazem essa defesa de políticas públicas para públicos específicos, como também o fazem Costa e Aras (2019), Federici e Humbelino (2019) na perspectiva das mulheres; Cavalcante e Souza (2019) na perspectiva LGBT.

Na tentativa de justificar a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres negras, afirmando que a priorização e distinção entre brancas e negras serviria para reparação histórica e visaria diminuir a desigualdade racial no país, Lira (2018) compara que a perspectiva do mito da democracia racial é a mesma da luta de classes e que não reconheceria a intersecção de raça para os direitos humanos, justiça social e consolidação democrática.

Quanto à “reparação histórica”, nos cabe colocar não se pode concordar aprioristicamente com que se trate de uma bandeira sequer progressista, pois ela só visa atenuar algumas manifestações extremas de racismo na sociedade capitalista, de modo a esta continuar funcionando como tal. Não ataca a raiz do racismo e da discriminação racial. Mas os autores avançam na explicitação de sua postura – no fundo – anticomunista, ao igualar o mito da democracia racial com a luta de classes. Na prática, estão enxotando a “luta de classes”, fundamento do marxismo e, ainda o transformaram num “mito”, ou seja, algo que nem existe.

Mesquita e Rodrigues (2019) ao debaterem sobre a transexualidade na

universidade defendem que a assistência estudantil não deveria ser pensada para a população de baixa renda e sim ter caráter universalizante, de modo a contemplar as necessidades discentes para além de carência econômica, com o entendimento de que na universidade a permanência “depende de respeito à questão de gênero, racismo, atenção à saúde, inclusão digital, apoio pedagógico, ações que possibilitem estudantes pais e mães” (p. 06). Essa é uma questão que nos chama a atenção para o debate das ações afirmativas com recorte de etnia, sexualidade e gênero, pois geralmente se exclui das discussões o caráter de classe e nega os dados de quem adentra ao círculo acadêmico pela via meritocrática do vestibular, que tem um grande recorte de classe, a partir da formação escolar e de quem pode pagar por esta. Defende-se que o lugar que a pessoa ocupa, por ser de um específico segmento identitário, se sobressai às questões estruturais e de classe e, portanto, é detentora do direito a ocupar dado local por reparações históricas.

Pierre (2018) afirma que as ações afirmativas estão na contracorrente da perspectiva mercadológica e que estas têm o objetivo de alcançar igualdade de oportunidades e combater desigualdades não justificáveis com garantia de diversidade e pluralismo nas esferas da vida social. Nas palavras de Souza et al (2018) as ações afirmativas “e mais especificamente, a defesa das cotas raciais, cumpre papel fundamental na construção de um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, como nos diria Rosa Luxemburgo” (p. 15). Escondem, no entanto, que Rosa Luxemburgo se referia ao comunismo, que decorreria da liquidação revolucionária do capitalismo e não de um capitalismo melhorado com cotas raciais.

Gois et al (2018) apontam que cotas raciais são uma estratégia concreta de combate ao racismo estrutural e que a cota social (para público com recorte de renda e que cursou ensino médio integralmente em escola pública), usada majoritariamente pelas instituições de ensino, não realiza o reparo necessário para o público específico. Assim, o Serviço Social ao enfrentar essa garantia se posicionaria coerentemente com o projeto ético-político profissional. De acordo com isto, poderíamos compreender que os assistentes sociais deveriam ser cúmplices no labor de dividir os oprimidos em oprimidos negros – os bons – e oprimidos não-negros – os maus.

Batista et al (2019) ao discutir sobre o Serviço Social no combate ao racismo aponta que este “a desigualdade racial é um dos principais impedimentos para o bom funcionamento da democracia e da cidadania no Brasil” (p.02) e conclui que “quanto

mais esclarecimento sobre esse tema, maiores as possibilidades de ampliar a democracia e a cidadania neste país” (p.02). Ainda em seu debate os autores apontam que as políticas mais substantivas para promover a igualdade racial no país foram implementadas nos anos 2003 a 2014 no governo petista, ressaltando esse passo para a cidadania. Não diferente também realizam os autores Silva et al (2018), afirmando que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxeram importantes avanços para a luta antirracista.

Nesta mesma seara Machado e Souza (2019) evocam o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), trazendo ser dever do Estado e sociedade a garantia de igualdade de oportunidades, reconhecendo para todo cidadão direitos de participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Salientam que a referida legislação se traduz em conquista, porém alertam que um segmento da população precisa estar reconhecido na lei a sua existência, contrapondo-se à Constituição Federal de todos serem iguais perante a lei, pois os direitos permitem empoderamento para poder lutar de forma plural e diferenciada por uma vida que seja digna a se viver. Ou seja, defendem que as lutas dos segmentos são contra-hegemônicas e que podem “indicar o rumo para uma nova ordem societária, ressignificando este lugar de atuação/intervenção, entendendo que as desigualdades sociais neste país possuem cor, gênero e classe social” (p.10). Ao se afirmar que a “a nova ordem societária” preconizada no PEP, seria o mesmo capitalismo, mas “reconhecendo para todo cidadão direitos de participação”, abandona-se explicitamente qualquer perspectiva de superar efetivamente o capitalismo.

Não diferente, Soares et al (2019) afirmam que o Estado tem papel precípua no direito fundamental à vida e à dignidade humana, não podendo ficar inerte com a negação de direitos. Na discussão de sexualidade, destacam que a identidade de gênero deve ser respeitada pelas políticas públicas como é identificada, atendendo ao princípio da cidadania e dignidade humana previstos na Constituição Federal de 1988. Aqui a evocação é que se fortaleça a luta pela efetivação de direitos na perspectiva da construção de uma sociedade tolerante e que tenha respeito à diversidade.

Na mesma linha, Mello e Figueiredo (2019) afirmam a necessidade de garantia de que as leis sejam cumpridas, princípios obedecidos, e estratégias

efetivadas para que a discriminação, violação de direitos, falta de acesso e exclusão social fiquem no passado. Nesse sentido também deveria caminhar o Serviço Social, de acordo com a discussão colocada, com profissionais reconhecendo configurações de família, de orientação sexual e identidade de gênero para atendimento da população de acordo com os princípios éticos e respeitando os direitos dos usuários, pelo direito do ser humano e pela justiça social, bem como se balizando pela liberdade, que é colocada como contendo sentido amplo e a qual que se encontra também com a emancipação humana.

Da mesma forma que no trabalho dos autores anteriores, neste também pode se verificar onde se chega abandonando uma perspectiva marxista na caracterização do estado burguês, instrumento de exploração de uma classe [a burguesia] sobre as classes oprimidas, a quem, no entanto, estes autores atribuem papel de cuidar dos “direitos” dos grupos identitários, intenção fadada antecipadamente ao fracasso.

Seguindo a linha de cidadania, Souza et al (2018) apontam que a construção de uma nova ordem societária, que exclua exploração de classe, etnia e gênero, tem que ter compromisso claro com a emancipação humana e, para tanto, essa ordem tem que ser fundada nos princípios da liberdade, equidade, justiça social e da democracia, a qual só pode ser realizada quando o ser humano consegue desempenhar sua cidadania. Também aqui, a “nova ordem societária” decorreria do respeito aos valores burgueses de “liberdade, equidade, justiça social e democracia”.

Sobre o Serviço Social e a transexualidade, Tenenblat (2018) aponta que a profissão tem como papel desempenhar ações que amplie a garantia de seus direitos. Defende que não há outro caminho para defesa dos direitos conquistados que não a luta no campo popular e assim lança mão das linguagens advogadas pela pós-modernidade como a desconstrução, reconstrução, novo olhar, liberdade de expressão, lugar do indivíduo. Vejamos suas palavras:

É preciso desconstruir conceitos e reconstruí-los numa outra esfera, com um novo olhar e sob uma nova luz. A diversidade sexual é um direito vinculado à autonomia e à liberdade de expressão, valores fundamentais albergados pela Constituição Federal de 1988. Garanti-la, portanto, inclui legitimar socialmente todas as identidades de gênero, avançando na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Afinal, direitos humanos são universais e não devem excluir nenhum indivíduo ou comunidade (TENENBLAT, 2018, p. 08).

Os autores se perdem nas ilusões do direito burguês, depreendendo o direito

à “diversidade sexual” à “autonomia e à liberdade de expressão” da Constituição de 1988, sem reparar que esse “direito” nunca foi negado aos membros da burguesia ou da alta classe média, de modo que não é a falta de leis que provoca a discriminação contra a “diversidade sexual”, mas a estrutura social. O acesso a esse direito é diretamente proporcional ao estrato social em que se enquadre o indivíduo. Quanto mais alto estiver na escala social, mais “direito” terá, ocorrendo o oposto a quem estiver na outra ponta.

Ainda, alguns artigos trabalham a temática da interseccionalidade, ou seja, apontam que sistemas de opressão como o racismo, machismo e heteronormatividade são indissociáveis e se interseccionam. Com isso, defendem que essa realidade deve ser assumida pelo Serviço Social, com objetivo de transversalizar o debate, inclusive considerando as múltiplas expressões da “questão social”.

Salienta-se também que, dar voz para esses indivíduos considerados como majoritariamente oprimidos impulsiona assegurar os seus direitos e que a consciência da categoria profissional acerca das temáticas de etnia, gênero e sexualidade auxilia no enfrentamento das desigualdades na ausência destes direitos. Ou seja, o assistente social como transformador da realidade, cuja intervenção profissional é para uma sociedade mais justa e igualitária, como vimos em Batista et al (2019).

Cavalcante e Souza (2019) ao defenderem a diversidade sexual evocam o liberalismo sexual, que seria a “luta pelos direitos legais das dissidências e das minorias sexuais” (p. 04) e destacam que o projeto profissional do Serviço Social tem como proposta o enfrentamento do conservadorismo e que materializar o PEP é um dos maiores desafios, pois temos um panorama neoconservador, mas que urge a luta cotidiana pelo direito de ter direitos já que a categoria deve assumir o compromisso com os direitos humanos e sociais. Assim, sinalizam a necessidade da luta, via categoria profissional, para construção de ordem societária mais humana e que se pautem no direito de vivência das expressões da sexualidade.

No tema da sexualidade é insistentemente colocado como tarefa do Serviço Social a promoção de ações para polemizar paradigmas normativos que impõe padrões de gênero, com defesa dos direitos da população LGBT, reconhecendo o respeito à diversidade humana, argumentando que a direção ética-política profissional estabelece isso. Silva et al 2019, Costa e Prata (2019) também reforçam essa ideia.

No campo do feminismo, existem autores que defendem que feminismo está presente no Serviço Social desde a década de 1990, com a adoção do termo gênero

pelo PEP, nas literaturas profissionais, nas normativas profissionais, pelo Código de Ética profissional e nas Diretrizes Curriculares, como na essência dos debates de Inácio (2019), Borges et al (2019), Federici e Humbelino (2019), Duarte (2019), Andrade e Ferreira (2019).

Postula-se que a luta pelos direitos das mulheres e sua liberdade fortalece o projeto profissional. De acordo com Andrade e Ferreira (2019) urge para o Serviço Social refletir sobre a relevância do feminismo como práxis social, que possibilite a eclosão de mentes questionadoras, fazendo convite à rebeldia sobre as opressões, colocando que estas amordaçam as mulheres em sua totalidade e, portanto, se faz necessário fortalecer o compromisso com a luta pela emancipação das mulheres.

Com isso, discute-se também o Serviço Social ser feito por mulheres e para mulheres e de ser uma profissão feminina, com subalternização a outras profissões e salário baixo, como em Monteiro e Braga (2019), Henrique e Batista (2019), Silva e Silva (2018).

Não se leva em conta toda análise que Marx faz no Capital sobre a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado que determina o valor da mercadoria força de trabalho. Ou seja, a quantidade de trabalho dispendida para a formação de um médico, em média na sociedade, não é a mesma que para a formação de um assistente social, logo a discrepância entre salários não está ligada apenas ao prestígio da profissão e o “lugar de gênero” ocupado, mas sim pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua formação. Por isso também, que a bandeira de se problematizar o porquê de a profissão ainda não ter um piso salarial ligando a sua subalternidade e ser majoritariamente feminina se distancia do marxismo e se torna vazia.

Existe a crítica feita por Henrique e Batista (2019) que apesar de gênero e Serviço Social possuírem uma relação antiga, devido à profissão no seu início ter sido protagonizada por mulheres e ter como público alvo majoritariamente mulheres, a discussão de gênero no interior do Serviço Social caminha a passos lentos e que a “questão social” possui uma dimensão de gênero e, portanto, deve ser uma ferramenta teórica da profissão, sendo transversal a todos os âmbitos, contribuindo para a compreensão das relações sociais. Nega-se aqui que a classe e luta de classes é a dimensão fundamental para o entendimento das relações sociais e substitui-se pelo “gênero”, no sentido de tentar fundamentar a sua priorização.

As autoras ainda apontam que o Serviço Social não está isento de reproduzir

práticas machistas, classistas e racistas e concluem:

Dito isso, apresentar a vinculação histórica entre gênero e Serviço Social, bem como pensá-la na atualidade, cria bases para ratificar a direção hegemônica da categoria – inspirada no marxismo – de luta pelo fim das desigualdades de gênero e para a criação de propostas críticas e criativas a serem incluídas nos processos de formação, práticas e qualificação profissional (HENRIQUE; BATISTA, 2019, p. 03).

Quer dizer, a consideração do “gênero” no Serviço Social criou bases para lutar contra as desigualdades de gênero, e isso seria manifestação de marxismo. Evidencia-se claramente aqui a confusão instalada no Serviço Social a ponto de apresentar a agenda pós-moderna como sendo inspirada no marxismo.

Em Monteiro e Braga (2019) há toda uma defesa da profissão ter nos pressupostos do materialismo histórico dialético as bases de sustentação das análises críticas sobre o sistema capitalista, porém não são nessas bases que tecem as suas análises sobre gênero, sobre a mulher. Não diferente seguem as autoras Costa e Aras (2019) que debatem sobre o feminismo ter mudado a posição das mulheres na ciência com estudos que abarcam a posição das mulheres nas produções científicas, inclusive com status de transformação social. Ainda, sinalizam para um projeto teórico-político feminista e de gênero levando em consideração o pluralismo e as intersecções que precisam ser vislumbrados para igualdade de direitos e eliminação de todas as opressões. Assim, trazem a seguinte argumentação:

Segundo Sondra Farganis (1997), a ciência feminista consciente da relação entre a teoria e a prática quer não só atuar como ciência, mas honrar com seu compromisso de eliminar todas as formas de opressão contra as mulheres, contribuindo com uma nova forma de perceber o mundo, ratificando que o gênero sempre terá importância pelo caráter analítico e político que ele expressa. É apoiada nesse caráter que vislumbramos o alcance das nossas pesquisas e de que forma estas podem contribuir com a eliminação das diversas opressões e superação desse panorama de exclusão de direitos das mulheres, em especial, as que sofrem violência doméstica (COSTA; ARAS, 2019, p. 05).

Como vimos, o feminismo é tratado como uma ciência, capaz de formular métodos que eliminem as opressões. Dessa forma, a pretensão de uma “ciência feminista” choca-se frontalmente com o materialismo histórico-dialético, sob o qual é somente com a revolução proletária, destruição do capitalismo e construção do comunismo que é possível a eliminação da exploração e opressão do ser humano. De

resto, a pretensão de uma “ciência feminista” não tem sustentação epistemológica mais consistente do que pretender erguer, por exemplo, uma “ciência corintiana” ou “palmeirense”. Contradição encontrada em vários momentos das defesas que realizam inicialmente e como concluem os trabalhos.

Vejamos em Monteiro e Braga (2019), que fazem toda uma construção sobre o papel empoderado da mulher na sociedade, tentando desmistificar o lugar destas na sociedade e concluindo que “a presença feminina na profissão trouxe muitos pontos para a construção de uma profissão ímpar ao se referir em lutas prol à igualdade de gênero” (MONTEIRO; BRAGA, 2019, p. 10).

Federici e Humbelino (2019) constroem seu debate tentando convencer da importância de gênero e feminismo para a emancipação humana, bem como que a militância feminista é correlata ao projeto profissional do Serviço Social e que pautando o PEP fazem suas análises através da teoria social crítica. Afirmam também, que o feminismo não tem unicidade e suas principais correntes estão no feminismo radical, feminismo liberal, feminismo interseccional ou desconstrutivista e feminismo socialista e aproveitam para destacar que não pode haver um fatalismo tendo em vista a pouca discussão do feminismo junto ao movimento da classe trabalhadora, já que as experiências de socialismo são mínimas. Com isso, fazem alusão à Marx, porém ponderam que na teoria marxista nem tudo pode ser assimilado pelo feminismo, mas que não são teorias distintas já que é através do materialismo histórico que se pode realizar uma análise da opressão das mulheres.

As autoras concluem que o feminismo precisa ser apreendido pelo Serviço Social, porque este tem arcabouço teórico-prático capaz de transformar a realidade e que em seus pareceres os assistentes sociais podem inserir questões ligadas à realidade das mulheres. Concluem a necessidade de o feminismo ser endossado na formação acadêmica dos assistentes sociais, por ser totalmente conciliável com a práxis profissional, associando a perspectiva emancipatória do projeto ético-político com a militância feminista.

Assim também o faz DUARTE (2019):

Assumir a dimensão política da perspectiva feminista é inscrever a profissão comprometida com um novo projeto societário pensado e executado pela classe trabalhadora, mas sem descuidar das particularidades dos sujeitos que a compõem, desvendando as desigualdades que preservam a distinção salarial entre homens e mulheres, a jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho imposta pelo modo de produção capitalista sobre o sexo/gênero feminino (DUARTE, 2019, p. 11).

Sokalski (2019) também advoga pelo Serviço Social, marxismo e feminismo, apontando um feminismo marxista “que aborda as desigualdades sociais e de classe dentro da sociedade e no ambiente de trabalho, lutando para uma emancipação moral, intelectual e econômica da mulher” (p.01). Nesta mesma linha postula a crítica ao capitalismo e não a sua destruição, propondo utilizar este feminismo para “para entender as divisões de classes, as relações de poder e de sexo, sempre aliando a perspectiva feminista na conquista de direitos e de derrubada do patriarcado e crítica do capitalismo” (p. 02). Assim, não são as desigualdades presentes na sociedade que incitam este debate, mas este debate que se preocupa com as desigualdades presentes, apontando que para a emancipação da mulher ocorrer é necessário a compreensão da sua dependência camuflada e seu lugar na luta de classes. Concluem em que o feminismo marxista “procura o reconhecimento da igualdade de direitos legal, política e na prática da vida do cotidiano entre mulheres e homens” (SANTOS; NOBREGA, 2004 apud Sokalski, p.08).

Estes são exemplos dos enormes equívocos que são realizados dentro do Serviço Social em nome de evocar o marxismo e tentar defender o papel da profissão na transformação societária, atribuindo ao Serviço Social uma tarefa política da classe operária – enquanto classe – e não a um trabalhador individual, especificamente o assistente social. Além disso, ao mesmo tempo em que se tenta justificar a defesa do feminismo pelo proletariado, comete-se uma grave deformação ao privilegiar um segmento específico, colocando principalmente homens e mulheres como antagonistas, ocultando que a contradição básica da sociedade capitalista é entre burgueses e proletários.

Vale destacar ainda, que os artigos cometem também o equívoco de colocar que o marxismo se distancia das necessidades específicas dos indivíduos. Silva e Silva (2018) trazem o debate que com a incorporação da teoria marxista no Serviço Social, a profissão sofreu uma tendência homogeneizadora de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe e, assim, desconsidera a heterogeneidade do pensamento e das dimensões sócio históricas e culturais, entre as quais as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero.

Deste modo, também ilustram o grande distanciamento do marxismo, com a ausência de entendimento que esta doutrina é a que dá conta das determinações essenciais da socialidade burguesa, apta, por tanto, para explicar todas as dimensões da vida social e ilustrar que para a emancipação humana, para que os homens

possam viver livremente, é fundamental a destruição do capitalismo e construção do comunismo.

Na mesma direção avança o artigo de Gonçalves et al. (2018) “Reforma da previdência e os impactos na vida das mulheres” que na tentativa de defender o lugar da mulher e seus privilégios, esquece de fazer uma análise da sociedade de classes e os impactos de reformas do capital para a classe trabalhadora em geral. Tratam da política previdenciária como uma política de proteção social e não um seguro social e que as mudanças propostas para esta atingem diretamente os direitos das mulheres. Destacam como a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante na vida dos trabalhadores para os seus direitos sociais e que a ampliação dos direitos das mulheres é necessária numa sociedade marcadamente sexista. Assim, afirmam a necessidade de um tratamento diferenciado para homens e mulheres no acesso aos direitos previdenciários a partir da divisão sexual do trabalho e que “é mister a defesa do padrão de seguridade social, dos direitos sociais, trabalhistas e humanos numa perspectiva de igualdade entre mulheres e homens (p.16). Ou seja, um discurso totalmente sistêmico, que faz a defesa do Estado, da política estatal e da previdência social, que ao fim são mecanismos de grande exploração dos trabalhadores e aprofundamento das opressões que estes sofrem, porém com o discurso de estar no campo crítico e defendendo as minorias que mais sofrem desigualdades.

Inácio (2019) na tentativa de ilustrar como seria um avanço o debate feminista para o PEP, declara que a abordagem de gênero desde a perspectiva pós-moderna é diferente da abordagem de gênero realizada pelo Serviço Social através de seu projeto profissional, pois este se espelha na tradição marxista que lhe serve de fundamentos com sua produção teórica e também incorpora nas suas dimensões normativa e organizativa a intersecção entre classe social e gênero. Assim, defende a importância do feminismo para o Serviço Social, revestindo-o com abordagem de gênero e classe. Andrade e Ferreira (2019) seguem na mesma linha, inclusive afirmando que no ano de 2018 a inclusão da obra “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social” na biblioteca básica do Serviço Social foi uma grande conquista para a profissão no campo crítico.

Lira (2019) afirma que o Serviço Social e o Movimento de Mulheres, sobretudo negras, estão implicados na construção de uma nova ordem societária sem ao menos fazer referência ao papel que é colocado aos trabalhadores para uma revolução proletária, a qual não sairá de dentro de profissões específicas ou da universidade,

demonstrando o grande distanciamento da tradição marxista e clara aproximação com as teorias pós-modernas ao colocar nas identidades o papel de transformação social:

Por fim, do ponto de vista da teoria e na prática profissional cotidiana, a consolidação do lugar do Serviço Social na luta antirracista e não sexista terá incontáveis ganhos com a apropriação da história do Movimento de Mulheres Negras brasileiras, pois estas, assim como o atual projeto ético-político do Serviço Social, estão historicamente implicadas com a construção de uma nova ordem societária (LIRA, 2019, p 09).

Mais uma vez, agora com a análise destes trabalhos, fica nítido que é colocado equivocadamente ao Serviço Social o peso de mudança da realidade e transformação social. Além disso, reafirmam a dimensão de gênero, etnia e sexualidade da “questão social”, apontando esta como objeto da profissão e que, portanto, os assistentes sociais devem intervir com uma atuação crítica e que rebata os preconceitos e opressões, bem como viabilize direitos sociais:

Ao assumir que a “questão social” é o principal objeto de trabalho desta categoria profissional, dizemos que as assistentes sociais devem estar preparadas para intervir nos rebatimentos da sociedade capitalista como, por exemplo, a pobreza extrema, o desemprego, a violência e a falta de acesso às políticas públicas. Do mesmo modo, ao pensarmos na complexidade das relações sociais e nas formas como as expressões da questão social manifestam-se, a competência profissional deve incluir a apropriação crítica do debate de gênero com vistas a uma atuação que viabilize direitos sociais, em contrapartida a uma que agudiza e reforça preconceitos (HENRIQUE; BATISTA, 2019, p. 08).

Outro trabalho que se destaca pela discussão que realiza é o texto de “Projeto Ético-Político e formação profissional: a indissociabilidade entre as determinações raciais, patriarcais e classistas como fundamentos do Serviço Social”. Neste, os autores Souza et al (2019) expõem ser importante presença do debate de gênero e do racismo, nas graduações em Serviço Social das universidades públicas brasileiras, pois “os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero, de “raça” e entre as classes sociais” (p. 02). Assim, para os autores a divisão do trabalho é social, racial e sexualmente determinada e concluem que o espaço da política é o espaço mais resistente às mudanças das desigualdades. Por fim, os autores apontam que a “questão social” é base e justificativa para a existência do Serviço Social e, portanto, a formação profissional deve investir em pesquisa sobre questão racial e de gênero.

Este trabalho nos chama a atenção por se distanciar completamente da teoria

marxista ao tentar se utilizar dos seus conceitos de produção e reprodução da vida para justificar as questões relacionadas a etnia e gênero, bem como fazer a defesa intransigente da “questão social” para o Serviço Social sem qualquer crítica, reforçando os princípios do PEP que não se alinham com a teoria marxista.

Ainda, dentro da relevância dos trabalhos para a nossa análise aqui realizada, encontra-se o artigo de Freitas (2019) sob o título “Pós-modernidade, movimentos sociais e relações de classe, raça e gênero”. Este tem a proposta de debater sobre o lugar das relações étnico-raciais na perspectiva dos denominados novos movimentos sociais, indicando o “discurso pós-moderno”, como desencadeador do processo de refluxo dos movimentos sociais e reafirmando a perspectiva marxiana de luta de classes. Porém Freitas (2019) constrói o trabalho de modo a afirmar a necessidade de luta contra as opressões, sinalizando que cada segmento e indivíduo não pode ser desconsiderado. Assim, acaba caindo na mesma vala que os demais artigos aqui analisados, com a proposta de crítica com uso do marxismo, mas pendendo para outras tendências, como a pós-moderna por exemplo.

Outro destaque que importa registrarmos aqui é a tendência da linguagem pós-moderna que é utilizada atualmente sob a justificativa de que a linguagem que possuímos é heteronormativa, de que a língua portuguesa seria machista e não abarcaria todas as identidades de gênero, não se reconhecendo no sujeito coletivo. Assim, criou-se a tendência de utilizar “x” e “e” para substituir os termos em que as palavras são masculinas, como por exemplo “todos”, que passa a ser “todxs” ou “todes”. Isso é algo que também ocorre nos trabalhos acadêmicos, a exemplo do artigo “Corpos trans na nova morfologia do trabalho” em que Marinho destaca “inserção de novos temas trazidos pelxs entrevistadxs (p. 07)” ao registrar sobre o desenvolvimento de sua pesquisa. Costa e Rodrigues (2018) também se voltam para esse debate, porém seguem a normativa de utilizar a língua portuguesa padrão, no entanto registram que “utilizamos uma linguagem não sexista, usando os dois artigos “a” e “o” no contexto frente à naturalização que a língua impõe ao determinar o masculino como sinônimo de universal e neutro para se referir a ambos os gêneros” (p. 02). Esta questão é importante, pois expressa o idealismo desta tendência, que imagina mudar a realidade mudando as palavras, distanciando-se por completo da dialética materialista.

Além disso, em 2011 a Resolução CFESS de nº 594 de 21 de janeiro de 2011, revisa o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, aplicando a flexão

de gênero e usando o/a em todas as situações cabíveis, além de substituir a nomenclatura “opção sexual” por “orientação sexual”, e incluir no XI princípio o termo “identidade de gênero”.

Destacamos que a nossa crítica a “linguagem neutra” é a absorção de teorias que não se conectam à realidade de luta de classes, pelo contrário, se distanciam de uma perspectiva revolucionária de destruição do capitalismo, além de que neutralidade não existe em nada. Ademais é um atentado contra a língua portuguesa, prejudicando inclusive a leitura, o aprendizado e a comunicação, que se torna muitas vezes inteligível, repetitiva, longa e não provoca nenhuma mudança nas estruturas da sociedade.

Ainda, afirma-se em diversos trabalhos que o Serviço Social está na luta pela emancipação humana, como em Monteiro e Braga (2019), Inácio (2019), Silva (2019), Mello e Figueiredo (2019), Souza et al (2019), Tenenblat (2018), Oliveira (2018).

Todos os artigos que se colocam na área de análises acerca do Serviço Social reafirmam ser seu papel fundamental defender o PEP, seguir o Código de Ética Profissional de 1993 e incentivar a luta pela ampliação dos seus direitos. A ideia central é que a prática profissional esteja em consonância com a direção hegemônica da categoria, expressa no PEP. Vemos isso em Monteiro e Braga (2019); Henrique e Batista (2019); Inácio (2019); Lira (2019); Silva et al (2019); Batista et al (2019); Borges et al (2019); Machado e Souza (2019); Garcia e Santo (2019); Marcelino (2019); Silva (2019); Cavalcante e Souza (2019); Soares et al (2019); Costa e Prata (2019); Mello e Figueiredo (2019); Vale (2019); Santos e Silveira (2019); Andrade e Ferreira (2019); Gois et al (2018); Tenenblat (2018), Oliveira (2018); Souza (2018); Costa e Rodrigues (2018); Silva e Silva (2018).

Vejamos as conclusões de Silva (2019), as quais ilustram muitas outras conclusões que também aparecem recorrentemente em outros trabalhos:

É preciso trazer novos debates para o cerne do Projeto Ético-político, para que possamos aprofundar e preservar a proposta do Projeto Profissional, nos dizeres de Netto (2009). Vivemos em tempos desafiadores, mas ao assegurarmos o debate no contexto teórico-metodológico, ético e político, poderemos ter um cotidiano de construção mais humana na vivência técnico-operativa da profissão. Embates virão, mas a mola propulsora das expressões da Questão Social nas lutas, não deve silenciar uma categoria comprometida com os Direitos Humanos e a conquistados Direitos Sociais. Somos viajantes do tempo, mas nos propomos a lutar pela emancipação política e quiçá emancipação humana, onde os direitos possam se consolidar na esfera coletiva, diante do processo de transformação social (SILVA, 2019, p. 07).

Inácio (2019) faz afirmações que o processo de renovação do marxismo, com outros autores em cena, como Lukács, permitiu novas interpretações do legado de Marx e que o Serviço Social entrasse em contato com o debate crítico sobre a ética e elaboração de uma ética coerente com o método de Marx. Com isso, o Código de Ética profissional traz fundamentos que preservam o compromisso a supressão do capitalismo e perspectiva socialismo e emancipação humana, pois é “fundado na ontologia social, os fundamentos do Código de Ética de 1993 estabelecem o compromisso com valores emancipatórios e **não com uma única classe**” (INÁCIO, 2019, p. 03, grifo nosso).

Sobre este assunto suas palavras são bem elucidativas:

O Código de Ética de 1993 inaugura uma análise sobre os indivíduos sociais **para além do pertencimento de classe social** e inclui as contradições de “gênero” como expressões de relações sociais de dominação-exploração, em articulação com as questões de classe social. Com isso, o Serviço Social mostra-se sensível as diversas formas de opressão, reconhecendo pela 1ª (primeira) vez as opressões culturais do sexismo, do racismo e da homo/lesbofobia. Paiva; Sales (1998), no texto elaborado para explicar os fundamentos teórico-políticos dos princípios do Código, esclarecem que a introdução das questões de gênero e etnia no Código de Ética de 1993 revela o interesse de contemplar as distintas determinações do ser social, considerando a particularidade dos indivíduos sociais. Mostram que, dessa forma, amplia-se o campo de intervenção do Serviço Social, adotando uma perspectiva de totalidade. Estas autoras afirmam, ainda, que foi uma referência política importante para a profissão admitir a classe trabalhadora como principal sujeito político da transformação social, no Código de Ética de 1986, mas que a redução dos processos sociais à oposição burguesia/proletariado espelhava a influência do estruturalismo no Serviço Social e omitia os conflitos de gênero, etnia e outros (INÁCIO, 2019, p.04, grifo nosso).

Vemos que a autora entra numa seara de negação do marxismo, porém camuflando-se como quem o defende. Primeiro, nega que o marxismo é a doutrina da classe operária e de nenhuma outra classe. Em seguida faz concessão aos marxismos (com “s”, no plural), a qual inclusive abre um grande espaço para as teorias pós-modernas adentrarem ao “campo crítico”. Depois faz uma micelânia declarando que o Código de Ética é marxista e se fundamenta na ontologia social, no entanto travando seu compromisso não com uma única classe – abrindo precedentes para interpretarmos a leitura lukacsiana como policlassista, ou seja, teria como sujeitos todas as classes – porém não deixa de ressaltar o espaço garantido que os indivíduos e não os sujeitos possuem no Serviço Social, bem como realiza algo que é difícil de encontrarmos escrito, porém que é muito difundido, que é afirmar nitidamente a

compreensão que o Serviço Social tem compromisso socialista fundamentado em Marx.

Esta ilustração neste trabalho é de grande valia para nós, pois descreve exatamente o que tentamos apontar sobre a distância do marxismo na profissão, que se iguala a uma maratona muito maior que mil metros e não uma corrida de cem metros, abrindo espaço para diversas teorias que são justificadas como críticas, porém não possuem finalidade alguma na construção do comunismo.

Por fim, vimos em Henrique e Batista (2019) o reforço que a profissão que defende uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos e que está inserida numa sociedade que mata, culpabiliza e violenta as mulheres, população LGBT, negros, precisa se compromissar com as questões de gênero, etnia e sexualidade. Muitos autores defendem que o assistente social, por pensar em um projeto de sociedade igualitária, automaticamente deve estar ligado ao projeto de defesa das questões de etnia, gênero e sexualidades, que isso é condição indispensável para o projeto de outra sociedade.

Assim, os trabalhos não realizam análise sobre o papel do assistente social na reprodução do sistema capitalista, como trabalhador das políticas sociais, as quais objetivam a manutenção do trabalhador e do exército de reserva, garantindo a mais-valia, a lucratividade e a riqueza da outra classe, a burguesia. Existe uma análise ainda muito messiânica do papel do Serviço Social como capaz de salvar a humanidade com as suas lutas, distanciando-o de seu papel enquanto profissão na divisão social do trabalho.

Destacamos que em nossa análise o debate não deve ser sobre privilégios de cor, sexo, mas sim de classe. Não deve ser sobre a luta por uma sociedade antirracista, anti-machista, anti-homofóbica, mas sim para a destruição do capitalismo que é o fundamento dessas opressões. Ademais, as opressões não podem ser tratadas no campo da moralidade e do julgamento de indivíduos que as cometem. Existe uma fundamentação material para a existência do patriarcado, do racismo, da homofobia que se embasam na perpetuação da propriedade privada e sustenta o capitalismo. A exemplo disso, podemos pensar porque se criou a tradição da exclusividade sexual das mulheres aos seus maridos, justamente para a garantia de que a herança, as propriedades, ficassem na família do marido e tivessem destinação aos herdeiros “legítimos”.

Vimos nos trabalhos analisados que a luta pelas identidades também nos

coloca no campo do liberalismo e se expressa na defesa dos direitos, os quais tem como função social a manutenção da sociedade de classes. Isso, nitidamente reforça o não reconhecimento do papel do Estado, como instrumento para manutenção da opressão da classe burguesa e, a súplica para que este realize o atendimento de direitos, opondo-se completamente à explicação do Estado formulada pela doutrina marxiana.

A defesa de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais igualitária, bem como a busca por uma outra ou nova ordem societária é a defesa de tudo, menos do socialismo e comunismo. Isso se trava dentro do “campo” anticapitalista, porém nesse “campo” podem entrar diversas coisas. Uma sociedade comunista, sem exploração e opressão dos homens será justa, solidária e igualitária, sem necessidade de um medidor reformista para aferição de se é mais ou menos isso.

CONCLUSÃO

No percurso deste trabalho foram buscadas respostas sobre o estatuto de assalariamento do assistente social, que atua na reprodução social e, portanto, tem empregadores que lhes exigem competências e lhes conferem atribuições, para além do projeto profissional e das bandeiras que o trabalhador carrega consigo.

No entanto, no exercício profissional é cobrado dos assistentes sociais o posicionamento em favor de princípios e valores, que acabam sendo norteados por um projeto da profissão. E, para entender esse projeto profissional que o trabalhador defende, era de suma importância compreender quais eram suas bases de sustentação e quais as tendências doutrinárias que este acaba por responder, ecoando no cotidiano profissional, no modo de pensar e agir.

Verificamos que a profissão de Serviço Social no Brasil transitou por diferenciados momentos, a depender do período histórico, porém sempre oferecendo respostas profissionais para o projeto do capital em curso e com o objetivo principal de reprodução da classe trabalhadora. Contudo, especialmente a partir da década de 1990, a profissão reconheceu estas questões, mas direcionada pela vanguarda profissional, passou a realizar a defesa de **uma** direção social baseada na emancipação da classe trabalhadora, colocando-se como alternativa capaz de confrontar a supremacia do capitalismo, tendo na liberdade seu valor central e na democracia seu princípio fundamental através de seu projeto profissional, denominado de Projeto Ético-Político.

Por isso afirmamos que o Serviço Social é trabalho, socialmente determinado e sofrendo as constrições de condições objetivas do mercado, determinantes para dar respostas profissionais, sem necessidade de mediações do politicismo, teorismo, eticismo e tecnicismo idealizados. O escopo de atuação de uma profissão é determinado pelo movimento da economia e da política, porém foge dos objetivos revolucionários que é a destruição do sistema dominante. O seu papel é o de reforçar em suas ações por onde os serviços que presta devem caminhar.

Consideramos que a práxis profissional não é o espaço de prática revolucionária. Esta última se constitui em luta do proletariado e não de uma profissão específica e isolada. Portanto, é um grande equívoco atribuir ao Serviço Social uma finalidade política determinada.

Por mais que assistentes sociais tenham “posicionamento ético-político” com

perspectiva de direitos sociais e crítica ao capitalismo, por mais que sua formação aponte para as desigualdades sociais como oriundas do capitalismo e possibilite a construção de análise crítica sobre as relações sociais na sociabilidade do capital, por mais que no seu cotidiano e exercício profissional atue fomentando informações e publicização dos serviços sociais existentes, bem como reafirme a necessidade de uma relação respeitosa e não discriminatória com os usuários, além de impulsionar estes à participação nas diferentes esferas de controle social, isso não se configura como atuação profissional na perspectiva revolucionária e da classe trabalhadora.

Aqui recuperamos também o objeto da profissão e as críticas elaboradas anteriormente. Primeiro, o uso da expressão “questão social” falsifica e distorce a realidade, ocultando a luta de classes, designando pauperismo quando se coloca em cena o comunismo. Sua formulação tem como finalidade dizer que o pauperismo pode se resolver nos marcos do capitalismo, pois quando o comunismo passou a ser um horizonte em curso postulado pela classe trabalhadora, com propostas de subversão do capitalismo pelo movimento operário, a “questão social” passou a designar pauperismo. Assim, “questão social” foi utilizada em substituição do que, na teoria marxista, é luta de classes. Por último, é insano que o objeto de uma profissão no capitalismo seja definido por votação, “eleito majoritariamente”. Como seria se de repente os médicos fizessem uma assembleia e votassem que o objeto da medicina agora passou a ser a defesa do divórcio? Ao invés de valorizar a ciência, que deve explicar a realidade e não a inventar, desloca-se para o campo eleitoral, democrático e idealista. A crítica à adoção da “questão social” deve ser feita, pois certamente constitui um rebaixamento do marxismo, que facilita, posteriormente, a contaminação pós-moderna na profissão.

Salientamos, como explanado no Capítulo I deste trabalho, que o exercício profissional na prestação e gestão de serviços sociais não implica em atender aos interesses da classe trabalhadora, mesmo que se tente no atendimento com os usuários responder às suas demandas como necessidades de sobrevivência. Pela natureza do Serviço Social enquanto profissão, este se orienta pelo mercado e pelas leis econômicas, atendendo às determinações do capital e, portanto, não tem como estar ao lado dos trabalhadores no patamar da luta de classes e atuar optando pelos trabalhadores e seus interesses, sequer ter uma natureza educativa que se expressa na ação dos profissionais, pois o interesse do proletariado é não fazer parte da classe explorada e oprimida, materialidade que não se pode ser dada pela via profissional.

Além do mais vincula a luta dos trabalhadores com a segmentação de lutar por pautas específicas, para garantir dentro da ordem outros espaços de poder, reiterando através de seu PEP a necessidade e obrigação da profissão pautar questões de gênero, etnia, orientação sexual, como horizonte dos assistentes sociais, fomentando que no seu exercício profissional lutem para a priorização das “minorias” decorrentes destas questões. Por isso adentramos ao campo da pós-modernidade de modo a avaliar a sua interferência na profissão, através do PEP.

Corroboramos com a tese de Menezes (2020), como apontado no Capítulo II, de que a pós-modernidade se estrutura como “um elemento cirúrgico da burguesia para animar a morte do defunto, o derrotismo do combatente, a negação da racionalidade, o desprezo aparente pelas classes sociais. O elogio do presenteísmo, a fratura, as migalhas, o micro, o identitarismo, o ser e o nada [...] (MENEZES, 2020, p. 20)”.

Verificamos que esta impõe uma cultura com elementos estratégicos e compõe um processo histórico articulado ao movimento do capital, transformando-se em uma ideologia deste sistema, por estar intrinsecamente vinculada a sua supremacia e contribuir na disseminação do consenso e domesticação da classe trabalhadora, construindo um perfil de homem com qualidades morais subordinadas a esta ordem.

A pesquisa demonstrou que o pós-modernismo traz implicações que atingem tanto a vida cotidiana quanto a produção de conhecimento e, portanto, se configura como uma estratégia burguesa de perpetuação do capitalismo, com mudanças comportamentais, teóricas e estéticas.

Seu grande intérprete, François Lyotard, cravou que os grandes esquemas explicativos caíram em descrédito e seria necessário superar as “metanarrativas”, instigando que nem mesmo a ciência pode ser considerada como a fonte de verdades e certezas. E, com isso, não só não existem verdades absolutas, mas nenhuma, pois, tudo é relativizado. Há um irracionalismo que realiza a negação da razão e do caráter objetivo da realidade, caracterizando-se pela perda de referência do real como parâmetro teórico-prático, em que cede espaço para a representação simbólica.

Desta forma, a vivência social passou a ser permeada por simbolismos, em que coexistem emoção e irracionalismo, e exalta-se as experiências vividas em comum, com os indivíduos aglutinados por pertencimentos a certos grupos, por proximidade e dores parecidas, em que a orientação do outro é direcionada pela ideia de empatia e se busca uma identificação com determinada identidade.

A segmentação reforçada pelo ideário pós-moderno é um recurso para esconder a determinação estrutural e econômica da exploração, criando ilusões de que se pode resolver fora das relações sociais, uma questão que é fundamento destas.

O “lugar de fala” imposto nega a verdade e o real. Por isso o questionamos fazendo uma analogia com o problema da fome no Brasil de 2022. Com a alta inflação no país, acumulada nos últimos 12 meses acima de 10%, com a taxa de desemprego em 12% atingindo mais de 12 milhões de pessoas, com o número de trabalhadores informais acima de 26 milhões de brasileiros, com 116,8 milhões de brasileiros sem acesso pleno e permanente à comida²⁷, conforme acompanhamos diariamente os dados divulgados, somente quem passa fome teria legitimidade para discutir essa grande questão e seus problemas? Por isso o “lugar de fala” ser um disparate e não se coadunar com qualquer concepção que tenha como premissa a totalidade histórica.

Outra questão é a representação e as pessoas que são reconhecidas por representarem. Isso é muito mais fraudulento do que parece ser, não dialético e por isso tão bem difundido pela pós-modernidade. Quem ocupa um lugar de mando não o faz “representando o oprimido”, mas porque se qualificou para “representar” o opressor.

Sublinhamos, a pós-modernidade é resistência ao marxismo, que tem como consequência a revolução proletária e, no Serviço Social podemos ver a sua penetração neste mesmo caminho. O marxismo elaborado pela profissão, disfarçado de teoria social crítica, nega a conclusão do socialismo científico, sendo a necessidade de revolução como primeiro passo para a edificação de uma sociedade sem classes. Neste sentido, os (des)caminhos que são apontados estão do lado da democracia, da cidadania, da justiça social sem rompimento com os moldes burgueses revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade.

A nossa pesquisa verificou a ilusão reformista do Serviço Social com o reforço que é feito a todo tempo de se defender as instituições estatais, a garantia e cumprimento das leis, estratégias para a efetivação de políticas públicas. Além disso, referendou que o PEP expressa tendências pós-modernas e as espraia para o

²⁷ Em matéria recente no Jornal Folha de São Paulo, Edison Veiga explana sobre a escassez de comida no prato dos brasileiros, apontando sobre a vivência de um cenário de insegurança alimentar em 55% dos lares, bem como 116 milhões de brasileiros sem acesso pleno a comida. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/como-o-brasil-chegou-ao-atual-cenario-de-fome.shtml>.

cotidiano de professores, estudantes e trabalhadores no exercício da profissão.

Pudemos compreender que, embora a categoria profissional diga recorrer a um método crítico e marxista para a realização de suas produções, acaba por reproduzir estritamente as produções da vanguarda profissional e todas as formulações do PEP sem uma crítica pelo caminho percorrido por este. Não existe um destoar em suas reflexões acerca de seu núcleo e de seus princípios defendidos através das notas tocadas pelas altas esferas da profissão.

Recorramos ao Marx, quando no *18 Brumário*, ao debater sobre as decisões das minorias em um regime parlamentarista, aponta que conforme toca a música na alta cúpula, só resta aos que estão embaixo dançarem:

Mas a ideologia, tornando-se oficial, compele à sua realização. Os debates no Parlamento têm continuidade na imprensa, nos bares e salões, na “opinião pública”. “O regime parlamentarista submete tudo à decisão das maiorias; como poderiam as maiorias que estão além do Parlamento querer não decidir? Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dançem?” (MARX, 2011, p.11)

Ou seja, reproduz-se no cotidiano da profissão todas as tendências pós-modernas colocadas no projeto profissional pela sua vanguarda, mesmo aquela que se autodeclara marxista. Observamos então que a doutrina marxista se transforma de ciência, que contribui na construção do caminho para a revolução proletária, num dogma vazio que é repetido, repetido e repetido, e se torna ideologia ao ser acrescido de outros axiomas, culminando nos posicionamentos políticos do Serviço Social, os quais são travestidos de éticos. Mas que fariam os assistentes sociais de carne e osso se não seguissem as encíclicas da vanguarda profissional? Não percamos de horizonte a teoria marxiana que expressa que as ideias dominantes são as ideias de quem domina.

É inegável que o PEP representa a autoimagem da profissão para grande parte da categoria profissional. Mas para aqueles que não representa, estes conseguem se contrapor aos seus princípios?

As reflexões e elaborações acerca do PEP aqui examinadas demonstram que não destoam da pós-modernidade, pois negam o socialismo científico e as “metanarrativas”, expressando a necessidade de se alargar o marxismo que “não dá conta do tempo histórico presente, das subjetividades e não trata das opressões”, quando na verdade a teoria marxista ao falar de classes trata em primeiro plano como

ocorre a opressão dos trabalhadores.

Uma tese que pudemos verificar ao longo do trabalho, para reforçar os princípios e valores defendidos pelo PEP, é que discutir etnia, gênero e sexualidade dentro do Serviço Social contribuiria para a qualificação profissional e reforçaria o compromisso do assistente social na busca de “nova ordem societária”.

Vimos em Netto (2009) a concessão que é feita para a pós-modernidade quando inicia explicações sobre o PEP afirmando que na nossa sociedade os projetos societários são então projetos de classe, mesmo refratando determinações de naturezas culturais, de gênero, étnicas, dentre outras, e que desta forma há necessariamente dimensão política com envolvimento de relações de poder, se constituindo com estruturas flexíveis e cambiantes conforme as conjunturas históricas e políticas. Além disso, realiza apontamentos e defesas da cidadania, não registrando que esta só é possível numa sociedade marcada pela propriedade privada em que o cidadão necessita reivindicar seu “lugar ao sol”, já que cidadania é muito para quem não a tem, por isso é permitida a sua exigência na sociedade em que vivemos. Além do mais, o pluralismo que defende o relativismo epistemológico, respeitando o diferente, como no PEP apresentado pelo autor, nega a ciência que busca a verdade e não abre caminho para que a mesma questão tenha mais de uma resposta verdadeira com duas explicações diferentes a cerca de um fenômeno.

Com a negação das grandes narrativas, com o pluralismo metodológico e a defesa da alteridade, cultua-se a análise do micro, a preocupação com o fenômeno em si e o objeto fetichizado detém a centralidade interpretativa, vez que o sujeito se encontra fragmentado diante do mundo que não é dirigente e sim dirigido. Para ele cabe a interpretação da realidade social centrado apenas em sua subjetividade e nas impressões que desenvolve do real. A partir disso, a totalidade histórica é associada a pretensão do sujeito ter acesso de forma absoluta às relações entre as partes constitutivas do todo, não importando as sínteses de múltiplas determinações dos fenômenos históricos, como vimos em Menezes (2020).

Não à toa que o Serviço Social também parte para uma “arqueologia ou uma história das identidades” e a defesa de seus direitos, não se distanciando do que vimos em Hall (2006). Inventar-se um “lugar de fala”, quando do que se trata é de demonstrar que o surgimento das “identidades” no mundo contemporâneo tem a função de se opor, de combater, de diluir a consciência de classe dos trabalhadores, seduzindo-os com o canto de sereia de que eles podem ser o que quiserem ser, ou assumir a

identidade que quiserem. Ou seja, uma leitura liberal da liberdade, como alternativa entre escolhas, que ao final é uma antiliberdade, pois no comunismo a autodeterminação será coletiva. Nega-se que a particularidade de cada luta deflagrada pelos movimentos identitários não pode se desligar do grande conflito social no qual se encontram e que o capitalismo que precisa ser questionado²⁸.

É evidente que do ponto de vista do marxismo esses princípios fundamentais do PEP não vislumbram nem luta de classes nem a eliminação das classes sociais como aponta Marx em suas obras. O marxismo não é um dogma e uma filosofia especulativa, busca compreender a realidade, conhecer o mundo para transformá-lo. Por esta razão que obriga seus inimigos a se disfarçarem de marxistas, pelo tamanho de seu triunfo teórico.

O livro de Chaves (2019), as estratégias de mercado como dado destaque para a Incorporação XP no capítulo II, o investimento em autores por Estados e instituições como vimos ao longo da pesquisa, demonstram como se dá o fomento capitalista para direcionar a estratégia burguesa contrarrevolucionária. Uma coisa é certa, sem práxis revolucionária, ou seja, sem teoria e sem ação revolucionárias, não há revolução dos proletários e não há ameaças ao sistema capitalista, deste modo a pós-modernidade se torna uma estratégia da burguesia para direcionar todas as áreas da vida social, na formação, no trabalho, na cultura.

É de suma importância para a formação profissional que saibamos sobre a história de nossos povos, das opressões sofridas por estes, sobre o funcionamento do sistema em que vivemos e que vamos atuar para trabalhar, no entanto essa não pode ser tratada como a arma profissional, para não cair nas armadilhas do Serviço Social educativo, como discutido no capítulo I deste trabalho.

O assistente social é um trabalhador que não deve ter como premissa que o campo de atuação profissional é um espaço de militância e a defesa pelas “minorias” e oprimidos direciona o seu trabalho. Qualquer utopia neste sentido leva a dois caminhos, em cair no direcionamento da estratégia burguesa através da pós-

²⁸ Indicamos a matéria, em que no artigo intitulado “Identitarismo: trabalhador vira inimigo e bilionária aliado”, do Portal Disparada, Wanderson Marçal vai problematizar o financiamento estrangeiro para teses tal como “lugar de fala” para se projetar em movimentos, que viram nichos de mercados. O escritor chama a atenção para tamanha injeção de dinheiro nos movimentos identitaristas, defendendo a diversidade, para fazer desaparecer o estado de extrema desigualdade do mundo. Além disso, aponta como Seu João da esquina, peão, trabalhador, embrutecido pela vida vira inimigo e Luciano Huck, que faz discurso contra o machismo, que patrocina site lacrador em nome das minorias passa a ser visto como alguém melhor e aliado. Disponível em: <https://disparada.com.br/identitarismo-bilionario/>.

modernidade e em sofrimento de assédios dos empregadores por ter sido contratado para a execução de determinadas tarefas e as desviar por convicções messiânicas. A construção da revolução proletária e eliminação de quaisquer que sejam as opressões cabe somente a uma classe, o proletariado.

Frisamos aqui, que não concordar com o projeto profissional, delineado pela vanguarda da profissão, não significa desmerecer toda a sua história, como a profissão se colocou na realidade histórica, e todos os importantes debates que este projeto trouxe para dentro da profissão, inclusive colaborando para a possibilidade de se tecer considerações críticas sobre o próprio. No entanto, também é fértil para a direção do Serviço Social que se aponte indagações sobre o que demanda do assistente social em seu cotidiano de exercício profissional e sobre os princípios e valores que defende.

A idealização do marxismo realizada pelo Serviço Social não se sustenta na realidade e o transforma em dogma, que é reproduzido sem fidelidade à fonte, bem como “inquestionável” para que o profissional consiga se sustentar nos circuitos acadêmicos e profissionais. Na dúvida do que o assistente social possa discutir, este sempre acaba por expressar que qualquer questão é consequência do capitalismo e a necessidade para sua superação é a luta de classes, esvaziando totalmente o sentido. Além do mais, como consequência desta idealização, compreende-se o comunismo como consequência de autoconsciência e não como consequência das condições de desenvolvimento produtivo, ou seja, das condições materiais.

Ao final, o PEP expressa tendências muito mais pós-modernas do que marxistas e, portanto, reproduz muito mais as estratégias burguesas, contribuindo para o fortalecimento do capitalismo do que para a sua destruição e gozo de justiça, liberdade e igualdade. Além da perspectiva reformista, o PEP expressa cunho liberal, ao defender valores éticos e políticos para a superação da ordem capitalista vigente, ao colocar a profissão atrelada à cidadania e democracia, bem como na luta por outra ordem societária, sempre abrindo margem para a interpretação do socialismo, e ao reforçar a liberdade como horizonte, com cunho totalmente liberalizante em que aponta que esta se dá entre possibilidades de escolha, pela plena expansão dos indivíduos sociais, expressando sentido totalmente contrarrevolucionário, como vimos na justificativa deste trabalho.

Destacamos que o objetivo deste trabalho não é reforçar uma reedição do “conservadorismo”, que rondaria a categoria profissional nos aterrorizando, segundo

a formulação dos principais intelectuais da profissão. Ao contrário, é justamente reivindicar uma perspectiva analítico-teórico crítica da realidade, subsidiada pela teoria marxista e não por outras tendências que são supostamente críticas, vez que a discussão sobre o Serviço Social não pode ser dada como encerrada depois de todos os avanços que a profissão conseguiu alcançar a partir da década de 1980.

Por extensão, este debate também contribui para considerar o estatuto de assalariamento do assistente social, o perfil mercantil que os empregadores demandam destes trabalhadores, as suas condições de trabalho, a qualidade da formação profissional destes, indicando a necessidade de uma continuidade de pesquisa para abordar mais profundamente tais questões.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. L. Hoje eu sei qual é o meu lugar na minha história: a sociabilidade dos estudantes transexuais do curso de serviço social em tempos de crise. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+HOJE+EU+SEI+QUAL+%C3%89+O+MEU+LUGAR+NA+MINHA+HIST%C3%93RIA+A+SOCIABILIDADE+DOS+ESTUDANTES+TRANSEXUAIS+DO+CURSO+DE+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+T%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+HOJE+EU+SEI+QUAL+%C3%89+O+MEU+LUGAR+NA+MINHA+HIST%C3%93RIA+A+SOCIABILIDADE+DOS+ESTUDANTES+TRANSEXUAIS+DO+CURSO+DE+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+T%20(1).pdf)

ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANDRADE, L. G. A.; FERREIRA, V. K. L. O processo de renovação do serviço social brasileiro: da recusa ao conservadorismo à incorporação das lutas feministas. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1328/1297>

ARANHA, M.L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 6.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

BALANDIER, G. **O contorno**: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos Éticos do Serviço Social. *In*: **CFESS, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

BATISTA, J. C. et al. O serviço social e o combate às desigualdades raciais no brasil. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1216/1192>

BELLI, R. B. **O irracionalismo como ideologia do capital**: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista. 2017. 187 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

BEZERRA, T. C. E. Modernidade e Pós-Modernidade: uma abordagem preliminar. **Textos e Debates**: Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. Roraima, n.13, p. 176- 202, 2007.

BRICMONT, J.; SOKAL, A. **Imposturas intelectuais**: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos.3.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

BORGES, L. I. et al. A incidência dos estudos de gênero nos cursos de pós-graduação stricto sensu em serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1041/1017>

CANTALICE, L. B. de O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em

serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Dialnet-ONeoconservadorismoNaProducaoDoConhecimentoEmServi-5910929.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

CAVALCANTE, L. L.; SOUZA, I. L. Diversidade sexual e serviço social na contemporaneidade: entre o armário e a inclusão. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 03 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/308/307>

COLMÁN, E. Democracia, Núcleo do Projeto Profissional. *In*: ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 08., 2012, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Brasília: ABEPSS, 2012. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/11/democracia-nucleo-do-projeto-profissional.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

COSTA, G. M.; RODRIGUES, T. F. O Serviço Social fora do armário: LGBTQI+ na agenda do conjunto CFESS/CRESS. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22534>

COSTA, R. S.; PRATA, M. R. Educação, Serviço Social e população LGBTI – os desafios da inclusão social em ambientes educacionais dessa população. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 04 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/125>

COSTA, I. R. S.; ARAS, L. M. B. A importância da teoria feminista na pesquisa em serviço social: um olhar epistêmico sobre os direitos das mulheres vítimas de violência. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1182/1160>

CHAVES, Wanderson. **A questão negra**: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970). 1.ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

CUNHA, E. P. Contribuição ao debate da questão social em Marx. *In*: MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M (org). **Serviço Social e questão social**: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

DUARTE, E. E. C.; ALAPANIAN, S. Existe um projeto ético-político? *In*: ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 11., 2008, São Luiz do Maranhão, **Anais** [...]. Brasília: ABEPSS, 2008. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/11/existe-um-projeto-tico.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

DUARTE, J. F. Serviço Social, gênero e conservadorismo: por uma crítica feminista, classista e antirracista na área sociojurídica. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 04 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1311/1281>

EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernistas? *In*: WOOD, E. M; FOSTER, J. B.

(orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

EVANGELISTA, J. E. Teoria social e pós modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 2, p. 271-281, jul./dez., 2006.

FEDERICI, J. F.; HUMBELINO, T. M. Contribuições acerca das (in)visíveis implicações de gênero e feminismo no serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/881/858>

FERREIRA, N. S. de A. as pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

FIGUEIRA, D. G. **História: série novo ensino médio**. Editora Ática: São Paulo, 2000.

FREITAS, A. N. S. Pós-modernidade, movimentos sociais e relações de classe, raça e gênero. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/277/275>

FONSECA, C. C. da. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/HP/Downloads/diego tabosa,+artigo+7+189-218.pdf](file:///C:/Users/USER/HP/Downloads/diego%20tabosa,+artigo+7+189-218.pdf) Acesso em: 14 nov 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUKUYAMA, Y. F. **The End of History and the Last Man**. Editora Barroco, 1992.

GARCIA, F. B. S.; SANTO, A. C. M. E.; Serviço Social e racismo: compreender para combater. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 03 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/502/489>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. M. et al. Reforma da previdência e os impactos na vida das mulheres. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22290>

GOIS, M. N et al. Cotas na pós-graduação como estratégia do serviço social no combate ao racismo. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 06 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/28603>

GUATTARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. Editora, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HENRIQUE, R. S.; BATISTA, B. C. Serviço social à luz do debate de gênero: possíveis caminhos para uma prática profissional crítica. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1644/1604>

HENRIQUES, C. S. Relações raciais no Brasil: a cidadania inconclusa das mulheres negras. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22364>

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 16. ed. Biblioteca Ciências Sociais, Zahar,1980.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INÁCIO, M. O. A introdução do debate feminista no âmbito do projeto ético-político do serviço social: avanços e impasses. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1450/1418>

JAMBEIRO, O. *et al.* **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

JUNIOR, A. A. S. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/HP/Downloads/Dialnet-ACulturaPosmodernaNoServicoSocialEmTemposDeCrise-5634749.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

LACERDA, M. C. de. A produção de conhecimento e pós-modernidade: Reflexões críticas para o Serviço Social. Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)

09., Maranhao, 2019 **Anais** [...]. UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_1419_14195cc9dd81d708a.pdf Acesso em: 14 nov. 2021.

LIMA, I. L da S.; ALMEIDA, B. de L. F. de; NETO, J. R. de P. Os desafios do serviço social frente ao pensamento pósmoderno: crítica à ilusória concepção burguesa de realidade. Congresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos. 02., Londrina, 2017, **Anais** [...] UEL, 2017 Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/127949.pdf> Acesso em: 14 nov 2021.

LIMA, J. L. Correlação entre violência estrutural e questão social: a situação da mulher negra frente a essa conjuntura. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22242>

LIMA, L. C. G.; BAZO, I.; SILVA, C. N. Grupo de estudos étnico-raciais no CRAS: o compromisso do serviço social na luta antirracista e o papel do estudo na construção de uma sociedade igualitária. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1285/1255>

LIRA, P. L. Movimento de mulheres negras: contribuições para o serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1337/1309>

LIRA, P. L. *et al.* Assistentes sociais no combate ao racismo: resultado de enquête do CRESS (SP). ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1272/1242>

LIRA, P. L. Mulheres negras: desigualdade racial e de gênero e as políticas e programas sociais. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 06 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22183>

LOPES, V. R. A cultura pós-moderna e suas repercussões para o projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. **Revista Interface** v.17, n. 1, jan-jul, de 2020. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1119> Acesso em: 14 nov. 2021.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACHADO, L. M. O.; SOUZA, G. C. A materialização da campanha CFESS/CRESS -"Assistentes sociais no combate ao racismo" no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/906/883>

MARCELINO, G. F. Serviço Social e questão étnico-racial: a importância da incorporação do debate racial no currículo acadêmico do curso de serviço social.

ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 03 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/449/439>

MARINHO, E. S. Serviço social e pós-modernidade: a ambiência pós-moderna uma reflexão necessária. Encontro Internacional de Política Social 06., Encontro Nacional de Política Social Tema 13., **Anais [...]**, Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20218> Acesso em: 14 nov. 2021.

MARINHO, S. Corpos trans na nova morfologia do trabalho. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+CORPOS+TRANS+NA+NOVA+MORFOLOGIA+DO+TRABALHO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+CORPOS+TRANS+NA+NOVA+MORFOLOGIA+DO+TRABALHO%20(1).pdf)

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, M. S.; FIGUEIREDO, B. M. D. Projeto-ético-político do serviço social: desafios do assistente social frente às demandas LGBT na área da saúde. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 04 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1831/1788>

MENEGHETTI, G. Cinco notas a propósito da questão racial: reflexões teóricas sobre o racismo estrutural brasileiro. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1553/1517>

MENEZES, J. P. P. de. **Pós-Modernidade**: algumas palavras. São José do Rio Preto, SP: Práxis Editorial, 2020.

MESQUITA, C. N. C.; RODRIGUES, G. C. Estudo exploratório sobre a temática da transexualidade no ambiente universitário: reflexões e a intervenção do serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/638/622>

MOURA, R. S. M. Enegrecer do feminismo brasileiro: o ecoar de um grito por proteção e não vulnerabilidade. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22858>

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, 1994.

MONTEIRO, Y. T.; BRAGA, J. R. Gênero e Serviço Social: uma reflexão teórica acerca

da feminilização da profissão. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1826/1783>

MORAES, C. B. O problema da moradia no Brasil tem cor? ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22966>

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Prefácio. In: BONETTI, D. A. (org.). **Serviço Social e ética: um convite a nova práxis**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2000.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 141-160

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Palestra Modernidade e Pós-modernidade. Acesso em 08 abr 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fHrZi1F7jd4&ab_channel=CezarMaranh%C3%A3o

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, E. G. S. Saúde e direitos LGBT e o debate da diversidade sexual no serviço social: notas de um estudo. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 06 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23296>

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEIXOTO, M. G. Pós-modernismo e a atualidade da teoria Marxista. **Revista Princípios**. Edição 150, set-out., 2017. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/150/teoria/3190/posmodernismo-e-a-atualidade-da-teoria-marxista-.html> Acesso em: 12 abr 2020.

PIERRE, E. Serviço social, relações étnico-raciais e desigualdades: expressões no ensino superior. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+SERVI%C3%87O+SOCIAL,+RELA%C3%87%C3%95ES+%C3%89TNICO-RACIAIS+E+DESIGUALDADES+EXPRESS%C3%95ES+NO+ENSINO+SUPERIOR%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+SERVI%C3%87O+SOCIAL,+RELA%C3%87%C3%95ES+%C3%89TNICO-RACIAIS+E+DESIGUALDADES+EXPRESS%C3%95ES+NO+ENSINO+SUPERIOR%20(1).pdf)

PRADO, A. G. S. A.; RODRIGUES, T. F. A transfobia enquanto expressão da questão social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 04 fev 2022. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/81/72>

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19, set-dez, 2006, pp. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176> Acesso em: 14 nov. 2021.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro. Eduerj: Contraponto, 2001.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, S. S. dos; GUEDES, L. B. D.; VILARINHO, L. da S.. Pós-Modernismo e o Serviço Social. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 16., **Anais [...]**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1854/1811> Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, V. S.; NORONHA, V. S. As expressividades de classe na raça: uma análise social de gênero, raça e classe partindo das narrativas de estudantes negras do curso de serviço social da UFBA. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 06 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23547>

SANTOS, J. F. A.; SILVEIRA, L. B. A inserção da temática étnico-racial num curso privado de serviço social: desafios à formação profissional. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/704/686>

SEGUY, F. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano**. Recife: 2009. 219 folhas. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

SILVA, A. P. P. Racismo, sexismo, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial e de gênero nas políticas sociais. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22106>

SILVA, C.; SILVA, A. F. A disciplina de gênero como meio de transformação social. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 08 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22675>

SILVA, S. R. V. et al. Raça, classe e serviço social: contribuições ao debate. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22766>

SILVA, I. L. Identidades lésbicas em movimento e os desafios do reconhecimento no serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 03 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/293/292>

SILVA, P. M. G. et al. Delineamentos acerca dos dilemas ético-políticos do serviço

social face à aquarela sexual e de gênero. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 02 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1205/1182>

SOARES, B. V. P. et al. Serviço Social e o atendimento à população lgbti+: um relato de experiência da defensoria pública do estado do Maranhão. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 03 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/262/260>

SORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2019.

SOKALSKI, J. F. Serviço Social, marxismo e feminismo. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/89/79>

SOUZA, V. B. et al. Serviço social no combate ao racismo: as cotas na universidade como possibilidade de reparação. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 07 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22823>

SOUZA, V. B. et al. Projeto ético-político e formação profissional: a indissociabilidade entre as determinações raciais, patriarcais e classistas como fundamentos do serviço social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/223/218>

SOUZA, D. H.; PEREIRA, L. L. Produção de conhecimento no curso de Serviço Social da UNB: análise de monografias sobre questão racial entre 2007 e 2017. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 01 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1902/1858>

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: **Conselho Federal De Serviço Social - CFESS** (org.). Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata - braz-marcelo-201608060407431902860.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

TENENBLAT, M. J. Serviço social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no Estado do Rio de Janeiro. ANAIS ENPESS 2018 Acesso em: 06 fev 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22493>

TROTSKY, L. **Moral e Revolução**. The Marxists Internet Archive, 1936. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/moral/index.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VALE, M. R. Quesito raça/cor: entre entraves e enlaces na aplicação no cotidiano profissional do assistente social. ANAIS CBAS 2019 Acesso em: 05 fev 2022. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/775/755>

WOOD, E. M. Introdução. *In*: WOOD, E. M; FOSTER, J. B. (orgs.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. 2009. *In*: **Conselho Federal De Serviço Social - CFESS** (org.). Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_O_significado_socio_historico_da_profissao.pdf Acesso em: 14 nov. 2021.

APÊNDICE

Conforme indicado no Capítulo III do trabalho, disponibilizamos aqui os títulos dos textos que consultamos para as avaliações das quais se referem o capítulo, conforme seguem:

Título	Evento
RACISMO, SEXISMO, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	ENPESS 2018
REFORMA DA PREVIDÊNCIA E OS IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES	ENPESS 2018
O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL TEM COR?	ENPESS 2018
A DISCIPLINA DE GÊNERO COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	ENPESS 2018
CORRELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA FRENTE A ESSA CONJUNTURA	ENPESS 2018
RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: A CIDADANIA INCONCLUSA DAS MULHERES NEGRAS	ENPESS 2018
O SERVIÇO SOCIAL FORA DO ARMÁRIO: LGBTQI+ NA AGENDA DO CONJUNTO CFESS/CRESS	ENPESS 2018
CORPOS TRANS NA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO	ENPESS 2018
HOJE EU SEI QUAL É O MEU LUGAR NA MINHA HISTÓRIA: A SOCIABILIDADE DOS ESTUDANTES TRANSEXUAIS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE.	ENPESS 2018
RAÇA, CLASSE E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE	ENPESS 2018
SERVIÇO SOCIAL NO COMBATE AO RACISMO: AS COTAS NA UNIVERSIDADE COMO POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO	ENPESS 2018
SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DESIGUALDADES: EXPRESSÕES NO ENSINO SUPERIOR	ENPESS 2018
ENEGRECER DO FEMINISMO BRASILEIRO: O ECOAR DE UM GRITO POR PROTEÇÃO E NÃO VULNERABILIDADE	ENPESS 2018
SAÚDE E DIREITOS LGBT E O DEBATE DA DIVERSIDADE SEXUAL NO SERVIÇO SOCIAL: NOTAS DE UM ESTUDO	ENPESS 2018
AS EXPRESSIVIDADES DE CLASSE NA RAÇA: UMA ANÁLISE SOCIAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARTINDO DAS NARRATIVAS DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA	ENPESS 2018

SERVIÇO SOCIAL E TRANSEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ENPESS 2018
COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO SERVIÇO SOCIAL NO COMBATE AO RACISMO	ENPESS 2018
MULHERES NEGRAS: DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	ENPESS 2018
PÓS-MODERNIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO	CBAS 2019
O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DA RECUSA AO CONSERVADORISMO À INCORPORAÇÃO DAS LUTAS FEMINISTAS	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL, MARXISMO E FEMINISMO	CBAS 2019
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
A INSERÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NUM CURSO PRIVADO DE SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CBAS 2019
QUESITO RAÇA/COR: ENTRE ENTRAVES E ENLACES NA APLICAÇÃO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E CONSERVADORISMO: POR UMA CRÍTICA FEMINISTA, CLASSISTA E ANTIRRACISTA NA ÁREA SOCIOJURÍDICA	CBAS 2019
PROJETO-ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS LGBT NA ÁREA DA SAÚDE	CBAS 2019
EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO LGBTI – OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL EM AMBIENTES EDUCACIONAIS DESSA POPULAÇÃO.	CBAS 2019
A TRANSFOBIA ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTI+: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	CBAS 2019
DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE O ARMÁRIO E A INCLUSÃO	CBAS 2019
IDENTIDADES LÉSBICAS EM MOVIMENTO E OS DESAFIOS DO RECONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: A IMPORTÂNCIA DA INCORPORAÇÃO DO DEBATE RACIAL NO CURRÍCULO ACADÊMICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL E RACISMO: COMPREENDER PARA COMBATER	CBAS 2019

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A TEMÁTICA DA TRANSEXUALIDADE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: REFLEXÕES E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
A MATERIALIZAÇÃO DA CAMPANHA CFESS/CRESS - "ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO" NO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS	CBAS 2019
CONTRIBUIÇÕES ACERCA DAS (IN)VISÍVEIS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
A INCIDÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
O SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL	CBAS 2019
DELINEAMENTOS ACERCA DOS DILEMAS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL FACE À AQUARELA SEXUAL E DE GÊNERO	CBAS 2019
A IMPORTÂNCIA DA TEORIA FEMINISTA NA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR EPISTÊMICO SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	CBAS 2019
GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NO CRAS: O COMPROMISSO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA E O PAPEL DO ESTUDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA	CBAS 2019
MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL	CBAS 2019
ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO: RESULTADO DE ENQUETE DO CRESS (SP)	CBAS 2019
A INTRODUÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NO ÂMBITO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E IMPASSES	CBAS 2019
CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO	CBAS 2019
SERVIÇO SOCIAL À LUZ DO DEBATE DE GÊNERO: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA PROFISSIONAL CRÍTICA	CBAS 2019
GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO TEÓRICA ACERCA DA FEMINILIZAÇÃO DA PROFISSÃO	CBAS 2019
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNB: ANÁLISE DE MONOGRAFIAS SOBRE QUESTÃO RACIAL ENTRE 2007 E 2017	CBAS 2019